UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DOJEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação

Anailde Pinheiro Rocha Dourado

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEIRINHA/MG: análise da participação social no processo de construção

Diamantina
2017

Anailde Pinheiro Rocha Dourado

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEIRINHA/MG: análise da participação social no processo de construção

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Educação e Gestão em Instituições Educacionais.

Orientadora:Profª. Dra. Maria Nailde Martins Ramalho

Diamantina
2017

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária: Jullyele Hubner Costa CRB-6/2972

R672p Dourado, Anailde Pinheiro da Rocha.
Plano municipal de educação de Porteirinha/MG: análise da participação social no processo de construção / Anailde Pinheiro da Rocha Dourado – Diamantina, 2017.
98 p. : il.

Orientadora: Maria Nailde Martins Ramalho

Dissertação (Mestrado Profissional - Programa de Pós-Graduação em Educação) –Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1. Gestão Democrática. 2. Planejamento. 3. Plano Municipal de Educação. I. Ramalho, Maria Nailde Martins. II. Título.

CDD 371. 981

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

Anailde Pinheiro Rocha Dourado

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEIRINHA/MG:análise da participação socialno processo de construção

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.
Linha de Pesquisa:Educação, Sujeitos, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais.
Área de concentração: Educação e Gestão em Instituições Educacionais.

Orientadora: Profª. Dra. Maria Nailde Martins Ramalho.

Qualificada em 06/11/2017.

BANCA EXAMINADORA:

_____
Profª. Dra. Maria Nailde Martins Ramalho
Orientadora e Presidente da Banca

_____
Prof. Dr. Leonardo dos Santos Neves
Membro interno – UFVJM/ Diamantina-MG

_____
Profª. Dra. Emília Murta Moraes
Membro externo – UNIMONTES – Montes Claros-MG

Diamantina

Dedico aomeu esposo Honório, pelo amor e companheirismo de todas as horas.

Aos meus filhos: Emuriela, Maurício, Luan e Vitor, peloamor com que iluminam minha vida.

Ao meu neto Francisco, por chegar em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força e determinação para seguir em frente.

Ao meu esposo e companheiro Honório, pela sua compreensão, pelo zelo e companheirismo; sempre ao meu lado nessa trajetória, sempre acreditando em mim. Comele, o percurso se tornou mais leve.

Aos meus filhos:Emuriela, Mauricio, Luan e Vitor, que me fizeram acreditar que esse sonho era possível, pelo incentivo e apoio constantes,o que me fez mais forte. Orgulho-me muito de vocês!

À minha nora Denise, pela paciência em ouvir minhas queixas.Ao meu neto Francisco, por me permitir experimentar a grandeza de ser avó.

À minha orientadora Profª. Dra. Maria Nailde Martins Ramalho, por surgir nessa trajetória como uma luz que clareia o caminho e por me receber, me amparar, me conduzir em um momento muito especial dessa caminhada. Sou infinitamente grata pela sua dedicação.

Aos meus pais Adevaldo e Inez, por me ensinarem a perseguir meus sonhos trilhando o caminho do bem e da fé. Vocês são meu exemplo. À minha avó Olívia (D.Nena), pelo exemplo de determinação e sabedoria, por me incluir sempre em suas orações.

Aos meus irmãos: Maria Regina, Edilberto, Edijalmae Evando, pelo incentivo e por me fazerem acreditar que sou capaz.

Aos amigos, pela paciência de suportarem as minhas lamúrias, por compreenderem minhas ausências e distanciamento.

Aos professores Emília Murta Moraes e Leonardo dos Santos Neves, pelas contribuições que ofereceram a esta pesquisa, com suas participações nas bancas de qualificação e defesa. Foram de fundamental importância para o enriquecimento deste trabalho.

À Profª. Dra. Vândiner Ribeiro, pelas “primeiras lições" no Mestrado. Elas marcaram essa trajetória e contribuíram para o meu crescimento.

À Secretaria Municipal de Educação de Porteirinha, na pessoa da Sr.ªJesane Silveira Martins Souza, Secretária de Educação, por possibilitar esta pesquisa.

A todos os que colaboraram com este trabalho, pelo apoio,pela disponibilidade e pelas contribuiçõesque tornaram esse trabalho possível.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

Dentre as políticas públicas educacionais brasileirasdestacamos, neste momento, a Lei 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), e que, em seu desdobramento, determina a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME), com ampla participação popular.Nesse sentido, esta pesquisa consiste em analisar o processo de elaboração do PME do município de Porteirinha/MG. Para tanto, analisou-seos documentos legaisque conduziram à construção do referido PME,verificando o percurso de construção eas estratégias utilizadas, com o intuito de identificara forma de participação e o envolvimento da comunidade no processo. Como opção metodológica, apropriamo-nos da abordagem qualitativa. Utilizou-se a técnica de estudo de caso, pelo fato de o mesmo permitir um estudo baseado nas suas singularidades. Como instrumentos para coletas de dados, foi realizada análise documental e de questionários aplicados aos componentes das equipes de elaboração do PME (Comissão Executiva e Equipe Técnica), sujeitos desta investigação. Esta pesquisa teve suas atividades mais determinantes realizadas no período de 2013 a 2015, que correspondem ao tempo de construção do Plano e sua aprovação pela Câmara de Vereadores.Para a organização do trabalho foram utilizadasas seguintes categorias de análises para avaliar o processo de construção do referido PME: sujeito em movimento;concepções e características basilares;participação como um movimento dialético em um contexto de transformação;análises, ponderações e reflexões. O aporte teórico utilizado para respaldar essa investigaçãofoi baseadonas discussões realizadas por Dourado (2006; 2011); Libâneo (2005);Luck (2011); e Gadotti (2014). Após realização da coleta de dados, confrontados o aporte teórico e estudo de documentos, concluiu-se que o processo de elaboração do PME de Porteirinha contemplou a participação da comunidade envolvida, embora apresentando aspectos de fragilidade em determinados momentos de tomadas de decisões.

Palavras-chave: GestãoDemocrática.Planejamento.Plano Municipal de Educação.

ABSTRACT

Among the educational public policies in Brazil, we highlight the government law number 13.005/2014 approving the National Education Plan (PNE), which establishes an obligation to draw up Municipal Education Plans (PME) through broad popular participation. In that sense, this study consists of analyzing the PME elaboration process from the city of Porteirinha, Minas Gerais.For that, we analyzed the legal documents that led to the construction of the PME from the mentioned municipality, verifying the steps of its construction and the strategies used, aiming to identify the community involvement and participation in this process. The qualitative approach was used as the methodology of choice, and the case study was used as technique since it allows to study a process based on its singularities. For data collection, we analyzed documents with the application of questionnaires to the components of the PME development teams (Executive Committee and Technical Team), which were the subjects of this research. The activities analyzed took place between the years of 2013 to 2015, corresponding to the time of construction of the Plan and its approval by the City Council. The study was organized based on the following categories of analysisto evaluate the elaboration process of the PME from Porteirinha: subject in motion; conceptions and basic characteristics; participation as a dialectical movement in a context of transformation; and analysis, ponderations and reflections. The theoretical basis of this research was supported by discussions held by Dourado (2006; 2011), Libâneo (2005), Luck (2011), e Gadotti (2014). After the data collection, the theoretical confrontation, and the analysis of the documents, we concluded that the PME elaboration process of Porteirinha contemplated the participation of the community involved, although presenting aspects of fragility in certain decision-making moments.

Keywords: Democratic Management. Planning. Municipal EducationPlan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Localização do Município de Porteirinha no Estado de Minas Gerais..... 44

Figura 2– Localização Regional de Porteirinha..... 44

Gráfico 1– Identificação dos sujeitos por idade..... 62

Gráfico 2– Identificação dos sujeitos por escolaridade..... 63

Gráfico 3 – Há quanto tempo mora no município?..... 64

Gráfico 4– Cargo ou função dos participantes..... 65

Gráfico 5– Conhece o Plano Nacional de Educação?..... 66

Gráfico 6– Participação dos sujeitos na Equipe Técnica, Comissão Executiva e em ambas..... 67

Gráfico 7– Houve divulgação do processo de elaboração do PME?..... 68

Gráfico 8– Meios de divulgação utilizados no processo de elaboração do PME..... 69

Gráfico 9– Participou da elaboração do PME?..... 70

Gráfico 10 – A participação ocorreu por meio de?..... 71

Gráfico 11 – Suas contribuições na elaboração do Plano Municipal de Educação aconteceram por meio de?..... 72

Gráfico 12–Quantas reuniões você participou durante o processo de elaboração do Plano?..... 74

Gráfico 13– Suas Sugestões para o Plano Municipal de Educação foram contempladas no documento final do PME?..... 75

Gráfico 14– Setor de atuação dos consultores que coordenaram o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha..... 76

Gráfico 15– A contratação de uma consultoria externa para a elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha ocorreu devido a que?..... 77

Gráfico 16 – A principal metodologia utilizada para conduzir as reuniões de elaboração do Plano Municipal de Educação..... 78

Gráfico 17–Quais são as principais metodologias utilizadas para a elaboração doPlano de Educação do município de Porteirinha?..... 80

Gráfico 18–Como você define o tempo de atuação da consultoria na elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha?..... 81

Gráfico 19 – Quais das instituições/ entidades que atuam no município da elaboração do Plano Municipal de Educação?..... 82

Gráfico 20 –Dos segmentos da comunidade escolar descritos, quais participam da elaboração do Plano de Educação do município de Porteirinha? (Se necessário, mais de uma alternativa)..... 83
Gráfico 21 – Qual o ano de avaliação do PME?..... 84
Gráfico 22 –A quem cabe a avaliação e o monitoramento da implantação das metas do Plano de Educação do município?..... 85
Gráfico 23 – De que forma será feita a avaliação do PME de Porteirinha?..... 86
Quadro 1 – Das datas das reuniões para liberações do PME..... 55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAQI –Custo Aluno Qualidade Inicial

CF –Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE–Conferência Nacional da Educação

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ETEC – Escola Técnica Aberta do Brasil

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IFMNG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LI – Licença de Instalação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PEE/MG – Plano Estadual de Educação de Minas Gerais

PIB–Produto Interno Bruto

PME –Planos Municipais de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

SEE/MG – Secretaria de Educação de Minas Gerais

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPRAM – Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas

UAITEC – Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 17

2 ELEMENTOS CONCEITUAIS: CONCEPÇÕES E SIGNIFICADOS SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEIRINHA..... 25

2.1 Planejamento..... 25

2.2 Gestão..... 31

2.3 Gestão Democrática..... 32

2.4 Participação..... 34

2.5 Conjecturas e dispositivos legais: uma reflexão basilar..... 35

2.6 Plano Nacional de Educação: proposições e questionamentos em pauta..... 37

2.7 Retrocessos do Plano Nacional de Educação..... 38

2.8 Avanços do Plano Nacional de Educação..... 39

3 DELINEANDO OS CONTORNOS DO MUNICIPIO DE PORTEIRINHA:CARACTERIZAÇÃO DO "LUGAR" DE ONDE FALO SOBRE A PESQUISA..... 43

3.1 Panorama educacional do município de Porteirinha à guisa do Plano Municipal de Educação..... 45

4 AS NARRATIVAS DOS CONSTRUTORES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEIRINHA, SOB O PRISMA DE UMA CONSULTORIA. 54

4.1 As dimensões documentais: informações determinantes..... 54

4.2 Sujeito em movimento: Concepções e Características Basilares..... 62

4.3 Participação como um movimento dialético para um contexto de transformação..... 66

4.4 Percorrendo os caminhos de uma construção coletiva para o Plano Municipal dePorteirinha..... 75

4.5 - Ponderações e reflexões para avaliar o processo de construção do PME de Porteirinha..... 83

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 87

REFERÊNCIAS..... 92

ANEXOS..... 95

1INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 214º, determina a elaboração do Plano Nacional de Educação[1] (PNE), de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação. Na mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), 9394/96, no Artigo 9º determina que é de competência da União a elaboração do PNE, em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A previsão das articulações entre os entes federativos pode ser atribuída a intencionalidade de evitar as rupturas que fragmentam e comprometem os processos relativos à educação no país, bem como assegurar a estabilidade das políticas educacionais brasileiras.

O PNE, através da Lei nº 13.005/2014, pode ser definido como um instrumento de planejamento que determina a execução e o aprimoramento de políticas públicas[2] do setor. Para a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais deve-se adotar como principal referência o PNE, buscando garantir osprincípios básicos que norteiam as diretrizes, objetivos e metas previstas para a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

A Lei nº 19.481, de 12 de janeiro de 2011, aprovou o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais (PEE/MG), com ações e metas previstas para um período de dez anos. Para aSecretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), houve a participação dos diferentes segmentos da educação, representado através de conselhos e colegiados, por serem considerados como instâncias importantes nos processos decisórios dos ambientes educacionais.

Para a SEE/MG, o Plano Estadual de Educação, foi um progresso no aspecto democrático, no que se refere ao processo educacional mineiro, considerando agrande participação dos representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar,aproximando educação e contexto social.

---

[1]O PNE, Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Neste novo texto, fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis – infantil, básico e superior – a serem executados nos próximos dez anos. O PNE 2014-2024 traz dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticaseducacionais. De acordo com o art. 7º dessa nova lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto. O Plano Nacional de Educação é uma lei viva, a ser lida, revisitada e, principalmente, observada. O seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação. Com a publicação do texto desta lei, a Câmara dos Deputados também contribui para garantir que a educação seja um direito de todos os brasileiros, desde a infância e ao longo de toda a vida. (BRASIL, p. 7, 2014).

[2] Política Pública é a forma de efetivar direitos, intervindo na realidade social. Ela é o principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicas. Ela deve, ainda, ser resultado de um compromisso público entre o Estado e a sociedade, com o objetivo de modificar uma situação em uma área específica, promovendo a igualdade (POLIS, p.3, 2014).

No que confere aos Planos Municipais de Educação(PME), para aelaboração, devem ser considerados o PNE e os PEEs como referência legal. No entanto, pondera-se que cada município estabeleça suas metas pautadas em suas necessidades e realidades, buscando soluções para superação dos desafios educacionais locais. A situação financeira do município é um item de grande relevância para o alcance das metas dos Planos Municipais.

O objetivo geral dessa Pesquisa foi analisar o processo de elaboração do PME de Porteirinha, buscando compreender a participação social, nessa construção. Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintesobjetivos específicos:

- Analisar documentos oficiais relativos ao processo de elaboração do Plano Municipal de Porteirinha;
- Discutir os conceitos de Planejamento, Gestão, Gestão Democrática e Participação;
- Identificar no Plano Municipal de Educação de Porteirinha, elementos que indiquem ousugestionam a prática ou não da gestão democrática, por meio da participação.

No percurso metodológico trilhado para o alcance dos objetivos, me apropriei da abordagem qualitativa como método de trabalho. Ressaltando que na perspectiva qualitativa, para Godoy (1995. P. 21),“umfenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”. Dessa forma, analisa-se o PME de Porteirinha, bem como o contexto de elaboração desse documento, promovendo uma análise integrada.

Como técnica de pesquisa foi utilizando o estudo de caso, pelo fato de o mesmo admitir um estudo baseado nas singularidades do objeto pesquisado, neste caso, o PME de Porteirinha. Interessava-me o processo de elaboração desse documento, em particular.

Como instrumentos para coleta de dados, fiz uso da análise documental e de questionários. Estes instrumentos de pesquisa foram aplicados aos componentes das equipes de elaboração do PME (Comissão Executiva e Equipe Técnica), como sujeitos desta pesquisa, somando 34 membros. Desse total, 27 responderam ao questionário. Os sete participantes restante, não foram ouvidos por indisponibilidade de tempo, por parte dos integrantes.

Como elemento do processo metodológico, os dados coletados foram categorizados, em: Sujeito em movimento; Concepções e Características Basilares; Participação como um movimento dialético em um contexto de transformação; e Ponderações e reflexões para avaliar o processo de construção do Plano.

A princípio, tencionou-se a realização de uma pesquisa meramente documental e, a partir da análise de documentos, compreender o processo de elaboração do Plano, avaliando desde a contratação da consultoria, à forma de construção das equipes de elaboração, os modos de participação da sociedade local, os meios de divulgação desse processo e o grau de participação da comunidade e demais elementos que elucidassem a construção do PME à luz de uma consultoria.

A análise documental proposta deveria ser realizada em documentos que fizeram parte do processo de elaboração do PME como o próprio Plano, os decretos de nomeação da equipe e comissão de elaboração, as publicações, as condicionantes estabelecidas e outros documentos que pudessem contribuir nesse sentido. Entretanto, após buscas realizadas em setores da administração municipal no que tange à prestação deste serviço, não foi possível constatar a existência de documentos que legitimassem a ação da consultoria, uma vez que o processo de contratação da consultoria foi realizado por uma empresa de mineração.

A contratação de uma consultoria para assessorar os trabalhos de elaboração do PME aos municípios diretamente afetados pela mineradora foideterminada pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas, por meio da Licença de Instalação. O referido documento elenca as condicionantes para serem cumpridas pela mineradora, para ter direito a licença de funcionamento. Dentre as condicionantes, a de número 50, determina auxílio ao município com a elaboração ou atualização do Plano Municipal de Educação de Porteirinha. Para a prestação desse serviço, a empresa de mineração contratou a *IntegrareCo-Construção de Culturas Sistêmicas Ltda-Me*[3], que é uma empresa de consultoria, para coordenar os trabalhos de elaboração do Plano.

De acordo com informações da Secretaria de educação, não há registros na secretaria sobre a prestação desse serviço conforme anexoA. Também não foram encontrados documentos a esse respeito nos demais setores da prefeitura do município.

Assim, surgiu a necessidade de mudanças na metodologia inicialmente proposta, em virtude da escassez de documentos sobre a atuação da consultoria na elaboração do PME daquele município.Para a reorganização das dimensões metodológicas, busquei adequar a metodologia à proposta de pesquisa, utilizando a pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários. Esse instrumento de coleta de dados foi aplicado aos componentes da Equipe Técnica e da Comissão

[3] Endereço: rua Henrique Badaro Portugal, 65, Belo Horizonte – MG – CEP 30570-600, fundada em: 17/06/2008.Dentre outras atividades, atua no apoio à educação, engloba os serviços de orientação, planejamento, consultoria, gestão e assessoria do sistema educacional. Disponível em: <http://cnpj.info/INTEGRARE-CO-CONSTRUCAO-DE-CULTURAS-SISTEMICAS-INTEGRARE-CO-CONSTRUCAO-DE-CULTURAS-SISTEMICAS-LTDA-ME/ZylT/>. Acesso em: 26 setembro 2017.

Executiva, com o intuito de obter a maior quantidade possível de informações para dar sustentação à análise.

Tomando por base a totalidade das informações coletadas nos âmbitos das Equipes de elaboração, os dados foram sistematizados e agregados em categorias de análise que ficaram assim constituídas:

- Sujeito em movimento: Concepções e Características Basilares;
- Percorrendo os caminhos de uma construção coletiva para o PME;
- Participação como um movimento dialético em um contexto de transformação; e como última categoria;
- Análises, Ponderações e reflexões para avaliar o processo de construção do PME.

Os conceitos que compõem a pesquisa foram debatidos sob a perspectiva dos autores Dourado (2010); Gadotti (2014); Libâneo (2005) e Luck, (2011), além de outros que contribuíram com as discussões realizadas. Os sujeitos dessa pesquisa, agregados à Equipe Técnica e Comissão Executiva, citados anteriormente, ofereceram subsídios para as análises efetuadas. Os dados coletados serão analisados, sistematicamente, no capítulo 4.

Destaque dado através dos Planos Educacionais sejam eles nacional estadual ou municipal, se deve à exigência de uma participação ativa dos atores sociais envolvidos no contexto educacional.

Para tanto, foi analisada a trajetória desta construção, buscando identificar exigência legal do envolvimento da população local na elaboração deste documento.

O interesse pela temática surgiu durante um trabalho social voluntário que realizei com um grupo de mulheres daquele município. As sementes para a criação de uma organização que representasse suas reivindicações foram lançadas em 2008, com a realização devárias reuniões em outras localidades,além do referido município, como emRiacho dos Machados e Montes Claros, com a presençade líderes sindicais, representantes de associações rurais, organizações não-governamentais, visando à articulação em prol de um mesmo objetivo: a criação de uma Associação que representasse as mulheres de mais 25municípios da região norte de Minas Gerais, em suas reivindicações[4].

A instituição foi criada a partir de um conjunto de lideranças femininas de associações,

[4]Mulheres das comunidades rurais em torno da luta por direitos, do combate à violência doméstica, da autonomia econômica, geração de renda, soberania alimentar, além da participação política e em espaços de decisão. Disponível em:<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/iv-acao-internacional-da-mmm-v-marcha-do-coletivo-de-mulheres-organizadas-do-norte-de-minas>. Acesso em: 27 junho 2017.

sindicatos e cooperativas rurais, na busca pelo reconhecimento, igualdade e garantia de direitos femininos e conquista de espaços, tradicionalmente, ocupados,exclusivamente, pelos homens.

Por meio de reuniões realizadas com as mulheres mencionadas, criou-se o estatuto do Grupo. Em dezembro de 2009, por meio de assembleia geral, a Instituição foi formalmente criada com eleição da diretoria e do corpo de sócias fundadoras, constando todos os registros em ata. A Associação recebeu o nome de "Coletivo de Mulheres do Norte de Minas".

Sem sede própria, o Sindicato Rural de Porteirinha foi o espaço escolhido para abrigar a documentação da Associação e para a realização das reuniões, devido à localização favorável, ao fácil acesso, ao espaço físico adequado, oferecendo alojamento para os membros durante as atividades.

Marcadas por um sentimento de protesto contra as desigualdades nos seus espaços de convívio, ainda que as integrantes do Coletivo tenham obtidoalguns avanços no sentido de reagirem às opressões em suas associações e sindicatos, é necessária a criação de políticas públicas que venham contemplar suas reivindicações.

Abusca por transformações, por meio da criação de políticas públicas,se manifesta de diversas formas, como, por exemplo,na participação em fóruns, encontros e reuniões, e na realização da Marcha das Mulheres, que ocorre desde a criação do Coletivo. Como um espaço de denúncia, reivindicação e contestação, essa ação é um ato político. De forma itinerante, o evento acontece, anualmente, em municípios diferentes.

Como sócia fundadora, participei da organização de marchas e de várias atividades realizadas pela Associação. Atualmente, esse trabalho continua sendo realizado em defesa das mulheres da região norte de Minas Gerais.

O fato de estabelecer um vínculo por meio do Coletivo no município de Porteirinha e por me interessar por assuntos referentes à educação,atribuído à minha formação em Pedagogia, durante conversa informal foi citadopor uma das participantes e reiterado pelas demais, que o PMEdaquele municípiohavia sido elaborado através deuma empresa de consultoria, contratada para realizar a construção do documento em questão.

Por comungar da exigência do PNE, que determina como essencial a participação coletiva e tomada de decisões por parte dos atores sociais envolvidos no processo de construção do PME, ao deparar-me com a informação de que, naquele município, o plano foi conduzido por uma consultoria, imediatamente ocorreu-me o desejo de confirmar se foi assegurada ou não à população local, através da empresa contratada, uma participação democrática. Visto que o assunto "participação",já era discutido no âmbito do Coletivo, com uma abordagem específica.

De posse da informação sobre a atuação de uma consultoria na elaboração do referido PME, procurei a Secretaria Municipal de Educação, com o intuito de obter maiores informações para compreender como ocorreu esse processo. Até então, considerava natural a contratação de uma consultoria externa, pelo fato de que, assim como Porteirinha, muitos municípios brasileiros, principalmente os de menor porte, buscam os serviços das consultorias externas para a elaboração dos seus PME.No entanto, para minha surpresa, nenhum setor municipal, e nem mesmo o jurídico, tinha informações precisas sobre o processo de licitação para a contratação do serviço terceirizado.

Todos os departamentos em que busquei informações foram unânimes em alegar que a Prefeitura não possuía documentos comprobatórios sobre o serviço prestado. A informação obtida se limitava ao nome da consultoria, registrado no documento final do PME.

Ainda que na cidade exista um Plano Municipal de Educação, nos departamentos da prefeitura, pouco se sabe sobre a coordenação do seu processo de elaboração.A própria secretária de Educação do município em questão emitiu um documento, em resposta às minhas solicitações, afirmando a ausência de documentos sobre o trabalho de consultoria (em anexo).

Através de conversas informais, obtive a informação de que a mesma consultoria que havia prestado serviços para o referido município, também o havia feito para uma localidade circunvizinha, o município de Riacho dos Machados.Na busca por informações sobre a consultoria, na esperança de que a mesma pudesse elucidar como foi o encaminhamento de construção do já citadoPME, através do setor jurídico da prefeitura de Riacho dos Machados, localizei um documento em que constavam as condicionantesestipuladas pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas (SUPRAM)[5], que deveriam ser cumpridas pela referida mineradora.

De acordo com documento cedido pelo setor jurídico da Prefeitura de Riacho dos Machados, a empresa de consultoria foi contratada por uma mineradora instalada na região de Porteirinha, como condicionante para o funcionamento da empresa naquela região, estabelecida por um Parecer Único:

> Aprovada a inclusão de nova condicionante em substituição da condicionante número 12 da LP que passa a vigorar com a seguinte redação: “Por meio da celebração de convênio, preferencialmente, com estabelecimento de ensino superior, oferecer suporte técnico à Secretaria Municipal de Educação para: a) realização de diagnóstico sobre a situação do sistema educacional dos Municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha que aponte, entre outros, a demanda reprimida na educação infantil e no ensino médio; o índice de analfabetismo da população com mais de 15 anos; as causas da evasão escolar; os impactos diretos e indiretos gerados pelo empreendimento na educação local; as medidas necessárias à mitigação de tais impactos e potencialização

[5] As Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAM), têm por finalidade gerenciar e executar as atividades de regularização, fiscalização e controle ambiental na sua respectiva área de abrangência territorial. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/suprams-regionais>. Acesso em: 20 set. 2017.

> do sistema educacional. b) a construção/revisão do Plano Municipal de Educação, considerando os objetivos, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação 2011-2020." (PARECER ÚNICO Nº 0390682 SIAM[6],2015, p.1).

No entanto, o documento não faz referência a exigências sobre a realização dotrabalho, não estabelecevalores monetários,nema forma de contratação da empresa.A falta de informações sobre o processo da condução do PME acabou por instigar-me a querer compreender, através de uma forma analítica, até que ponto houve uma participação efetiva da comunidade local na elaboração do documento final.

Diante do firme propósito de operacionalizar a pesquisa, para respaldá-la, noque concerne ao aspecto teórico, fez-se necessário recorrer às reflexões de Dourado (2006; 2011); Gadotti (2014); Libâneo (2005); e Luck (2011), que discutem os conceitos relacionados ao objeto desta pesquisa, ou seja, o Plano Municipal de Educação como gestão democrática, planejamento e participação.

Acreditando na importância destetrabalho investigativo, considero possuir contribuições de extrema relevância:

- Para o meu crescimento profissional, pela oportunidade de estar em contato com diversos conhecimentos dos sujeitos e documentos pesquisados, além de ter a possibilidade de mergulhar nas fontes que depositam as informações sobre o município e região de Porteirinha, que me oferece segurança para tratar de assuntos relativos ao município nos aspectos educacionais, sociais e culturais;
- Para o meu crescimento pessoal, pela oportunidade de vivenciar experiências de aprendizado junto aos sujeitos pesquisados, durante as diversas viagens que esta pesquisa me proporcionou à cidade de Porteirinha;
- Para a academia, por ter a possibilidade de aprofundamento nas pesquisas referente ao tema aqui estudado (Plano Municipal de Educação) e por ter a possibilidade de utilização os dados obtidos por meio destetrabalho, no sentido de refletir a oferta de capacitação aos gestores municipais, no tocante a prática da gestão e elaboração de Políticas Públicas municipais;
- Para a região de Porteirinha, devido a grande relevância por ser uma região carente de pesquisas na área de educação, e por poder contar com todas as informações coletadas para refletir sobre as condições de elaboraçãodo

[6]Sistema Integrado de Informação Ambiental.

PME, implementação e avaliação do referido Plano, bem como, avaliar o processo de construção de políticas públicas para a educação do município.

Assim, a pergunta que norteou esta pesquisa foi: O PME, embora elaborado por uma consultoria externa, contou com a participação efetiva da comunidade, por meio de um processo democrático?

Buscando responder a tal questionamento, o processo de elaboração desse Plano foi investigado a partir da análise dos dados coletados, análise documental e aplicação de questionários. Para uma maior sustentação deste trabalho, foram analisados documentos como a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, a Lei municipal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, oDecreto municipal nº 1.086, de 27 de novembro de 2014.

Como produto da pesquisa, a Dissertação organizou-se em capítulos: 1 Introdução; o Capítulo 2 trata da base conceitual teórica: nesse capítulo discutiu-se o conceito geral de *planejamento, gestão, gestão democrática* e*participação*, sendo esses os conceitos que norteiam esta pesquisa.O Capítulo 3 é destinado a caracterizar o município de Porteirinha como local desta pesquisa, bem como apresentar os encaminhamentos metodológicos. O Capítulo 4refere-se ao tratamento dos dados coletados através dos questionários aplicados aos membros da Equipe Técnica e Comissão Executiva[7] que participaram da elaboração do documento citado no Decreto municipal Nº 1.086 de 27 de novembro de 2014. Em seguida, passamos à análise dos dados por meio das 4 categorias estabelecidas, sendo elas: 1 – Sujeito em movimento: Concepções e Características Basilares; 2 – Percorrendo os caminhos de uma construção coletiva para o Plano Municipal de Educação de Porteirinha; 3 – Participação como um movimento dialético em um contexto de transformação; e 4 –Ponderações e reflexões para avaliar o processo de construção do Plano Municipal de Educaçãodo referido município.

Os conceitos anteriormente mencionados permeiam toda a disseração e serão discutidos detalhadamente no capítulo seguinte.

[7] Comissões que participaram da elaboração do Plano Municipal de Porteirinha, nomeadas por Decreto municipal.

2ELEMENTOS CONCEITUAIS: CONCEPÇÕES E SIGNIFICADOS SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEIRINHA

Discutiremos no presente capítulo os conceitos de planejamento,gestão, gestão democrática eparticipação. Esses conceitos norteiam este trabalho como aporte teórico para as discussões efetuadas. Para tanto, as discussões foram efetivadas sob a perspectiva de Dourado (2006; 2011); Libâneo (2005); Luck (2011);Gadotti (2014); Vasconcellos (2000), dentre outros que ofereceram subsídios para o aprofundamento nas discussões realizadas.

2.1 Planejamento

Planejar é escolher os meios para alcançar as metas. O ato de planejar consiste em "preparar bem e organizar a ação, somando a acompanhá-la para confirmar ou corrigir o decidido, somando ainda a revisá-la. [...]. O difícil não é planejar. É conhecer o que se planeja" (FERREIRA, 1979, p.58). A necessidade de se conhecer a realidade planejada é confirmada ao refletirsobre as ações realizadas para se chegar a situação atual e o que deve ser feito para se obter melhores resultados. Para Souza (2010, p. 46), a ação de planejar é uma forma de "tentar simular os desdobramentos de um processo com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas". As instituições devem se resguardar por meio de seus planejamentos."Uma ação improvisada é uma ação não planejada" (FERREIRA, 1979, p. 15). No que se refere ao PME de Porteirinha, objeto dessa análise, não foi identificado o diagnóstico para a elaboração do Plano. O levantamento das demandas é parte essencial do planejamento de uma política pública. A ausência de diagnóstico pode comprometer o planejamento e, consequentemente, o resultado da ação.

Porém, o planejamento por si só, não muda a realidade. Todo planejamento deve ser seguido de ações que vão materializá-lo.Vasconcellos (2000), em sua definição de planejamento, afirma que se trata de uma atividade de transformação, por meio de uma construção metodológica para uma ação intencional. Tem por finalidade realizar e concretizar as ações, considerando que a realidade educacional é dinâmica. Para tanto, é necessário estabelecer as condições práticas para o desenvolvimento dessa atuação.

O dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda (2ª edição, 1986) traz os seguintes significados para as palavras PLANO: "(Do latim *planu*) projeto ou empreendimento com fim determinado. Conjunto de métodos e medidas para a execução de um empreendimento [...]"; e PLANEJAR: "Fazer o plano de; projetar; traçar. Fazer o planejamento de; elaborar um plano ou roteiro de; programar". Ao planejar suas atividades, o sujeito busca atingir seus objetivos de forma eficiente. Freitas (2007, p. 16) afirma, em seus estudos, que "planejar também é uma

atividade que faz parte do processo educativo, tendo como características básicas: a não improvisação, a previsão, o estabelecimento de caminhos que possam nortear apropriadamente a ação educativa". Através do planejamento é possível tornar os métodos mais eficientes e detectar as possíveis falhas e avanços nos processos educacionais

Resgatando brevemente a trajetória do planejamento educacional no Brasil, nota-se que o desejo desecriarum planejamentoeducacional paratodo oâmbitonacional é uma discussão quevemocorrendo desde as primeiras reflexões sobre a educação,com os Pioneiros da Educação Nacional [8], na década de 30. Nesse período, os debates foram focados, a princípio, nos representantes do governo e mais recentemente, na sociedade civil organizada.

Na ocasião, era realizada a preparação para a Assembléia Nacional Constituinte em 1933. A Constituição Brasileira de 1934 recebeu influência desses primeiros movimentos, ligada ao conceito de Plano, bem como, determinava a criação de um Conselho Nacional de Educação (CNE), tendo como principal atribuição elaborar o Plano Nacional de Educação.

Apesar de, a Constituição de 1934 representar o início de uma nova fase na vida do país, esse documento vigorou por pouco tempo, até a introdução do Estado Novo, regime autoritário que suprimiu vários direitos e liberdades individuais, com forte intervenção estatal. Com novas determinaçãoes representando um regime autoritário, a Constituição de 1934 foi substituída pela constituição de 1937. Conforme determinava o texto constitucional, o Plano Nacional de Educação foi formulado pelo Conselho de Eucação, em 1937.

Entretanto, com o Estado Novo, esse documento acabou por não ser cumprido. Ressalta-se que o documento elaborado pelo CNE não caracterizou um Plano, conforme definido atualmente, com diretrizes e metas. Mas um códigorigoroso, com 504 artigos, com detalhamento da rotina da gestão escolar.

Retirado do texto constitucional de 1937, o tema voltou à Constituição de 1946. Os ideais dos pioneiros de educação ressurgiriam, parcialmente, na retomada do período democrático em 1945. A nova Constituição de 1946 em seu art. 5º, definiu-se: "compete à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional" (BRASIL, 1946).

Com o Plano Nacional de Desenvolvimento, conhecido como Plano de

[8] "O 'Manifesto' era ao mesmo tempo uma denúncia, a formulação de uma política educacional e a exigência de um "plano científico" para executá-la, livrando a ação educativa do empirismo e da descontinuidade. O documento teve grande repercussão e motivou uma campanha que repercutiu na Assembleia Constituinte de 1934 [...] Os propósitos do "Manifesto" foram alcançados no que diz respeito à incorporação ao texto constitucional de 34 de suas mais importantes reivindicações. Aliás, como veremos, todas as constituições posteriores, com exceção da Carta de 37, incorporaram, implícita ou explicitamente, a ideia de um Plano Nacional de Educação" (AZANHA, 1995 p. 76)

Metas,composto por 30 metas, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961),elaborado a partir de levantamentos que apontavam as dificuldadesda economia brasileira, o planejamento ganharia força no Brasil. A educação compunha a meta 30, com o objetivo de orientar a educação para o desenvolvimento.

Em 20 de dezembro de 1961, aprova-se a Lei 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A mesma Lei cria em 1962, o Conselho Federal de Educação. No mesmo ano, regido pela primeira LDB, cria-se o primeiro Plano Nacional de Educação, para o período de oito anos e teve como relator um dos Pioneiros da Escola Nova: Anísio Teixeira. Esse plano foi visto como um instrumento de distribuição de recursos, pelo fato de destacar as questões referentes ao financiamento da educação, conforme previsto na LDB vigente na época.

As reformas educacionais previstas para ensino, principalmente no período Militar compreendido entre 1964 a 1985, sem a participação da sociedade, foram políticas educacionais ditadas pelas elites e trazia como objetivo maior, a implantação de uma concepção de educação voltada para o modelo empresarial, de um sistema de produção capitalista, visando a preparação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

Com promulgação da Constituição Federal de 1988, houve maior oportunidade de participação popular na formulação das políticas públicas. Porém,Gadotti (2012), afirma que:

A Constituição de 1988 consagrou a participação social e o controle público sobre a gestão das políticas públicas, prevendo uma multiplicidade de conselhos obrigatórios para os estados e os municípios receberem repasses de recursos. Contudo, a sua implementação vem sendo ameaçada não só porque, para muitos, ela é considerada como acessória, mas também por conjunturas hostis à participação, por distorções próprias da nossa sociedade hierarquizada e por falta de um marco regulatório adequado (GADOTTI, 2012, p.p. 6-7).

Os conselhos definem a forma participativa dos processos de construção de políticas públicas. Porém, a participação da população ocorre de forma controlada. As sugestões nem sempre estão refletidas nos documentos finais. São modificadas pelo processo de hierarquização, de acordo, como infere o autor citado.

Assim, no que se refere a educação, a Constituição de 1988 permanece o princípio da organização da educação em sistemas de ensino, acrescentando a elaboração pelos municípios, em regime de colaboração, observadas as diretrizes nacionais. Também apresentou a previsão da construção de um novo Plano Nacional de Educação, com objetivos e metas para organização da educação nacional, com duração decenal.

Após a Conferência Mundial de Educação em Jontiem, Tailândia, e, devido as

atribuições assumidas pelo país internacionalmente, elabora-se o Plano Decenal de Educação para Todos. Nessa Conferência, o Brasil formalizaacordos que vão influenciar diretamente na definição de diretrizes e metas para o Ensino Fundamental.

Mesmo com definição prevista na Constituição Federal (CF) de 1988 para a construção de um PNE,reafirmado em 1996 pela LDB que também determina a elaboração do PNE um ano após a publicação dessa lei, foi apenas em 2001, treze anos após a publicação da Constituição e cinco anos após a determinação da LDB, que foi aprovado o PNE para vigorar entre os anos 2001 a 2010. O documento foi aprovado em meio a discussões por ter sido apresentado em duas versões: uma da sociedade civil e outra do governo. Foi elaborado um documento, incorporando as contribuições dos dois projetos.

O novo PME, após três anos de tramitação no congresso, foi aprovado pela Lei 10.172, em 09 de janeiro de 2001, trazendo também a obrigatoriedade dos estados e municípios elaborarem um Plano Decenal próprio, de maneira a dar suporte às metas constantes no Plano Nacional de Educação.Com avaliaçãoes em torno do PME 2001-2010, somando avanços e limitações promovidos pelo citado documento, encerra a vigência do PME 2001-2010.

Na busca por uma nova política para a educação no país, iniciam-se os debates para a construção de um novo documento que vai determinar as diretrizes da educação nacional.Assim, articularam-secomo importante mobilização no setor educacional a I Conferência Nacional de Educação (CONAE)[9], com vistasà discussão de um importante processo para elaboração das propostas para o PNE 2014-2024. Após discussões epolêmicas o novo PNE foi aprovado em 25 de junho de 2014, pela Lei nº 13.005 e se consolida com quatorze artigos, dez diretrizes e vinte metas.

No decorrer dos debates o planejamento da educação brasileira sofreu modificações: seu modelo tecnicista[10] cedeu espaço ao planejamento com dimensões políticas, propostas de ações de forma estratégica, comsugestões de intervenção na realidade futura por meio de objetivos e metas.

Muitas ações definem esse período histórico, demarcando a trajetória do planejamento

---

[9]A Conferência Nacional da Educação (CONAE), realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, em Brasília-DF, constituiu-se num acontecimento ímpar na história das políticas públicas do setor educacional no Brasil e contou com intensa participação da sociedade civil, de agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação e pais/mães (ou responsáveis) de estudantes. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>.Acesso em: 28 setembro 2017.

[10] A organização do ensino na escola tecnicista prioriza técnicas específicas voltadas para aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos. Neste aspecto, a escola preconiza o aperfeiçoamento da ordem social vigente, valorizando o sistema capitalista e articulando-se com este com o interesse de produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/XdNUnukCctbM9ZA_2013-7-10-15-6-55.pdf>. Acesso em 20 setembro 2017.

educacional no Brasil, conectando-se ao momento atual de elaboração do Plano Nacional de Educação 2011-2020, das quais se pode destacar.

No planejamento depolíticas públicas,um fator preponderante é prever as formas e meios para executá-las. Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 275) aponta como “um dos motivos que leva a falhas nos resultados de políticas públicas é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento”. Sendo atribuído a esse distanciamento, o fracasso de determinadas políticas executadas. Ainda na perspectiva de Oliveira (2005, p. 274), “o planejamento em políticas públicas tem que ser visto como um processo, e não como um produto técnico somente. A importância do processo se dá, principalmente, na implementação, pois essa é que vai levar aos resultados finais das políticas”.

Em se tratando de políticas públicas, no âmbito educacional, é um instrumento que possibilita inovações e busca organizar e direcionar a ação. Em um sistema educacional, deve ser realizado de forma global e,quando visto dessa forma, as ações tendem a ter maior êxito. Logo, o planejamento é responsável pela tomada de decisões sobre a educação no conjunto do desenvolvimento geral do país.

A efetivação dessa forma de planejamento exige a proposição de metas e objetivos em longo prazo, que definam uma política da educação. Esse planejamento é realizado pelo Governo Federal, através do Plano Nacional de Educação e da legislação vigente. Através desses elementosé possível estabelecer formas de atuação e calcular os custos necessários à realização dos objetivos, a fim de adequá-los ao sistema educacional.Como um instrumento que busca a superação de rotinas e é capaz de evitar a realização de atividades de forma improvisada, o planejamento visa organizar e direcionar as ações definidas.

Em um contexto desafiador para as organizações, no panorama mundial, no qual as constantes mudanças são complementadas por grande quantidade de informações, o ato de planejar exige formas mais complexas que possam atender às características dinâmicas do conhecimento. Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender tais transformações e adequar as formas de planejamento, uma vezque essas mudanças,podem configurarfator aliado, contribuindo para o sucesso institucional.

Para acompanhar o fluxo de mudanças da sociedade, com planejamentos e ações eficazes, confere-se maior importância ao conceito de estratégia.Maximiniano, (2006, p. 239), afirma que o termo estratégia pode ser entendido como “a seleção dos meios para realizar objetivos. O conceito de estratégia nasceu das situações de concorrência: guerra, jogos e negócios”. O termo passou a ser utilizado no âmbito educacional, edequando-se ao planejamento. Ainda de acordo com

o mesmo autor, “na atualidade a estratégia abrange tanto as situações de concorrência como as de colaboração”. No contexto educacional, tem sido utilizado como ferramenta de colaboração ao planejamento. Fatordeterminante na condução das instituições e políticas educacionais, oPlanejamento Estratégico é um processo contínuo, elaborado, sistematicamente, e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvam riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas (DRUCKER, 1998, p. 136).

Em sua forma estratégica o planejamento para a área educacional aindanão pode ser considerado uma prática comum. Muitos gestores educacionais utilizam planos de ação que demandam períodos curtos de tempo para execução. Nesse sentido, Luck (2000, p. 2). complementa, afirmando que nos espaços educacionaisnão tão raramente, gestores e profissionais em geral que se lamentam de estarem trabalhando como quem está “apagando incêndios”.Essa forma de administrar por crise é estimulada e orientada por descobertas ocasionais e espontâneas, de caráter imediatista, por uma visão de senso comum e reativa da realidade e, portanto, limitada em seu alcance, muito influenciada pela tendência de se agir por tentativas e erros. Nesse caso, os acontecimentos determinam a ação de dirigentes escolares, em vez de, como seria próprio, os dirigentes, por meio de uma ação competente, influenciaros acontecimentos e a realidade.

Para a autora, o planejamento deve ser a forma de organizar as instituições, evitando improvisos e o senso comum, sendo que as ações determinam os acontecimentos e não o inverso.

Maximiano (1995) corrobora com esse entendimento, ao afirmar que o planejamento estratégico deve ser considerado ainda como uma ação gerencial importante, em que a instituição programa suas atividades futuras, com metas definidas. Para tanto, é necessário estabelecerobjetivos e estratégias observando osrecursos disponíveis.Porém, planejar de forma estratégica é uma experiência relativamente nova e ainda é um desafio para aqueles que buscam resultados imediatos.

Embora o Planejamento Estratégico seja um dos importantes fatores para vislumbrar um futuro promissor para a instituição, não deve ser o único a apontar os caminhos. Para Drucker:

> Planejamento estratégico não é uma caixa de mágicas nem um amontoado de técnicas – quantificar não é planejar; - Não é previsão – ele se faz necessário por não se ter a capacidade de prever; [...] Planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes. - Planejamento não é um ato isolado (DRUCKER, 1998, p. 131).

Os propósitos devem ser viáveis e a gesão deve escolher as estratégias adequadas. É preciso interpretar os resultados anteriores, analisar e compreender a situação atual para planejar o futuro.

Em sua forma estratégica, o planejamento contribui com o gestor, no sentido de focalizar esforçose reduzir o impacto sofrido pelas instituições, devido àsmudanças provocadas por fatores externos, além de elevar os níveis de eficiência das ações, como um dos aspectos mais importantes da gestão. Para o PME de Porteirinha, um dos fatores importante nesse processo, foi a falta do diagnóstico. A revisão de dados já existentes, como foi feito no documento final do PME, pode não ser suficiente para a obtenção de um panorama legítimo da situação atual. A gestão estratégica depende da compreensão da realidade atual.

2.2 Gestão

A efetivação das políticas públicas vincula-seao planejamento, no que se refere às formas e meios de implementação, bem como à escolha das estratégias. Os meios de execussão devem ser capazes de contemplar as demandas da comunidade e ao modelo de gestão. Dessa forma, elucida-se que:

Relativamente à construção de uma novagestão pública, suficientepara dar conta da complexidade que as políticas públicas representam, destacam-se alguns tópicos: a) é fundamental ultrapassar o vetusto modelo de administração pública fundado nos postulados de hierarquização, centralização[...]; b) pensar um novo paradigma democrático para mediar as relações entre Administração Pública e cidadão (OHLWEILER, 2007, p.290).

Na perspectiva do autor, a gestão deve ser capaz de articular os anseios da população e a implementação das políticas públicas, cedendo espaço à participação dos sujeitos, amenizando os efeitos da hierarquização e centralização dos processos. Entretanto, a participação deve sercoordenada sob os princípios democráticos. Os espaços de deliberação na forma participativa, não deve ser ilimitado. Ao gestor, compete o cumprimento do papel mediador.

De acordo com as afirmações de Dourado (2007), para se discutir a gestão em uma concepção participativa, é preciso que nãose reduza a análise das políticas e gestão educacionais à mera descrição dos seus processos de execução. Na forma participativa,deve-se levar em conta o âmbito das relações sociais em que se tecem as condições para sua materialidade. A partir dessas conjunturas é que são desenvolvidos os novos modelos de gestão para a educação, baseados na participação dos sujeitos.

Para Libâneo (2003, p. 318), “[...] o conceito de gestão vem superar a abordagem limitada da administração”, cedendo espaço ao diálogo, por perceber que os desafios da educação são complexos e demanda inserção de novos atores no debate educacional. Corroborando com essa afirmativa, Saporiti(2002) lembraque, o conceito de gestão evoluiu e já se discute sobre a importância dos conhecimentos que o gestor educacional deve ter. Não apenas relativos aos

aspectos pedagógicos, mas também saber lidar com oaparato tecnológico disponível, possuir conhecimentos da administração e ser capaz de lidar com os instrumentos da gestão.

As definições de Luck (2005,p.2) apontam que os sistemas educacionais nem sempre conseguem acompanhar a evolução do mundo contemporâneo nos setores de gestão. Daí a necessidade de a gestão buscar estratégias para um planejamento a longo prazo, capazes de diminuir os eventuais erros que possam ser cometidos na prática dos gestores contemporâneos.

Como elemento necessário às instituições, a gestão caracteriza-sepela análise dos processos de organização e interação das pessoas nos espaços de construção coletiva.Libâneo (2005) define a gestão em seus aspectos específicos, por atuar nas organizações com realidades participativas, e vê as práticas coletivas de atuação como uma construção conjunta,baseadas nas interações sociais.

Para Luck (2011), a gestão se distingue pelo desenvolvimento das ações dos sujeitos em prol das necessidades coletivas, agrupando os esforços individuais, de forma a se complementarem mutuamente. A prática da gestão baseada na participação do sujeito na construção coletiva e nas relações sociais são características da gestão democrática.No processo de elaboração do PME, a gestão deve contemplar o aspecto interativo favorecendo a participação dos sujeitos. A condução do processo de elaboração doPME de Porteirinha, não contou com registros que relatassem os métodos utilizados. A falta de tais registros dificultou a verificação do processo como democrático, ou não. Para ser um documento de cunho democrático, a gestão do processo deve ocorrer de forma a favorecer a participação dos sujeitos. A sociedade deve ser representada, gatantindo o aspecto democrático da gestão.

2.3 Gestão Democrática

Determinada por pressupostos legais assentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) nº. 9.394/96 e na Constituição Federal de 1988, e no Plano Nacional de Educação, a promoção de uma gestão educacional democrática está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomadas de decisão. Verifica-se nos estudos de Luck (2005), que esta forma de trabalho se associa à articulação de esforços organizados coletivamente. Baseando na ação conjunta de seus componentes, é movida pela reciprocidade que caminha para os interesses coletivos.

Ao refletir sobrea gestão democrática, nota-se que essa tem a função de transformar, de forma concreta, as metas e objetivos propostos, percorrendo os caminhos traçados pelas políticas públicas.

A democratização dos sistemas de ensino implica o aprendizado e a vivência do

exercício de participação e tomadas de decisões. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica de cada sistema de ensino (municipal, distrital, estadual ou federal) (NAVARRO, 2004, p. 23).

O sistema democrático de gestão é, relativamente, recente no país. As instituições educacionais têm dado sinais de evolução no sentido de praticá-lo. Entretanto, são mudanças gradativas de um sistema que se desvencilha de práticas autoritárias e hierarquizadas. A tomada de decisões vem sendo discutida coletivamente, abrindo espaços para a participação dos sujeitos. Ainda que de forma incipiente, as políticas públicas, como elementos integrantes da gestão, começam a ser elaboradas com certa abertura para a participação social. O PNE 2014/2024, pode ser considerado comoexemplo recente.

Dada a elaboração do PNE, Dourado (2006; 2014), refere-se ao Plano Nacional de Educação como um avanço no que se refere ao formato de elaboração, ressaltando a necessidade de participação da sociedade civil e da sociedade política para fazer valer as metas e diretrizes. Para que não se torne "letra morta", é imprescindível que se faça um esforço coletivo no sentido de dar materialidade ao Plano e garantir que o mesmo seja executado.

Para isto, é necessário que se coloque em prática os princípios da gestão democrática, expressos de forma específica na meta 19[11]e define as respectivas metas para sua efeticação.

Para Gadotti (2014), a participação social é um princípio inerente à democracia. É preciso estimular a participação da população na definição de políticas públicas, incentivando as organizações a formular, propor, fiscalizar os atos do governo e, sobretudo, educar para cidadania. A criação de estratégias para esse fim se faz necessária. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem, que decorre dos processos participativos. Porém, é preciso um esforço para garantir a participação e oferecerinformações precisas para a população sobre onde, como e quando pode participar. Não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na proposição e execução das políticas educacionais.

Diante das colocações edos autores a respeito da gestão democrática, contextualiza-se o Plano Municipal de Educaçãode Porteirinha, objeto dessa pesquisa. Busca-se com esse estudo, trilhar o percurso de construção do documento final, para compreendera trajetória de participação social nesse processo. Ressalta-se que, a gestão para ser caracterizada como democrática, deve

[11]Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Lei Lei 13.005/2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

preservar o caráter participativo nos processos decisórios.

2.4Participação

O exercício da gestão democrática favorece o caráter formador de cidadania na efetiva participação dos envolvidos, bem como a autoformação com posicionamentos que podem fornecer subsídios para novas políticas, repensando as estruturas sociais e atuando nas práticas autoritárias que ainda existem na ampla sociedade.

É crível reconhecer que efetivamente a participação pode qualificar as políticas públicas, com maior eficiência para o reconhecimento das necessidades e capacidades das comunidades; melhor aproveitamento dos recursos a partir da identificação precisa das prioridades locais; melhoria nos serviços prestados para a população, em especial com relação à qualidade real; nível maior de distribuição dos poderes para a tomada de decisão, aumentando a transparência; diversificação dos momentos participativos para a construção de políticas públicas, não reduzindo a manifestação de opinião apenas à eleição e aumento do nível de aproximação entre esferas burocráticas e os problemas sociais (LAHERA, 2004, p. 17-19).

Nesse sentido, uma gestão democrática, segundo Veiga (1995, p. 67), "inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos [...] nas decisões/ações administrativo/pedagógicos ali desenvolvidas", através da formação dos conselhos e colegiado, como instâncias importantes nos processos decisórios dos ambientes educacionais. Esses conselhos são, na maioria das vezes de cunho deliberativo, fator que contribui para a gestão democrática.

Com a participação por meio dos conselhos, abre-se espaços de participação social no âmbito educacional, levando o sujeito a se responsabilizar pelas decisões tomadas. A participação implica responsabilidade para os sujeitos envolvidos no sentido de pensar ações que favoreçam a coletividade. Gadotti (2014, p.1) corrobora nesse sentido afirmando que, "a melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsecamente ligada à criação de espaços de deliberação coletiva: a gestão democrática".

Por meio de conselhos representativos ou de forma individual, a participação popular é a característica fundamental que aponta para a garantia de uma gestão democrática. Nessa concepção, Luck (2009, p. 71), assegura que "o conceito de participação se fundamenta no [conceito] de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos [...] conduzirem sua própria vida", contribuindo com as definições que norteiam o sistema educacional, seja no âmbito local ou em dimensões mais amplas.De acordo com as observações de Luck (2006. p.30-31),

> [...] a participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de

> marginalidade, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando a efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos.

Soma-se gradativamente, de forma ainda branda, a abertura de espaços de participação dos cidadãos, nas instituições educacionais por meio dos conselhos. Como instâncias deliberativas, os conselhos consistem em princípios da gestão democrática, que se incorporam às técnicas de planejamento nas instituições e contribuem para a ampliação de conhecimentos dos sujeitos.

No processo de elaboração do PME, do município de Porteirinha, espera-se que os conselhos citados no documento final, tenham sido representados, dada a importância da participação da sociedade civil nos processos de planejamento, elaboração e avaliação das políticas públicas. A participação social na elaboração do PME é uma determinação legal, expressa no Plano Nacional de Educação.

2.5Conjecturas e dispositivos legais: uma reflexão basilar

A sociedade contemporânea foimarcada por mudanças nas relações sociais capitalistas, ocorridas principalmente no início do século XXI. Os avanços tecnológicos e a globalização do capitalacarretaram em mudanças nas políticas de gestão da educação no Brasil, com reflexos nos diferentes contextos sociais. As relações de trabalho foram modificadas com alterações e perdas de direitos sociais, com consequências para os meios de produção. Essas mudanças alcançaram também as políticas de gestão e de regulação da educação brasileira (DOURADO, 2012).

Em decorrência das transformações sociais, econômicas e políticas, o debate referente a gestão participativa ganhou evidência no âmbito da educação brasileira.O tema surge com uma abordagem que propõe ampliar a gestão em seus aspectos de liderança e orientação, apoiados em pressupostos democráticos. A temática da gestão democrática na educação é abordada pela Constituição Federal (1988).

Essa nova configuração é marcada pela descentralização do poder, garantindo as tomadas de decisões de forma coletiva, por meio da participação dos envolvidos no processo educacional.Desde então, o país vem somando alguns avanços no que se refere à concepção da educação como um direito social. Porém, a materialização desses preceitos legais requer ações coordenadas dos entes federados e a garantia de recursos financeiros de forma concreta.

Tais modificações apresentam reflexos não apenas no campo educacional, mas na sociedade como um todo. Elas fazem parte de uma concepção mais ampla, que busca a democratização da sociedade brasileira. No entanto, a concretização da gestão democrática tem enfrentado várias dificuldades, como a falta de comprometimento de alguns gestores e mudanças de gestores ocasionando rupturas.

É necessário o redimensionamento dos processos decisórios para inclusão de mecanismos de participação com capacidade para o diálogo, de modo a oferecer contribuições para as tomadas de decisões. Todavia, o Brasil ainda enumera graves deficiências no tocante à gestão democrática. Ainda quevenham acontecendo avanços desde a década de 1930 com a publicação do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1932. Nesse período, a educação brasileira sofreu os impactos da passagem de uma oligarquia agrária para um processo de urbanização e industrialização.

A transposição de um sistema hierarquizado para a configuração de uma gestão capaz de admitir novos ideais surgidos do coletivo é a saída de um sistema autoritário para a gestão democrática, apresentando formas complexas de ação baseadas na participação, apresentando-se como uma alternativa de administração baseada na participação e representação. Assim, surge a necessidade de redimensionamento dos processos educacionais, de forma participativa.

Como dispositivo legal que coaduna com os preceitos democráticos da gestão, o Art. 206º da CF dispõe sobre a "gestão democrática do ensino público, na forma da lei", e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, apresentando no seu Art. 14º, o princípio da gestão democrática na educação. No campo educacional, é um dos princípios aplicados pela Constituição Federal de 1988 e se estende aos âmbitos pedagógico, administrativo e financeiro do setor.

Da mesma maneira, a participação popular, como princípio essencial à democracia e à atuação da sociedade civil, coaduna com o Artigo 206º da CF, que estabelece os princípios do ensino e inclui, entre eles, o princípio da gestão democrática do ensino público, retomado na LDBE 9394/96.

Com a aprovação dessa Lei, persiste a necessidade de elaboração de um plano nacional articulado com a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, com duração de dez anos. A LDBE define ainda o envio do Plano, por parte da União,aliada ao Congresso Nacional, com diretrizes e metas para todos os níveis e modalidades de ensino. Em relação ao Plano Nacional de Educação, a lei em que aborda o assunto traz especificações em seus artigos 9º e 87, como apresentado a seguir:

> Art. 9º - A União incumbir-se á de:I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com osEstados, o distrito Federal e os Municípios; [...]
> Art. 87 - É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei:§ 1º - A União, no prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei,encaminhará ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação,diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com aDeclaração Mundial sobre Educação para Todos. (BRASIL, 1996).

Vale ressaltar que a Lei 9394/96 atribui a cada ente federado, em regime de

colaboração, elaborar o PNE. Tarefa esta que não é mais atribuição apenas do Conselho Federal ou Nacional de Educação, como também no próprio MEC.

Como dispositivo legal para regulamentar e promover a gestão democrática na educação brasileira, consta na LDBEN, em vários pontos, definições para a promoção da gestão democrática por meio da participação da comunidade, como posto a seguir:

> Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino. (BRASIL, 1996, p. 7);
> Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 25).
> Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. (BRASIL, 1996, p. 25).

Constata-se que a busca pela garantia de um sistema educacional democrático é anterior à discussão e elaboração dos Planos Nacional de Educação.

A gestão educacional é objeto de debate entre os diferentes setores sociais, expressos no dispositivo legal aqui apresentado. Nessa perspectiva, elaborou-se o Plano Nacional para a educação brasileira, o PNE2014-2024. Para Carvalho (2014, p.47), "de forma mais direta, a gestão democrática na educação, reaparece na meta 19 do PNE, reforçando que no prazo de dois anos a mesma deverá ser efetivada". Embora nem sempre a população seja ouvida ao apresentar suas demandas, o poder público, ao elaborar tais políticas, vem ampliando os meios de participação popular amparado na legislação, como forma de legitimar as diretrizes educacionais.

2.6Plano Nacional de Educação: proposições e questionamentos em pauta

Reportando a Constituição de 1988, e a LDBEN 9394/96, especificamente no artigo 9º, como mencionado na Introdução dessa pesquisa, verifica-se a determinação da lei:"a União incumbir-se-á de elaborar o PNE, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios", possibilitando assim, dar sequência as políticas educacionais no Brasil, evitando as rupturas que fragmentam e comprometem os processos relativos à educação no país. Ainda nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 214, estabelece que,

> [...] o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas (BRASIL, 1988).[12]

Em resposta às exigências legais da Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 214,

[12]Artigo 214 citado pela redação Emenda Constitucional nº 59, de 2009. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.com.br>. Acesso em: 22 abr. 2017.

“A lei estabelecerá o plano nacional de educação, com duração decenal” BRASIL (1988), foi elaborado e apresentado o PNE - Lei 13.005/2014.

2.7 Retrocessos do Plano Nacional de Educação

Embora o documento apresentado tenha cumprido a exigência legal, somam-se algumas críticas a ele, tanto no que diz respeito ao processo de elaboração, quanto ao texto apresentado.

No ponto de vista de Sabiae eAlaniz (2015), é importante destacar a experiência de construção coletiva e democrática de um Plano Nacional de Educação, que significou uma reação e uma mobilização popular contra as políticas neoliberais, que vêm sendo implementadas. Porém, um fator apontado pelas autoras como limitação do atual PNE é a ausência de diagnóstico do cenário educacional brasileiro, bem como a falta de ponderação dos processos avaliativos sobre o cumprimento das metas do PNE 2001.

Saviani (2014, p.84), nesse sentido, elucida que,

> [...] a ausência do diagnóstico também tornou o plano frágil. Isso porque o diagnóstico enquanto caracterização da situação com seus limites e carências, fornece a base da justificativa para o enunciado das metas que compõe o plano a ser executado. Sem ele, várias das metas resultam arbitrárias, não se entendendo, por exemplo, porque se pretende elevar taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 [...].

Segundo as colocações do autor, o diagnóstico é o mecanismo utilizado para se detectar as necessidades de atuação em um determinado espaço ou setor. É o diagnóstico que deve levantar as diferentes variáveis e dados daquela realidade, agregando ao processo a reflexão assentada na diversidade de diferentes grupos sociais. Sem o diagnóstico, as intervenções propostas podem não corresponder às reais necessidades do grupo ao qual se destina. Sendo assim, a falta de diagnóstico pode comprometer os resultados de uma ação.

Ademais, outra fragilidade apontada no documento, segundo as autoras mencionadas (SABIA; ALANIZ, 2015), é que o PNE atual não traduz o conjunto das deliberações aprovadas pela Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010). Esse documento reflete os avanços sobre a gestão democrática quando explicita a concepção de gestão democrática vinculada à ampliação do direito à Educação, inclusão, qualidade social e avaliação emancipatória.

Outro ponto discutido por Sabia e Alaniz(2015) é o documento referência da I CONAE (2010), que definia que a escolha dos dirigentes escolares, nas escolas públicas de todos os níveis e modalidades ocorresse por meio do voto direto. Nesse sentido, a meta 19 encontra-se em intensa oposição à síntese dos debates ocorridos e deliberados nas CONAEs, uma vez que associa a gestão democrática ao critério técnico de mérito e desempenho.

2.8Avanços do Plano Nacional de Educação

Avalia-se como favorável a ampliação dos debates e do grau de participação da sociedade civil no PNE (2014-2024). Na análise de Dourado (2014), houve avanços no atual PNE, mas o autor ressalta a necessidade de participação sociedade para a concretização das metas e diretrizes. É imprescindível que o Plano ganhe materialidade e seja plenamente executado. Para Saviani (2014, p.231), "o atual PNE avança em relação ao anterior, incorporando reivindicações históricas dos educadores".

É importante apresentarmos também os avanços apontados no documento final do PNE, como o aumento do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, e asmetas de universalização da educação dos 4 aos 17 anos, e o monitoramento contínuo das metas e as avaliações periódicas da sua execução.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE 2014-2024, determina obrigatoriedade para a elaboração dos PEEse PMEspelos municípios, assim como do distrito federal, de acordo com o relacionado abaixo, BRASIL (2014):

> Art. 8º Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei.
> § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:
> I − assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
> II − considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
> III − garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
> IV − promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.
> § 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Com as determinações da lei intensificou-se a discussão sobre as formas de elaboração e implantação dos Planos. Os Planos Municipais e Estaduais de Educação para serem elaborados, como mencionamos anteriormente, devem ser adequados ao novo PNE e aos Planos Estaduais de Educação. Pondera-se que cada município possui sua própria visão de políticas públicas, com as mais diversas soluções para os desafios educacionais.

Partindo do princípio de que os PEEstambém constituem importantes instrumentos de gestão, cuja característica implica em, por um lado, integrar objetivos e metas do Plano Nacional epelo outro, prever a sua articulação às demandas municipais, a Lei nº 19.481 de 13 de janeiro de

2011, criou o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais.Convém ressaltar que o PEE/MG, por ter sido aprovado anteriormente ao início da vigência do PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, não faz referência a esta lei. Em observância à forma de elaboração, vale destacar que as informações sobre o processo de construção e aprovação do PEE não se encontram disponibilizadas no referido documento.

Segundo dados concernentes ao PEE, o documento citado está estruturado em doze metas, com as respectivas ações estratégicas contemplando os níveis e modalidades de ensino, garantindo ainda, atendimento educacional nos Sistemas Prisional e Socioeducativo, Diálogo entre as Redes de Ensino e sua Interação, financiamento da educação e formação de professores.Prevê, ainda, a universalização do atendimento escolar das crianças e jovens indígenas e das populações remanescentes de quilombos.

No que se refere aos municípios, o PEE determina as atribuições dos mesmos para o cumprimento do Plano estadual, explícitos na Lei nº19.481 de 2011, conforme descrito a seguir:

> Art.2° As ações estratégicas e as metas constantes no Anexo I desta Lei referem-se às áreas de competência dos sistemas de ensino estadual e municipal.
> Parágrafo único. As ações estratégicas e as metas a que se refere o caput deste artigo, concernentes às competências dos Municípios, nos termos do § 2° do art.211 da Constituição Federal, têm caráter de recomendação e constituem diretrizes para a elaboração dos planos decenais de educação pelos Municípios. (MINAS GERAIS, 2011).

A elaboração, votação e sanção dos planos são obrigações dos estados e municípios previstas pelo Plano Nacional de Educação. O prazo para que os governos elaborassem seus planos, se encerrou em junho de 2015. Embora não haja uma regulamentação específica para o descumprimento do prazo no PNE, gestores podem ser multados ou responder a ações por improbidade, em casos de omissão.

Em observância às definições do PNE e do PEE, o município de Porteirinha, localizado na região norte de Minas Gerais, elaborou o seu Plano Municipal de Educação. A elaboração do PME é um momento de planejamento conjunto que necessita de uma mobilização das forças sociais, políticas e da sociedade civil organizada, que deve ter como objetivo responder às necessidades sociais da educação. De acordo com O Plano Municipal de Educação: caderno de orientações da SASE[13],

> O Plano Municipal de Educação é de todos que moram no município; portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura. Também não se trata do plano de uma administração da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de

[13]Caderno de Orientações é parte de um conjunto de documentos do site "Planejando a Próxima Década" e tem o objetivo de promover apoio técnico ao trabalho dos Dirigentes Municipais, das equipes técnicas e das Comissões que se dedicarão a coordenar o trabalho em cada um dos 5.570 municípios do nosso país. (SASE/MEC 2014, p. 9)

> Educação, pois atravessa mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais de educação (BRASIL, 2014, p. 6).

As orientações do PNE para elaboração do Plano Municipal determinam a ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.O processo de construção do referido PME foi coordenado por uma empresa de consultoria externa. O trabalho, que foi custeado por uma empresa privada, realizou-se em cumprimento a uma determinação da Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas (SUPRAM), citada no Parecer Único nº 0390682/2015. Essa determinação destinou-se à uma empresa mineradora instalada na região de Porteirinha e foi estabelecida em forma de condicionantes a serem cumpridas pela mineradora.

Para a realização dos trabalhos, juntamente com a empresa de consultoria, publicou-se o Decreto nº 1.086 de 27 de novembro de 2014, que determina, no seu Art. 1º a formação da Comissão Executiva[14] e Equipe Técnica[15]. Um ponto que se destaca no referido decreto é o fato de que vários servidores municipais fazem parte das duas equipes. Cabe ressaltar que o decreto não especifica como seria definida a atuação dessas equipes no processo, nem como seria realizada a escolha dos membros das mesmas.

Realizou-se o processo de construção do PME, que, após concluído foi apresentado à câmara Municipal para apreciação. No dia 18 de junho de 2015, aprova-se o Plano através da lei nº1.798, para o decênio 2015/2025. Foi previsto na mesma Lei, o compromisso de avaliação do citado Plano com periodicidade mínima de dois anos, a contar da data de sua publicação.

Após percorrer os conceitos que permeiam essa pesquisa, concluo o capítulo referente à base conceitual, que me permitiu discutir as opiniões dos autores que contribuíram com os temas trabalhados. Os documentos aqui mencionados, como o PME do município, o decreto nº 1.086 de 27 de novembro de 2014, o Caderno de Orientações da SASE, a lei nº1.798 de 18 de junho de 2015 e outros, serão analisados com profundidade no capítulo posterior, que trata da análise documental.

---

[14]Comissão representativa da sociedade [como] o compromisso de realizar um amplo e qualificado debate sobre a proposta de PME. As representações dos diversos segmentos devem ser garantidas através da nomeação de uma Comissão Coordenadora. Além de representantes da Secretaria Municipal, devem estar presentes representantes das escolas, de outros setores da Prefeitura, da Secretaria de Estado de Educação, dos Conselhos de Educação, das Universidades e de setores da sociedade do município (BRASIL, 2014, p. 8).

[15]Fazer o levantamento dos dados educacionais e elaborar uma proposta de Documento-Base a ser oferecido e validado pela Comissão antes da ampla divulgação e do debate público (BRASIL, 2014, p.10).

3DELINEANDO OS CONTORNOS DO MUNICIPIO DE PORTEIRINHA:CARACTERIZAÇÃO DO "LUGAR" DE ONDE FALO SOBRE A PESQUISA

È de fundamental importância para a pesquisa, os dados que serão apresentados nesse capítulo, como forma de contextualização dasanálises realizadas, considerando os aspectos econômicos do município e, principalmente, os aspectos educacionais. Considerando o PME de Porteirinha como o objeto dessa pesquisa, é necessário que dados referentes ao objeto sejam apresentados e analisados. Os dados mencionados são referentes aos índices educacionais do município e foram fornecisos pelo endereço eletrônico da prefeitura, pelo Documento Final do PME e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Plano Municipal também apresenta dados do IBGE, que foram utilizados.

O Município de Porteirinha localiza-se ao norte do Estado de Minas Gerais na microrregião da Serra Geral, no Polígono das Secas, dentro da área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(SUDENE). São municípios limítrofes ao norte: Monte Azul, Mato Verde e Pai Pedro; ao sul, Riacho dos Machados; a leste, Rio Pardo de Minas e Serranópolis de Minas; e a oeste Nova Porteirinha e Janaúba. Segundo dados da prefeitura municipal[16], a cidade está localizada a 600 km da capital BH e 160 km da cidade de Montes Claros, e tem como principais vias de acesso a MG-122 e a BR –135.

O município apresenta uma extensão territorial de 1.787,72 km²; 7.903 domicílios (3.700 famílias de agricultores familiares), 37.896 habitantes, renda *per capta* de um salário mínimo. É banhado por três rios perenes com concessão da COPASA-MG (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), sendo 53% da população atendida com água tratada e 30,31%, 8.798 habitantes contam com esgotamento sanitário; 63% com limpeza e disposição final do lixo, 88% com energia elétrica (Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG), telefonia fixa e móvel, quatro rádios, e quatro agências bancárias.

Conforme dados publicados no endereço eletrônico da prefeitura, o município possui como principais atividades econômicas a bovinocultura de corte e leite, agricultura familiar organizada em cooperativas e associações, voltada para a pequena produção de hortifrutigranjeiros, mel e extrativismo sustentável para a produção de polpas, pequenas agroindústrias de leite, cana de açúcar, e mandioca. Também como atividade econômica, o município conta com a produção de telhas e tijolos, comércio local e prestadoras de serviços.

Os serviços de saúde que atendem à comunidade são prestados por três hospitais e 13

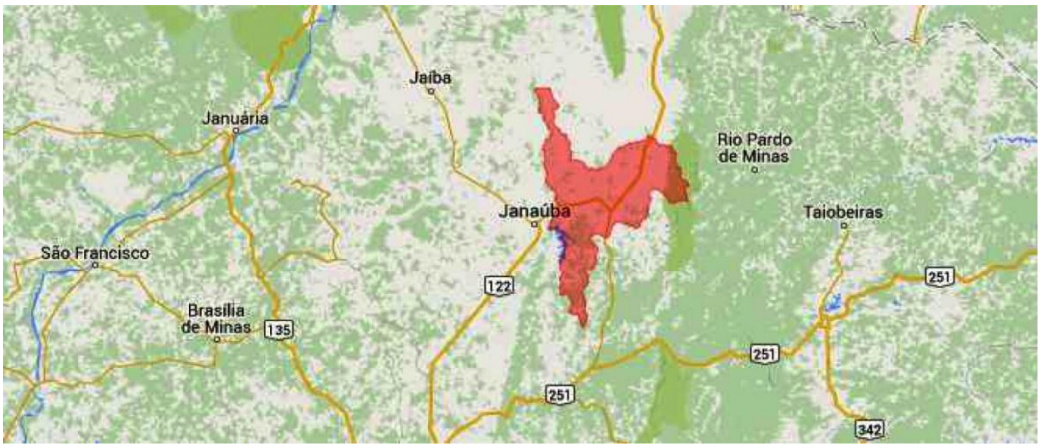
[16]Disponível em: <http://porteirinha.mg.gov.br/municipio/historia/>. Acesso em:24 jul. 2017.

postos de saúde. O município possui 76 escolas, sendo 13 estaduais, 56 municipais, 7 particulares, e 3 faculdades, de acordo com as informações do endereço eletrônico da prefeitura.

Figura 1 - Localização do Município de Porteirinha no Estado de Minas Gerais

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Porteirinha>Acesso em: 24 set. 2017.

Figura 2 – Localização regional de Porteirinha



Fonte:<http://www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: 23 set. 2017

Conforme o PME (2014, p.26), a população estimada em 2014, é de 38.709 habitantes, com uma área 11.058 km². O município de Porteirinhateve a sua fundação, através debandeirantes paulistas desbravadores, em busca de ouro, prata, esmeraldas e pedras preciosas usam a região como pouso para os tropeiros. Os primeiros a terem se estabelecido foram os tropeiros Severino dos Santos, José Cândido Teixeira, Galdino Teixeira, José Antônio da Silva, João Soares, João Pereira e José Miguel, que aqui chegaram nos primórdios do século XVII à cata de ouro e se tornaram senhores de grandes extensões de terra e escravos.De acordo com dados do IBGE,que assegura que o local,

> Servia de pouso aos que vinham do Nordeste e do sertão baiano, procurando encurtar a trilha que leva ao terminal da estrada de ferro, em Sabará. Uma brecha entre os altos troncos, de um lado e de outro da clareira, lhe servia de acesso. Era como porteiras.Os que ali paravem se dirigiam em busca de pouso e se referiam ao local como Porteirinha. (IBGE, 1959, p. 406)

Como vimos no trecho citado acima, havia neste lugar uma pequena povoação, constituída de muitos retirantes, que não prosseguiam suas viagens e optavam por viver nesse lugar de terras férteis, de fácil acesso à água, pelas proximidades dos Rios Mosquito e Serra Branca, e por ser facilitador do acesso às regiões vizinhas.

3.1 Panorama educacional do município de Porteirinha à guisa do Plano Municipal de Educação

Em cumprimento às determinações da lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que declara por meio do art. 8º a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Educação, em consonância com as estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, o município articulou a construção do referido documento. Com esse propósito, como vimos anteriormente, o município criou a partir do decreto nº 1.086 de 27 de novembro de 2014, a Equipe Técnica e Comissão Executiva de elaboração do seu Plano Municipal. As informações contidas no decreto se limitam a citar a nomeação dos servidores, masnão explica como foi realizada a escolha dos membros.

Para coordenar a comissão e orientar os trabalhos, o município contou com a consultoria da empresa *IntegrareCo-Construção de CulturasSistêmicasLtda-Me*. A contratação desta empresa faz parte do cumprimento das condicionantes destinadas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) a uma empresa de mineração (*Carpathian Gold Inc.* da Mineração Riacho Dos Machados – MRDM).

Por intermédio do PARECER ÚNICO[17], o COPAM referenda a Licença de Instalação (LI) deste empreendimento na região e, como ressalva, estabelece as ações a serem realizadas pela mineradora. Dentre as condicionantes,podemos ressaltar “a construção/revisão do Plano Municipal de Educação, considerando os objetivos, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação 2011-2020” (MINAS GERAIS, 2013, p. 1).

Rememora-se que esta pesquisa busca analisar o processo de elaboração do Plano Municipais de Educação de Porteirinha, objeto desta pesquisa.

No ano de 2015, conclui-se os trabalhos de elaboração do referido Plano para os

[17]PARECER ÚNICO Nº 0390682/2015, inscrito no Sistema Integrado de Informação ambiental, SIAM, com a seguinte informação O empreendedor Carpathian Gold Inc. da MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS-MRDM,[...] obteve Licença de Instalação nº 272/2011, [...] referendada em 21 de novembro de 2011, por decisão da 78ªReunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Ambiental - Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas - URC COPAM NM, com 51 condicionantes e 02 programas de auto monitoramento válido por quatro anos.

próximos dez anos, que entrou em vigor naquele mesmo ano. Segundo o documento, o processo de elaboração resguarda importantes aspirações educacionais asseguradas na Constituição Federal de 1988, e naLDBEN 9394/96.

Mesmo que o PME afirme que para sua construção observou-se o princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, primando pela garantia de princípios de transparência, participação, e o trabalho coletivo, não está explícito no documento a forma como se deu esse processo. A gestão democrática, para ser legitima, deve contemplar a participação popular. Como afirma Libâneo (2005, p. 328), "participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos." Corroborando com esta afirmativa, Ferreira (2008, p. 306), define que a,

> Gestão democrática é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Constitui-se de princípios e práticas decorrentes que afirmam ou desafiaram os princípios que a geram. Estes princípios, entretanto não são intrínsecos à gestão como a concebia a administração clássica, mas são princípios sociais, visto que a gestão da educação se destina à promoção humana.

O PME enfrentou ainda os desafios para a sua elaboração, no que se refere à articulação dos vários segmentos e instituições ligadas à Educação, visando à construção conjunta de um documento que contemplasse as reivindicações e expectativas da sociedade em relação à educação traduzidas em metas. Porém, como já pontuado, não identifiquei ao longo do documento, ações que demonstrassem práticas da gestão participativa.

Para a análise do PME, realizei levantamentos que retratam a situação da educação no município de Porteirinha. De acordo com os dados apresentados pelo PME 2015/2025, na educação infantil, 72% das crianças de 4 e 5 anos são atendidas.

Ainda de acordo com o PME, os 28% restantes correspondem a aproximadamente 200 crianças com difícil acesso às escolas, por morarem distantes das mesmas, ou por "falta de interesse dos pais". O documento não esclarece se os pais tiveram oportunidade de participar da construção do documento, que requer a participação dos envolvidos no processo de elaboração. Também não fica claro no documento como a comissão chegou a tal conclusão.

Porteirinha conta com 19 Creches municipais (8 na zona urbana e 11 na zona rural), 2 Escolas Particulares com atendimento à Educação Infantil (zona urbana) e 1 APAE (zona urbana), sendo que apenas 2 creches atendem crianças a partir de 06 meses de idade. De acordo com dados consolidados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)[18], no ano de 2015, o

[18] O Sisvan é o sistema de informação com o objetivo de auxiliar na gestão das informações da VAN, desde o registro de dados antropométricos e de marcadores do consumo alimentar até a geração de relatórios. O Sisvan agrega os dados de acompanhamentos provenientes do exercício da VAN na rotina dos serviços de saúde de Atenção Básica. A VAN

município possuía 452 crianças de até 1 ano de idade, 439 crianças de 1 a 2 anos de idade, 416 crianças de 2 a 3 anos, e 432 crianças de 3 a 4 anos, equivalendo a 1.739 crianças, e apenas 670 (38%) das crianças frequentam a Educação Infantil, considerando os dados da Secretaria Municipal de Educação.

Em conformidade com o PME daquele município (2015, p. 65), ainda "faltam 11,5% para alcançarmos a meta do PNE que é de 50% do público-alvo. Atender 50% destas crianças na Educação Infantil, com base na nossa cultura regional está fora da realidade do nosso município, uma vez que os pais acham desnecessário esse atendimento, principalmente na zona rural pela distância e o difícil acesso das creches existentes". Em relação a essa afirmativa, não se tem informação se os pais foram consultados.

O maior número de crianças em idade escolar para a educação infantil encontra-se na zona rural. No Plano Municipal não se explicita se foi feito algum levantamento para saber o que pensam os familiares desses alunos. Vale ressaltar que o município possui 56 (cinquenta e seis) escolas municipais e que, destas, 19 (dezenove) estão em processo de fechamento. Todas as 19 estão localizadas em comunidades rurais.

O município ainda conta com 16 (dezesseis) escolas multisseriadas, porém o Plano Municipal não informa sobre o nível de escolaridade dessas turmas. Igualmente, não foi identificado no referido documento, nenhuma ação de curto ou longo prazo para suprir a falta das escolas fechadas, sequer para a questão das turmas multisseriadas. Não há descrição de nenhuma ação para dividir as turmas por série ou ano de escolaridade, como forma de acabar com as turmas multisseriadas.

Retratou-se a realidade da educação infantil no Plano Municipal, no que se refere à área rural do município, com relação ao acesso à educação. Em todas as faixas etárias, de 1 a 4 anos, o número de matricula das crianças das áreas rurais é menor que o da área urbana. Outro dado preocupante é com relação ao acesso ao material para leitura. Das 56 escolas da rede municipal, apenas 06 possuem biblioteca. A figura do supervisor pedagógico na rede municipal não configura um elemento importante no processo pedagógico das escolas. A exemplo disso, apenas 04 escolas da rede municipal de ensino contam com esse profissional.

Para a equipe de elaboração do Plano Municipal, apesar de alardeada ano após ano, a universalização do ensino fundamental não está concretizada. No Brasil, cerca de 500 mil crianças de 6 a 14 anos permanecem fora da escola. Predominam entre elas aquelas oriundas de família mais

---

constitui-se como estratégia essencial ara a atenção nutricional no SUS, ou seja, para organização e gestão dos cuidados. Disponível em: <http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2/>. Acesso em: 15 setembro 2017.

pobres, com renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo, negras, indígenas e com deficiência. Trata-se de um grupo que pede políticas públicas específicas e diferenciadas. Em Porteirinha, 1,4% das crianças de 6 a 14 anos não frequentam a escola.

No que se refere ao PME, para se atingir a meta que estipula a conclusão do Ensino Fundamental na idade correta, por sua vez, serão necessárias mudanças estruturais, sobretudo nos anos finais. As políticas públicas deverão ter como foco um ensino de melhor qualidade, sintonizado com a entrada dos jovens na adolescência, e que resulte em menores índices de reprovação e de evasão. Nesse sentido, o cumprimento das metas e seus respectivos prazos exigirá empenho dos gestores. É necessário identificar os gargalos que impedem o avanço da escolarização.

Ao mesmo tempo que 1,4% das crianças de 6 a 14 anos não frequentam a escola, observa-se o fechamento gradativo de escolas e a diminuição do número de matrícula, entre os anos de 2007 e 2014.O observatório[19] do PNE, declara que em 2007 somavam 85 escolas da rede municipal. No ano de 2014 o número caiu para 67 escolas. O mesmo ocorreu com o número de matrículas: em 2007 eram aproximadamente 11 mil alunos matriculados e em 2014 o número reduziu para 9.344 matrículas. Ainda de acordo com o observatório do PNE, descrito no Plano municipal, o número de professores aumentou de aproximadamente 490 para 531 durante esse mesmo período. Apesar de ser um dado conflitante, mostrandoa queda no número de matriculas simultâneo ao aumento no número de professores da rede municipal de ensino, não foram encontradas discussões ou definições a esse respeito.

Dados apresentados pelo censo escolar de 2013 demonstram grande diferença no número de matrículas entre as áreas rurais e a área urbana, no período de 2011 a 2013. Vale destacar que esta última área apresenta números sempre mais elevados, em todos os níveis de ensino. No mesmo período não foi constatado nenhuma matrícula para a educação especial nas escolas rurais do município. Além disso, as matrículas apresentaram queda acentuada no último ano nas escolas urbanas para a educação especial. Não foram localizadas informações a respeito da demanda para a educação especial em Porteirinha.

Quanto à distorção idade/série, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, os índices apontam uma pequena queda, conforme mostra o censo escolar de 2013. As taxas de rendimento dos níveis dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino

[19] Lançado em 2013, o Observatório do PNE é uma plataforma que tem como objetivo contribuir como agenda norteadora das políticas educacionais no país. A iniciativa conta com um site (www.opne.org.br), que traz indicadores de monitoramento das metas e estratégias do plano, além de análises, um extenso acervo de estudos, pesquisas, notícias relacionadas aos temas educacionais por ele contemplados e informações sobre políticas públicas educacionais. A ideia é que a ferramenta possa ser um instrumento de controle social - para que qualquer cidadão brasileiro possa acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas - e também apoiar gestores públicos, educadores e pesquisadores.

médio apresentam crescimento nos três últimos anos que antecederam a pesquisa. Ainda de acordo com o censo escolar de 2013, os números que representam o abandono à escola nos anos iniciais do ensino fundamental, oscilaram nos últimos três anos que antecedem a pesquisa. Já para os anos finais as taxas de rendimento se mantiveram em queda nos anos analisados.

De modo geral, a partir de dados oferecidos pelo MEC, por meio do censo escolar, é possível identificar queda no número de matrículas do município no período de 7anos. Em 2007 foram matriculados 10.858 alunos. Em 2014 foram 9.334alunos. O município abriga 06 escolas de ensino médio, de responsabilidade do governo estadual, das quais apenas duas estão localizadas no meio urbano. A distorção idade/série para o ensino médio, no período de 2011 a 2013 apresentou leve declínio, de acordo com o senso escolar de 2013.

No que se refere ao atendimento à educação especial, são atendidos em média 120 alunos. No ensino regular do município, em um universo de mais de nove mil alunos, são atendidas 36 crianças com necessidades especiais. O que pode ser considerado um número pequeno, comparadoa quantidade total de alunos.

Com relação ao analfabetismo (acima de 15 anos), o município conta com uma taxa de 21,35 %. Um Percentual alto, se comparado aos níveis nacionais. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o país tinha cerca de 13 milhões de analfabetos nesta faixa etária no ano de 2015, o que corresponde a 8,3% da população.

Conforme assinala o PMEde Porteirinha para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o município não oferece oportunidades para essa modalidade de ensinointegrada à Educação Profissional. No ano de 2014 o município se articulou com várias entidades para implantar cursos profissionalizantes pelo PRONATEC EJA, mas não foi encontrada nenhuma instituição que ministrasse os cursos técnicos para atender às demandas dos estudantes.

Atualmente, conforme dados do PME, no município existe uma escola pública ofertando essa modalidade de curso concomitante com o nível médio PRONATEC, a Escola Estadual Miguel José da Cunha, com o curso Técnico de Informática e o sistema Rede e-Tec Brasil, instituição pública, lançado em 2007, que oferta educação profissional e tecnológica a distância de cursos técnicos no nível pós-médio. No momento a e-Tec Brasil oferta 24 (vinte e quatro) cursos na modalidade EAD, sendo distribuídas nos cursos.

- Técnico em Agropecuária;
- Técnico em Segegurança do Trabalho;
- Técnico em Administração;
- Técnico em Transações Imobiliárias;

- Técnico em Agente Comunitário de Saúde;
- Técnico em MultimeiosDidáticos/profuncionário;
- Técnico em Infraestrutura; Escolar/profucionário;
- Técnico em Alimentação; Escolar/profuncionário;
- Técnico em Secretaria; Escolar/profuncionário;
- Técnico em Agronegócio;
- Técnico em Gerência em Saúde;
- Técnico em Meio Ambiente;
- Técnico em Agropecuária;
- Técnico em Hospedagem;
- Técnico em Meio Ambiente;
- Técnico em Logística;
- Técnico em Agropecuária;
- Técnico em Segurança do Trabalho;
- Técnico em Finanças;
- Técnico em Meio Ambiente;
- Técnico em Leite e Derivados;

Ademais, quanto às instituições de ensino superior, o município conta com dois polos tecnológicos: Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais (UAITEC) e Escola Técnica Aberta do Brasil (ETEC), três instituições de ensino superior, sendo a UNIPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha, com o curso de Enfermagem; FASARC – Faculdade Santa Rita de Cássia, com cursos de: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Serviço Social, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Filosofia, Pedagogia, Letras, Matemática, Geografia e História; Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Processos Gerenciais, Gestão de TI; e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFMNG).

O Plano Municipal de Educação apresentou também os índices de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ressaltando que, embora o IDEB tenha um papel fundamental de dar notoriedade e objetividade à discussão sobre educação no Brasil, a capacidade do indicador de diagnosticar a qualidade da educação nas escolas e redes de ensino é limitada.

O município de Porteirinha vem progredindo com relação às médias nacionais do IDEB, tanto nas médias alcançadas quanto as médias projetadas. Também faz parte das metas do PME fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do

fluxo escolar e da aprendizagem buscando alcançar as metas estipuladas para o IDEB (TAB. 1).

Tabela1 - Médias do IDEB das escolas de Porteirinha – MG.

Nível de Ensino	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais doEnsino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PME de Porteirinha, (2014 p.12)

No que se refere à formação dos 557 docentes que atuam na Educação Básica do município, aproximadamente 25% não possuem formação adequada, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013). O PME (2014, p.109) elucida que,

> Nesse número se incluem professores sem nível superior ou formados em outras áreas, como engenharia ou saúde. Após 2006, prazo dado às redes públicas e privadas para cumprir a obrigatoriedade do diploma de nível superior para os docentes (LDB/1996), somente os já formados puderam participar de concursos, mas os indicadores só refletem o fato a partir de 2010. Daquele ano até 2012, o número de diplomados cresceu quase 10 pontos percentuais (68,9%, em 2010, a 78,1%, em 2012). Apesar disso, mesmo com projeções otimistas, não foi possível atingir 100% em 2014, como previsto na meta.

No período de 2007 a 2013, o número deprofessores com formação superior passou de 390 para 453. Para formação em nível de pós-graduação, também baseados em dados do INEP, em 2007 eram 97 professores com especialização (18,5%), e apenas um professor com formação a nível de Mestrado. Em 2013, o número de professores com pós-graduação cresceu para 147, elevando o percentual para 25,2% e três profissionais com formação com nível de mestrado, ou seja, 0,5%.

Discutir políticas públicas para a educação requer pensarmos a gestão democrática como um elemento fundamental de participação social, que contribui com as tomadas de decisões. Uma forte característica da gestão pública nas últimas décadas é a formação dos conselhos representativos. De acordo com dados do IBGE, o município criou, desde 2011, os conselhos municipais como indícios de gestão democrática no âmbito educacional:

- *Fundeb*- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –é um Conselho deliberativo, criado através da Lei nº 1.448 de 2006, composto por representantes do poder Executivo, entidade,docentes, discentes e servidores da área da educação, pais de alunos e entidades civis organizadas, eleitos pelos seus

segmentos, realiza o acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos.

- *Conselho de Alimentação Escolar*– Criado pela Lei Municipal nº 975/1996, é composto por representantes do poder Executivo, entidade de docentes, discentes e trabalhadores na área da educação, pais de alunos e entidades civis organizadas, eleitos pelos seus segmentos para acompanhar as capacitações para gestores e cantineiras. O Conselho é deliberativo e deve assegurar a efetiva aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- *Conselho Municipal de Educação*– Criado pela Lei Municipal Nª 1.448 de 10 de Maio de 2006 e alterada pela Lei nª 1.474 de 07 de Maio de 2007, de caráter deliberativo, é composto por representantes da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Fazenda, professores das escolas públicas municipais, diretores, servidores técnico-administrativos, pais de alunos, estudantes da educação básica pública e representante do conselho tutelar.Suas funções consistem em acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos federais, estaduais e municipais; supervisionar a realização do censo escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do FUNDEB, entre outros que a lei estabelecer.

Realizada a contextualização dessa pesquisa, trazendo elementos referentes ao local da pesquisa e do objeto em questão, no caso o PME de Porteirinha, apresento a seguira metodologia que delineou os caminhos percorridos nessa trajetória.

A princípio, tencionou-se a realização de uma pesquisa meramente documental e, a partir da análise de documentos, compreender o processo de elaboração do Plano, avaliando desde a contratação da consultoria à forma de construção das equipes de elaboração, os modos de participação da sociedade local, as formas de divulgação desse processo, o grau de participação da comunidade e demais elementos que elucidassem a construção do PME à luz de uma consultoria.

A análise documental proposta compreendeu documentos que fizeram parte do processo de elaboração do PME como o próprio Plano, os decretos de nomeação da equipe e comissão de elaboração, publicações, as condicionantes estabelecidas e outros documentos que pudessem contribuir nesse sentido. Entretanto, após buscas realizadas em setores da administração

municipal no que tange à prestação deste serviço, não foi possível constatar a existência de documentos que legitimassem a ação da consultoria, uma vez que o processo de contratação da consultoria foi realizado pela empresa de mineração.

Portanto, surgiu a necessidade de mudanças na metodologia inicialmente proposta, em virtude da escassez de documentos sobre aatuação da consultoria na elaboração do PME daquele município. Para a reorganização das dimensões metodológicas, busquei adequar a metodologia à proposta de pesquisa, utilizando a pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários. Esse instrumento de coleta de dados foi aplicado aos componentes da Equipe Técnica e da Comissão Executiva, com o intuito de obter a maior quantidade possível de informações para dar sustentação à análise.

Tomando por base a totalidade das informações coletadas nos âmbitos da Equipe Técnica e Comissão Executiva, os dados foram sistematizados e agregados em categorias de análise que ficaram assim constituídas:

- Sujeito em movimento: Concepções e Características Basilares;
- Percorrendo os caminhos de uma construção coletiva para o PME;
- Participação como um movimento dialético em um contexto de transformação; e como últimacategoria;
- Análises, Ponderações e reflexões para avaliar o processo de construção do PME.

Os conceitos que compõem a pesquisa foram debatidos sob a perspectiva dos autores Dourado (2010); Gadotti (2014); Libâneo (2005) e Luck, (2011), além de outros que contribuíram com as discussões realizadas. Os sujeitos dessa pesquisa, agregados à Equipe Técnica e Comissão Executiva, citados anteriormente, ofereceram subsídios para as análises efetuadas. Os dados coletados serão analisados, sistematicamente, no próximo capítulo.

Assim, concluo a caracterização do município, trazendo alguns aspectos de forma genérica e outros de forma específica, principalmente no que se refere à educação do município estudado.

4 AS NARRATIVAS DOS CONSTRUTORES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEIRINHA, SOB O PRISMA DE UMA CONSULTORIA

Este capítulo apresenta a análise realizada a partir dos dados coletados por meio dos documentos oficiais e dos questionários aplicados aos componentes que participaram do processo elaboração do PME.

A palavra **processo**tem a sua origem no latim **proceder**, que por sua vez significa mover adiante, avançar. Um **processo**, de um modo geral, implica num conjunto sequencial de ações a serem tomadas para se chegar a um objetivo comum.[20] Posto isto, a palavra e seu sentido descrevem o que venho apresentar neste capítulo:dar materialidade às *vozes*dos construtores do Planejamento da Educação Municipal de Porteirinha.

Buscando analisar o processo de elaboração do PME daquele município, que foi coordenado por uma consultoria externa, o eixo norteador da pesquisa se atém a pesquisar o envolvimento e participação da sociedade civil neste empreendimento.

4.1 As dimensões documentais: informações determinantes

Tendo em vista a importância dos Planos Municipais de Educação como política pública educacional, esperava-se que houvesse em poder da prefeitura municipal documentos comprobatórios sobre os encaminhamentos referentes ao mesmo, no que se refere à atuação da consultoria.

No entanto, como já foi assinalado anteriormente, o documento encontrado se limitou ao produto final, ou seja, a versão do Plano Municipal de Educação que apresenta o Decreto Nº 1.086 de 27 de setembro de 2014,nomeandouma Equipe Técnica composta por 13 (treze) membros, e uma Comissão Executiva composta por 34 (trinta e quatro) membros, responsáveis pela elaboração do plano correspondenteao decênio 2015- 2025. Há de se ressaltar que os membros da equipe técnica também fizeram parte da Comissão Executiva. Também foi localizada a lei nº 1.798, de 18 de junho de 2015, que aprovou o PME da cidade.

Ainda na apresentação do documento, está citada como assessoria técnica a *IntegrareCo-Construção de Culturas Sistêmicas Ltda-Me*(tratada neste trabalho apenas como Integrare), além de fazer referência à colaboração da *Carpathian Gold Inc. Mineração Riacho dos Machados* como financiadora da contratação da consultoria acima citada, para dar suporte técnico aos trabalhos de preparação do PME.

Na apresentação do Plano (2015, p.17) encontra-se registrado: “Assim, numa

[20]Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-processo/>. Acesso em: 07 jul. 2017.

verdadeira obra de cidadania o poder público municipal, em consonância com a população do município, elaborou e levou a público um texto base para apreciação e posterior transformação em lei".

O texto acrescenta ainda que,

> Foram convidados a fazer parte deste processo várias instituições e membros, inclusive da sociedade civil, que aceitaram o desafio de fazer política educacional de modo diferente. Mais do que um perfil coletivo, o PME impõe à gestão pública municipal um conjunto de metas de curto, médio e longo prazo. (PME, 2015, p.17).

Diante das afirmativas acima, intui-se a partir da apresentação do texto final que houve uma ampla participação da comunidade local na construção do PME.

Na sequência da análise documental do PME, encontramos a metodologia adotada para a elaboração do mesmo. Embora esteja registrado que o documento emerge da integração das vozes de uma comunidade, não se esclarece como foram ouvidas. Apesar de mencionar a existência de desafios, peculiares a um sistema educacional, os mesmos não são elencados. Afirma-se que houve uma série de novos envolvidos, porém, não os apresenta.

Há de se destacar que os autores do documento não descrevem na metodologia os critérios para seleção dos participantes, não relatam os mecanismos adotados para os encontros de discussão, e não descrevem o caminho percorrido para alcançar os objetivos, metas e estratégias que se configuram no documento final. Na verdade, a metodologia está repleta de frases amplas e genéricas, que não possuem significados concretos.

No item 1.2, a construção do referido PME não discorre sobre a operacionalização do mesmo. Destaca apenas o empreendimento minerário da região, a Mineração Riacho dos Machados, que por sua vez foi a financiadora da contratação da assessoria técnica do Plano (2015, p. 21). Prosseguindo, destaca a IntegrareCo-construçãode Culturas Sistêmicas por possuir um histórico de competências na construção de processos de diálogos horizontalizados, dinâmicas interativas e de acesso à inteligência coletiva de sistemas humanos.

Contudo, no item 1.3, intitulado *Trajetória do trabalho da Comissão*, o documento descreve a formação de dois grupos para o levantamento e análise dos dados, que permitiram aproposição de estratégias viáveis ao cumprimento das metas. Na sequência relatam a organização de eventos para possibilitar a discussão com a comunidade, sem maiores informações de como foram procedidos. Encerram a trajetória do trabalho da comissão destacando a realização da Conferência Municipal de Educação de Porteirinha, segundo os mesmos, validando a participação da comunidade.

Através de registros fotográficos anexados no PME, foi identificado o cronograma

abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 – Cronograma de reuniões para a elaboração do PME.

Data	Atividade	Assunto
02/12/2014	Reunião Técnica	Construção do cronograma de Trabalho
18 /12/2014	Reunião Técnica	Construção do plano de ação
19/12/2014	Reunião Técnica	Construção do plano de ação
25/02/2015	Reunião Técnica	Atividade de análise das metas, Contexto Municipal e ampliação das hipóteses
27/02/2015	Reunião Técnica	Atividade de análise das metas, Contexto Municipal e ampliação das hipóteses
27 /03/15	Reunião Técnica	Reunião com prefeito, vereadores e diretores
25/04/2015	Apresentação e discussão	Metodologia de interação com a comunidade
27/04/2015	Apresentação e discussão	Metodologia de interação com a comunidade
28/04/2015	Conferência Municipal	Conferência Municipal
28/05 / 2015	Última Reunião Técnica	Fechamento do Plano Municipal de Educação

Fonte: PME de Porteirinha

Verifica-se por meio das datas acima apresentadas, os regisros das reuniões realizadas durante a elaboração do PME de Porteirinha. Porém, não foram encontrados outros registros das referidas reuniões como pauta, relatórios, listas de presença,confirmando os assuntos tratados, intervenções realizadas e quais as decisões foram tomadas. As datas pouco contribuíram como fonte de informações para essas análises. Indicando que, a falta de informaçãoes sobre o processo de elaboração do PME, do município mencionado, foi uma realidade constatada no decorrer dessa pesquisa.

Disponibilizado pela Secretaria Educação, o Plano Municipal de Educação de Porteirinha foi analisado, observando-se as metas e estratégias estipuladas para o seu cumprimento. Ressalto que na introdução das metas consta a afirmação de que cada uma das 20 metas e suas respectivas estratégias deverão ser aplicadas pelo município, em regime de colaboração com a união e o estado, nos próximos 10 anos, como prazo estipulado para atingi-las de acordo com a vigência do PME.

Ainda que a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 não explicite a manutenção, em sua integralidade, das metas nos Planos Municipais, ao comparar metas do PNE com as metas do Plano Municipal, constatei que para o PME foram mantidas, inteiramente, as metas do Plano Nacional. Da mesma forma, várias estratégias do Plano Nacional foram mantidas no Plano Municipal, mesmo que as formas de desenvolvimento, muitas vezes sejam diferentes, de acordo com o âmbito da ação desenvolvida.Ainda assim, devo pontuar que as metas devem sofrer adaptações nos municípios para serem contextualizadas com as demandas locais, considerando que as ações são específicas de cada Plano e de cada ente federativo. A manutenção das metas, por si só, não deve ser considerada congruência entre os Planos municipal e federal.

Organizado em 20 metas destinadas à Educação Básica, Educação Especial, Educação Profissional, Educação Superior, Formação e valorização profissional, o PNE trata, de forma específica, a gestão democrática da educação por meio da meta 19, bem como o financiamento da educação expresso na meta 20, que serão detalhadas a posteriormente.

A meta 1 do PNE, igualmente ao PME, trata da Educação Infantil, que tem sua oferta definida pela LDBEN, 9394/96, como competência do município. Essa meta determina a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, com a ampliação da oferta de educação infantil em creches, e atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência do Plano Nacional.

No contexto do diagnóstico para a educação infantil apresentado no Plano do município, ratifica-se a ideia de que a meta de universalização da pré-escola até 2016 não parecia muito distante para o município, que contava com 72% das crianças de quatro a cinco anos atendidas, além de apresentar a seguinte colocação: “Ressaltamos que os 28% restantes significam aproximadamente 200 crianças com difícil acesso às escolas, por morarem distantes das mesmas, ou por falta de interesse dos pais”. (PME, 2014).

No mesmo diagnóstico consta ainda que, no que se refere à oferta para a Educação Infantil, Porteirinha conta com 19 creches municipais, 2 escolas particulares com atendimento à Educação Infantil e 1 unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, sendo que apenas 2 creches atendem crianças a partir de 06 meses de idade. De acordo com os dadosjá mensurados no PME, faltam 11,5% das crianças serem atendidas para alcançar a meta do PNE que é de 50% do público-alvo.

As ponderações do diagnóstico para os elementos da análise relativos à educação infantil, afirmam que,

> [...] atender 50% destas crianças na Educação Infantil, com base na nossa cultura regional está fora da realidade do nosso município, uma vez que os pais acham desnecessário esse atendimento, principalmente na zona rural pela distância e o difícil acesso das creches existentes. (PME, 2014, p.65)

É preocupantea afirmação de que está “fora da realidade do município” atingir o percentual de 50% das crianças matriculadas na Educação Infantil, como determinado pelo PNE.Parece haver necessidade de estabelecer corresponsabilidades, por parte do município e das famílias dos alunos referidos, no sentido de que existe uma legislação concernente que deve ser observada.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 4º, afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança,

dentre outras prioridades, o direito à educação.A LDBEN 9.394/96, no Art. 11, inciso V por sua vez, determina que os municípios incumbir-se-ão da oferta da educação infantil, como já citado. Não foram relatadosos critérios utilizados para que o município pudesse chegar a tal conclusão com relação ao nível de interesse dos pais. Todavia, está previsto nas estratégias da meta acima citada, a criação de Programas de Orientação às Famílias (foco na importância do desenvolvimento das crianças até 03 anos), estratégia 1.2 da meta 1. Presumo que tal estratégia seja uma tentativa de contribuir com o alcance da meta 1, no tocante às famílias.

Para o município, elencam-se várias estratégias. Dentre elas, o levantamento da demanda, o monitoramento do acesso e permanência na educação infantil, e a ampliação da oferta em regime de colaboração com o Ministério da Educação.As metas de 1 a 6 do Plano demonstram alinhamento às metas do PNE e asseguraram o acesso e a permanência dos educandos nas instituições educacionais da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, e educação especial.Para tanto, foi estipulada nas estratégias a inovação das práticas pedagógicas, a inserção da tecnologia na educação infantil e a ampliação dos recursos do FUNDEB.Dessa forma, busca-se promover a garantia ao acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais.

Se as metas de 1 a 6 garantem acesso e permanência na educação, as metas subsequentes 7 e 8, tratam da qualidade da educação básica. De igual maneira, nota-se a ênfase no rendimento escolar para a elevação do IDEB, com a finalidade de atingir as médias nacionais.Para o cumprimento das metas do PME, é preciso que se estabeleça uma relação financeira com os governos Federal e Estadual, no sentido de prever a viabilidade do Plano, no que se refere aos recursos disponíveis. Uma das expectativas do município é a ampliação do FUNDEB, tanto nas arrecadações como nos repasses.

OFUNDEB, quese configura como uma proposta de atendimento abrangente para a educação básica e foi aprovado pela Emenda Constitucional nº. 53, de 19/12/2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal). A origem dos recursos desse fundo égrande parte proveniente da arrecadação de impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal de 1988.

Com a intenção de envolver todas as etapas e modalidade da educação básica, a Lei do FUNDEB estabeleceu mecanismos de ação visando sanar problemas, no que se refere às desigualdades de cada região, as quais, mesmo após a complementação da União não foram solucionadas.Contando com os avanços na distribuição de recursos, ainda persistem desigualdades

entre os entes federativos, demandando assim, maiores esforços por parte dos gestores federais. Assim, o FUNDEB se define como "um fundo que fornece recursos para todas as etapas da Educação Básica – desde creches, pré-escola, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio até a educação de jovens e adultos. O mesmo entrou em vigor em janeiro de 2007 e deve se estender até 2020".[21]

No conjunto das metas do PME, as metas 7 e 8 destinam-se a assegurar a qualidade da educação básica, demonstrando a necessidade de elevação dos índices educacionais a fim de alcançar as medias nacionais estipuladas para o IDEB. Dentre as estratégias destinadas a essas duas metas, destaca-se a implementação de políticas de inclusão e o combate à violência na escola, a consolidação do atendimento às populações tradicionais, a elevação da qualidade da educação especial e o desenvolvimento de currículos específicos para as escolas do campo.

As metas 9, 10 e 11 definem políticas destinadas à EJA, no sentido de erradicar o "analfabetismo absoluto" e elevar as taxas de "alfabetização funcional". Além disso, elas visam garantir educação para a população com 15 anos ou mais. Com essas metas, prevê-se a implantação de programas de capacitação tecnológica por meio da Universidade Aberta do Brasil, como forma de ampliar as matrículas do nível técnico.

Neste aspecto, o município se propõe, na estratégia 9.13, à articulação da rede federal de educação profissional. A LDBEN 9394/96, em seu inciso VII, define ser atribuição do Estado oferecer com prioridade o ensino médio. A formação profissional e tecnológica é parte integrante desse nível de ensino, seja ocorrendo em um mesmo curso, ou de forma concomitante com ele. Por conseguinte, a implementação de tal meta pode se tornar inexequível para o município, no que concerne aos recursos financeiros alocados para esse fim.

O PME, em consonância com o PNE, deve se articular aos demais instrumentos de planejamento, mobilizando os recursos necessários para sua execução, inclusive os financeiros.Os Planos de Educação devem constar nos orçamentos da União e dos estados para que apoiem técnica e financeiramente os municípios ao longo da década. A previsão orçamentaria é parte primordial dos planos, e sem ela sua execução pode ficar comprometida.

Em suas metas 12, 13 e 14, o Plano Municipal define ações para a educação superior, que consistem em garantir a qualidade da educação, com a ampliação da oferta de graduação e pós-graduação, ampliando o número de mestres e doutores no conjunto do sistema da educação superior para o município.

---

[21]Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/12813/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-como-funciona-o-fundeb/> Acesso em: 30 jul. 2017.

O alinhamento ou consonância das metas não pode ser compreendido como simples reprodução ou cópia do PNE, mas deve, além de agregar as metas nacionais, garantir o atendimento das especificidades municipais, respeitando a autonomia dos Municípios, considerando a contextura da legislação adjacente. No diagnóstico apresentado anteriormente pelo município não constava a oferta da educação superior em âmbito municipal, uma vez que essa modalidade de ensino, com relação a LDBEN, 9394/96, não faz parte de suas atribuições.Entretanto, a estratégia 12.1, garante a oferta de cursos superiores por partedo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Embora seja crescente a oferta da educação superior e de pós-graduação no país, sua implantação demanda critérios específicos e estruturas amplas.Ao analisar as estratégias definidas para as metas 12, 13 e 14, levando em conta o diagnóstico apresentado e as premissas legais que embasam o PME, compreendo que taisdemandasrequerem maior empenho dos envolvidos, podendo extrapolar as competências do município.

As metas 15, 16, 17 e 18, por sua vez, abordam a valorização e a formação de professores. Tais metas determinam que todos os docentes da educação básica possuam formação de nível superior, definem a implantação de formação continuada para os profissionais da educação,preveem a criação de um plano de carreira que contemple o piso nacional, e a criação de fórum permanente para acompanhamento da evolução salarial.Além disso, definem a implantação de programas de formação inicial e continuada, a serem oferecidos em parcerias com universidades públicas, e fomento para que os professores municipais possam ingressar em cursos de pós-graduação. Essasmetas, de forma mais direta, estão em consonância com as metas 12 a 14 discutidas anteriormente, uma vez que os dois conjuntos se complementam.

A meta 19 se destaca pela proposta da *gestão democrática*. Por uma verificação mais cuidadosa, é possível perceber que essa meta permeia a proposta do PME, semelhante ao PNE. Propõe-se a participação dos profissionais da educação municipal em conselhos, como forte característica da gestão democrática.

Este é um modelo de gestão que oferece oportunidade de participação e, ao mesmo tempo, leva o sujeito a se responsabilizar pelas decisões tomadas de forma coletiva. A participação na rede de educação básica em grêmios estudantis, associação de pais e mestres, conselhos escolares e várias outras ações caracterizam a gestão democrática. Uma das formas de participação essenciais da gestão democrática é a escolha do diretor, por meio de eleição direta.A meta 19 propõe incentivar os gestores municipais a constituírem os Fóruns Permanentes de Educação, como espaços democráticos de discussão.

O último ponto a descrever do PME é a meta 20. Concentrado numa única meta, o

financiamento da educação básica é tratado ali. Essa meta prevê a ampliação dos mecanismos de arrecadação, com transparência e controle social na utilização dos recursos.Determina, também, o acompanhamento da implantação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI) e o acompanhamento da aprovação da Lei de Responsabilidade educacional. Um ponto primordial dessa meta é o investimento de 28% da receita municipal anual na educação.As estratégias para o cumprimento da meta se diferem, destacando, o controle do sistema de arrecadação dos tributos municipais, e maior investimento para garantir a qualidade da educação.

Devido a realidade com que nos deparamos, relatada anteriormente, reitero a ausência de fontes e registros que pudessem favorecer a análise do processo de elaboração do Plano, no que concerne à referida consultoria.Tal afirmativa foi convalidada através de declaração expedida pela atual secretária municipal de educação, confirmando que não há nenhum documento em poder da Secretaria de Educação que comprove a prestação deste serviço, sob a alegação de que foi uma contratação efetuada pela mineradora. O setor jurídico da prefeitura não apresentou nenhum documento referente à prestação desse serviço. Ao ser procurada, a secretaria de planejamento informou que não houve licitação para a contratação do serviço, visto que a contratação não passou pela prefeitura.

Vale destacar que essa é uma exigência legal, conforme a lei 8.666, de 21de junho de 1993, que em seu Art. 2º determina que, “as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação” (BRASIL, 1993). Dessa forma, no que tange à prestação deste serviço, não foi possível constatar a legalidade, ponderando a falta de documentos comprobatórios.

Para a reorganização das dimensões metodológicas, em virtude da insuficiência de documentos, procedeu-se às alterações, utilizando a pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários. Para preservar o seu anonimato, os sujeitos não foram identificados no instrumento de pesquisa.

Essa metodologia nos permitiu analisar questões referentes ao processo de elaboração do PME. Tomando por base a totalidade das informações coletadas nos âmbitos da Equipe Técnica e Comissão Executiva, os dados foram sistematizados e agregados em categoriasde análise que apresentamos em seguida.

4.2 Sujeito em movimento: Concepções e Características Basilares

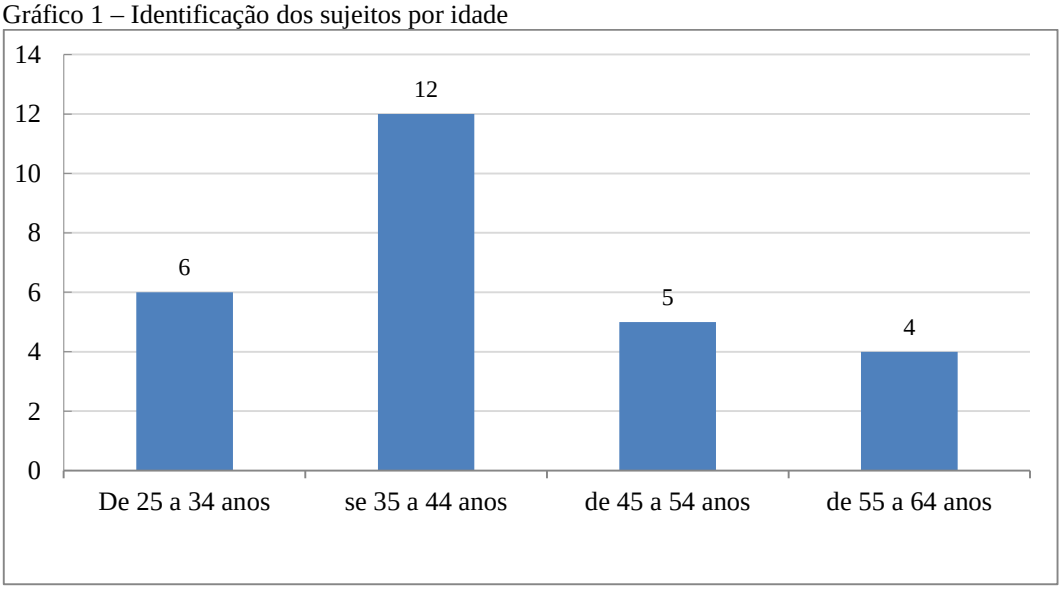
O documento final do PME(2014, p. 18), afirma que houve a “articulação dos vários segmentos e instituições ligadas à Educação, visando à construção conjunta de um documento que

contemplasse as reivindicações e expectativas da sociedade em relação à educação". Nesse sentido, para compreender a participação destes setores sociais, buscou-se por meio de questionário individual, aplicado aos membros da Equipe técnica e Comissão Executiva, compilar as *vozes* e *concepções* dos participantes, que nos ofereceram subsídios para esta análise.

Com base nos dados coletados, observa-se que o perfil dos sujeitos desta pesquisa édiversificado. Nesta categoria, os sujeitos foram agrupados por faixa etária, escolaridade, tempo de moradia no município e, por fim, uma consulta aos respondentes dos questionários sobre o seu conhecimento acerca do Plano Nacional de Educação. Registra-se que foram aplicados questionários para 27 dos 34 membros das equipes mencionadas. A intenção foi entrevistar os 34 componentes da equipe de elaboração do PME. No entento, para se chegar a este número de participantes, deparamo-nos com certa dificuldade por parte de alguns sujeitos, no que se refere à disponibilidade para responder o questionário, não sendo possível atingir a totalidade.

Constatou-se que, no quesito idade, apenas 06 respondentes possuem idade inferior a 35 anos (GRÁFICO 1).Assim, tais dados sugerem que os participantes possuem experiências e maturidade profissional para colaborar com as proposições referentes.

Gráfico 1 – Identificação dos sujeitos por idade

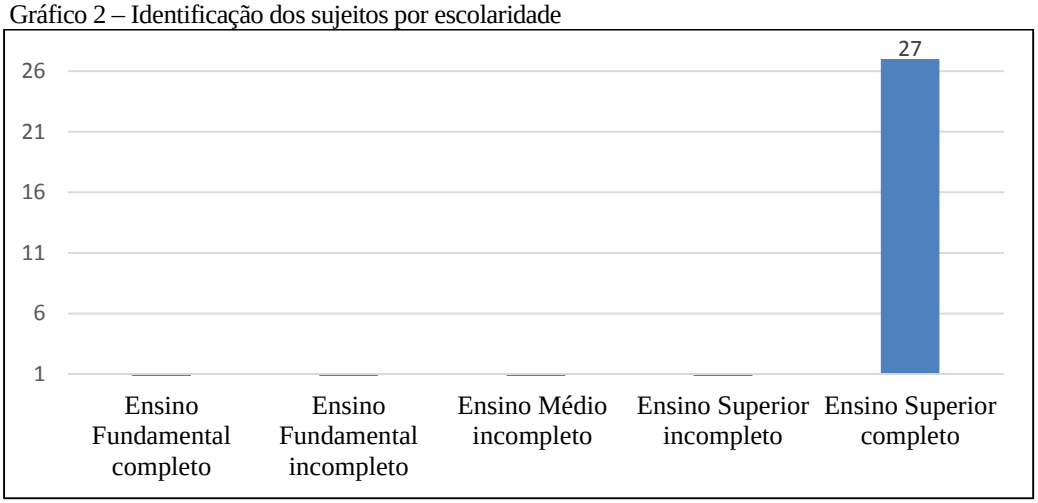


Fonte: Elaborado pela autora

Embora apresentado como ponto favorável à elaboração do Plano, na faixa etária identificada faltou a representação dos indivíduos com menor idade. Lembrando que os alunos dos anos finais do ensino fundamental e médio poderiam ter sido incluídos nas discussões sobre a elaboração do PME, discutindo as demandas desse segmento, garantindo representatividade. Podendo ter sido incluídos, também, os alunos da Educação de Jovens e Adultos e cursos técnicos, como um público diferenciado pelas características que possuem como estudantes e trabalhadores.

No que se refere à escolaridade dos participantes que representaram as instituições constituintes do processo de elaboração do Plano Municipal, a questão nº 2 do questionário revela que 100% dos representantes ouvidos possuem formação superior (GRÁFICO 2). Embora reconheçamos a importância da formação acadêmica, o dado nos indica que houve restrição a participantes que não correspondessem ao perfil acadêmico idealizado, sugerindo discriminação.

Gráfico 2 – Identificação dos sujeitos por escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora.

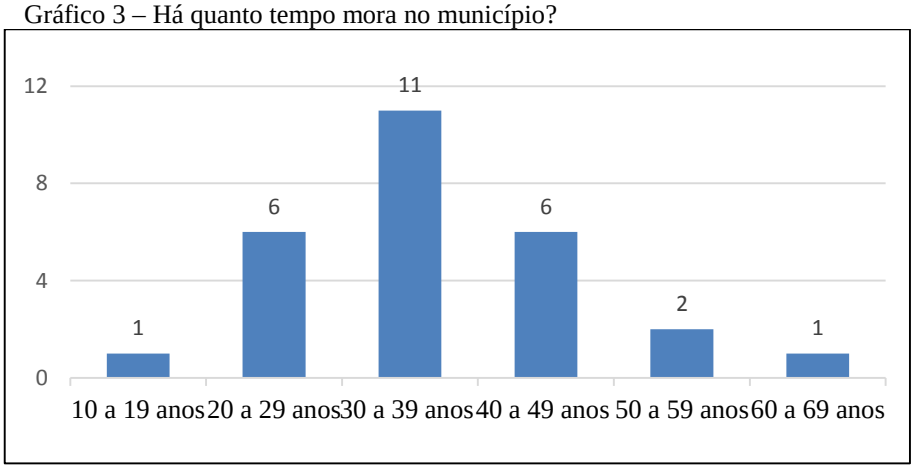
Portanto, esse dado contradiz o texto original do PME, uma vez que o mesmo defende a participação popular nas representações.Ainda nesse sentido, questiona-se que, embora o municípiotenha afirmado, no Documento Final do PME, que o mesmo, possui professores sem formação superior, não houve representatividade nesse sentido. Não se tem a informação sobre o motivo da falta de participação desse grupo, considerando o grande número de professores, que fez parte das comissões de elaboração do Plano.Em uma gestão democrática, todos devem ter a oportunidade de participar, como esclarece Luck (2009, p. 71):“A participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação [...], reduzir desigualdades [..]”. Portanto, a participação está centrada na busca de formas mais democráticas de promover a gestão de uma unidade social. As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais.

Como pode-se observar, nesta afirmação acima citada, a participação está intimamente ligada a corresponsabilidade pelas decisões tomadas em conjunto. É uma manifestação da gestão democrática.

Os dados do Gráfico3 nos revela que todos os 27 respondentes residem no município há mais de 10 anos. Tal constatação nos leva a acreditar que os sujeitos participantes das comissões conhecem com certa profundidade o município e, consequentemente suas

realidades, dificuldades e necessidades educacionais.Tal indicativo coaduna com a proposição do MEC, que sugere a participação de sujeitos conhecedores da realidade local na elaboração dos PME. De acordo com o Caderno de Orientações da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE, 2014, p. 8)[22],"traduzir e conciliar os desejos, as necessidades e as capacidades educacionais do município. [...] precisa levar em consideração a trajetória histórica, as características socioculturais e ambientais, a vocação e a perspectiva de futuro do município". Isto posto, considera-se oportuno afirmar que os sujeitos moradores do município, imersos em suas concepções históricas e culturais, são capazes de elaborar um documento legítimo, de planejar com propriedade a educação do seu município para os próximos dez anos. Assim, reitero que o grupo possui elementos importantes sobre a realidade em que está inserido, podendo contribuir de forma salutar na elaboração do Plano, no sentido de compreender as necessidades do município.

Gráfico 3 – Há quanto tempo mora no município?



Fonte: Elaborado pela autora

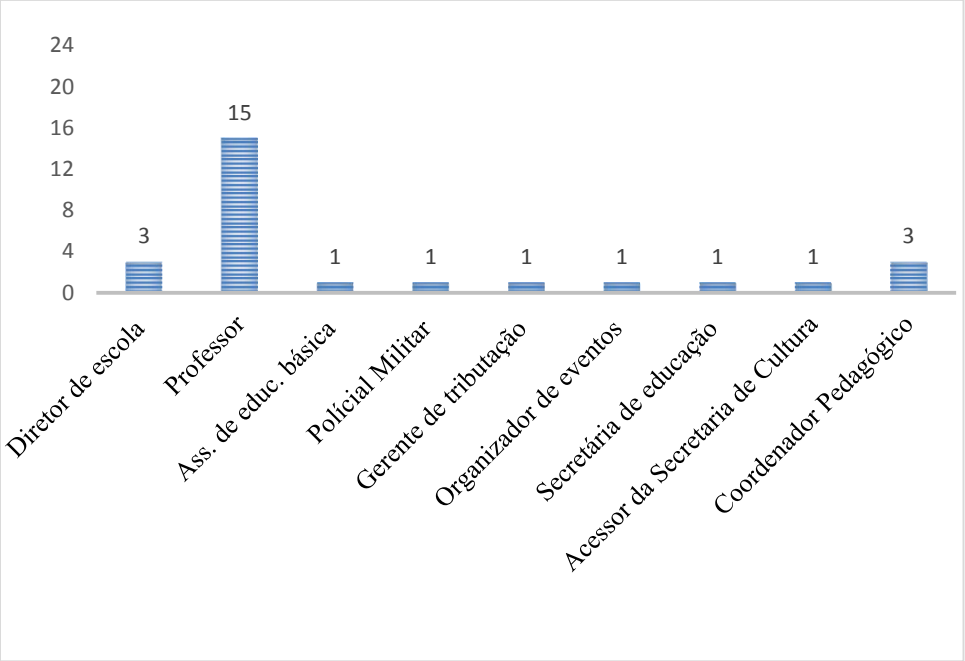
De acordo com o questionário aplicado, os sujeitos da pesquisa ocupam cargos diversos nas instituições que representam. Porém, dos 27 participantes, apenas dois não possuem vínculo direto com a área educacional. A partir do baixo percentual de profissionais de outras áreas na composição da equipe responsável pela elaboração do PME, podemos afirmar que o quadro destoa da orientação do MEC, definido pelaSASE, (2014, p. 9), onde se sugere que, "o grupo deve ser composto por pessoas das equipes da Secretaria de Educação, Administração, Planejamento e Finanças do Município, dentre outras áreas [...]".Portanto, embora o texto final do Plano afirme a

[22]A SASE foi criada em 2011 e tem como função precípua o desenvolvimento de ações para a criação de um Sistema Nacional de Educação (SNE), cujo prazo terminativo se viu consubstanciado no artigo 13 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014(que aprova o Plano Nacional de Educaçãoe dá outras providências). O SNE, segundo o diploma legal, deverá ser instituído pelo poder público, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação do PNE. Neste cenário, a SASE tem contribuído para fortalecer o caminho de construção de consensos ou acordos em torno de temas relativos ao Sistema Nacional de Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-articulacao-com-os-sistemas-de-ensino--sase/apresentacao>. Acesso em: 29 set. 2017.

participação de vários segmentos na elaboração do plano, os dados aqui apresentados não corroboram essa afirmação, uma vez que as secretarias municipais mencionadas trazem representações reduzidas, ou não foram representadas neste processo.

Ainda nesta perspectiva, a participação docente em maior número, pode incidir sob a perspectiva de mobilização para os fatores da aprendizagem, dentro do processo de elaboração do Plano, possibilitando suas contribuições nesta direção e assumirem a sua parte de responsabilidade no processo de elaboração. Assim, embora o documento final do PME (2014, p.19), afirme "a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência", diversos setores da sociedade e segmentos da educação não foram representados, de acordo com esta pesquisa, conforme aponta o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Cargo ou função dosparticipantes



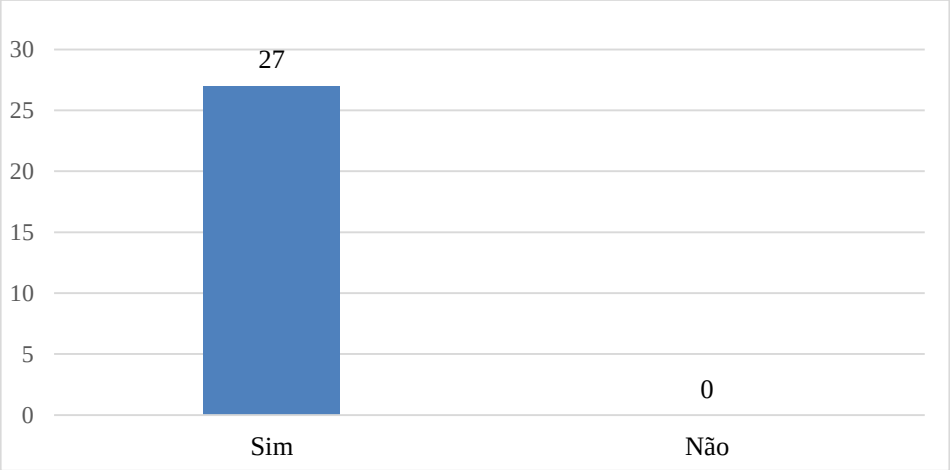
Fonte: Elaborado pela autora.

A Lei Federal n. º 13.005, de 25 de junho de 2014, como já mencionado, aprova o PNE. Esse documento prevê metas, especialmente no que diz respeito às etapas obrigatórias da educação nacional ser de responsabilidade conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. De acordo com o Ministério da Educação, as visões de políticas públicas e as soluções para os desafios educacionais são as mais diversas, e para que os Planos Municipais de Educação sejam elaborados ou adequados ao novo PNE e aos PEEs, exige compromisso e envolvimento de todos. Para a elaboração dos Planos Municipais, deve-se conhecer o que está previsto para cada ente federativo, bem como ser a capaz de contextualizar a proposta.

Assim sendo, esta pesquisa entrevistou 27 dos 35 membros das equipes de elaboração do PME, por meio do questionário, sobre o nível de conhecimento dos mesmos, a respeito do Plano Nacional de Educação, por considerar este um quesito obrigatório aos participantes, para dar suas contribuições ao Plano Municipal. Todos os entrevistados, dos diferentes setores, afirmaram conhecer o Plano Nacional de Educação.

Luck (2009, p.12) reitera que "a competência envolve conhecimentos, habilidades e atitudes referentes ao objeto de ação, sem a qual a mesma é exercida pela prática do ensaio e erro". De tal modo, conscientes dos complexos desafios a serem enfrentados, pressupõe-se que o grupo escolhido detém os conhecimentos básicos que lhes permitem fazê-lo de forma competente. Esta afirmativa deve ser considerada como fator relevante para a qualidade da participação dos sujeitos nesse processo. O Gráfico5a seguir, representa o percentual citado acima.

Gráfico 5 – Conhece o Plano Nacional de Educação?



Fonte: Elaborado pelaautora.

4.3Participação como um movimento dialético para um contexto de transformação

De acordo com as premissas da gestão democrática, a efetivação do processo de gestão inclui também a participação ativa dos envolvidos como um todo, de modo a contribuírem para a concretização desse estilo de gestão, que visa garantir a qualidade dos sistemas educacionais. Para Gadotti (1999, p. 5), "aparticipação é uma forma prática de formação para a cidadania, através da qual a população aprende a intervir no Estado e a reformá-lo a partir de fora. Isso significa governar com a participação do povo".

A construção da gestão democrática ocorre mediante a participação qualificada pela cidadania e pela promoção do bem comum, sob uma perspectiva proativa, empreendedora, competente e orientada por elevado espírito educacional. A participação demanda algo mais, no sentido de emitir opiniões, envolver-se com o processo, interferir, ouvir e aceitar as ideias do outro, ou ouvir e não aceitar, e proporu./ma alternativa. Para Demo (1996, p.18), a participação é "[...] um

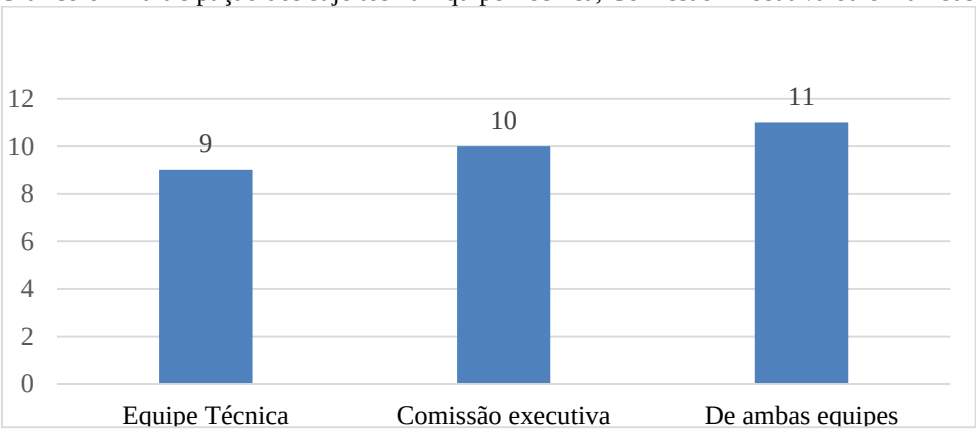
processo, no sentido legítimo do termo [...] é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada".

Por este ângulo, discute-se nesta pesquisa o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação, orientado pela IntegrareCo-Construção De Culturas Sistêmicas Ltda-ME (empresa de consultoria externa). A participação como categoria de análise será discutida com base nas respostas às questões 6 a 13 do questionário aplicado, de forma a possibilitar a identificação das formas de participação dos sujeitos nesta ação. Vale ressaltar que os elementos presentes nos questionários, que configuram a participação no processo de elaboração desse Plano, são fatores importantes para se qualificar o referido processo como democrático. Para tanto, é necessário averiguar os procedimentos adotados pela já citada empresa de consultoria na coordenação dos trabalhos, no que se refere a participação popular.

O conceito central desta pesquisa, a *gestão democrática*, se define como espaço onde todos os envolvidos no processo participam das decisões.Luck (2009, p. 70), argumenta nesse sentido, ressaltando que "[...] a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente". O documento final do PME (2014, p. 19), afirma que para sua construção foi "[observada] a gestão democrática [...], a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência".

A questão nº 6 do questionário aplicado, indagou como ocorreu a participação de cada sujeito no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação como membro exclusivo da Equipe Técnica, da Comissão Executiva[23], ou de ambas. Nos resultados obtidos, percebe-se que 11 dos 27 sujeitos pesquisados fizeram parte simultaneamente das duas equipes. O gráfico abaixo demonstra a composição das duas equipes, de acordo com os números obtidos.

Gráfico 6 – Participação dos sujeitos na Equipe Técnica, Comissão Executiva ou em ambas



[23] A comissão denominada "Comissão Coordenadora"pelo Caderno de Orientações do MEC. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf> Acesso em: 28 set. 2017.

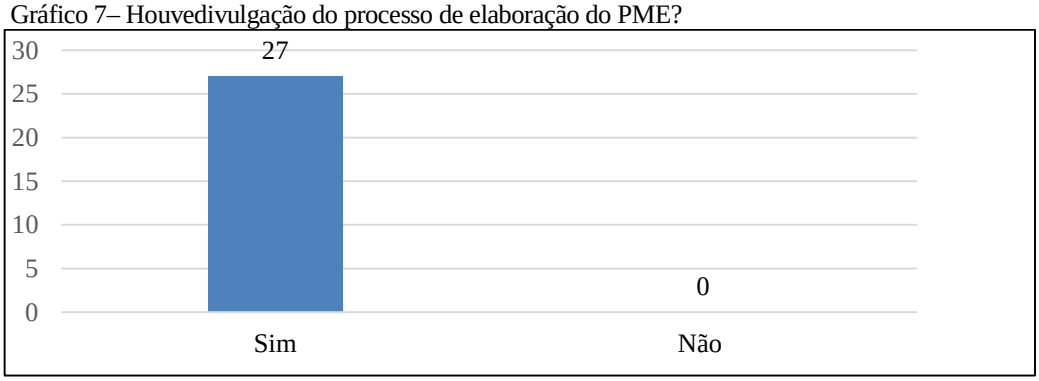
Fonte: Elaborado pela autora.

Os partícipes mencionados foram nomeados por meio do Decreto Nº 1.086 de 27 de novembro de 2014, seguindo orientações do MEC, para elaboração dos Planos Municipais. Segundo as orientações desse Ministério, contidas no C*aderno de orientações* da SASE(2014, p. 10),"a Equipe Coordenadoradeveria ser constituída por representantes dos órgãos de governo e da sociedade, além decontar com o apoio de uma Equipe Técnica". O Caderno define, ainda, que é responsabilidade da Equipe Técnica fazer o levantamento dos dados educacionais e elaborar uma proposta de Documento-Base a ser oferecido e validado pela Comissão antes da ampla divulgação e do debate público. Em Porteirinha, as duas equipes foram nomeadas no mesmo decreto mencionado anteriormente.

No planejamento educacional do município, os atores sociais são considerados como fonte de informação e conhecimento, como participantes ativos do processo coletivo de transformar a educação nos espaços onde vivem. Entretanto, para seu efetivo exercício há uma complexidade que envolve o conhecimento relacionado às questões democráticas. O principal meio de assegurar a gestão democrática e viabilizar sua prática é a participação.

Para se construir uma Política Pública de forma participativa, é necessárioa sensibilização dos sujeitos integrantes deste processo acerca da importância da construção coletiva.Para isto, a ampla divulgação nos veículos de circulação local é critério importante nesta construção, como fator que favorece o debate e desperta o desejo de fazer parte de um trabalho que leva ao bem comum. O diálogo e a comunicação são indispensáveis para que a comunidade em geral compreenda os processos educacionais e ofereça suas contribuições nos espaços decisórios de construção coletiva.

Gráfico 7– Houvedivulgação do processo de elaboração do PME?



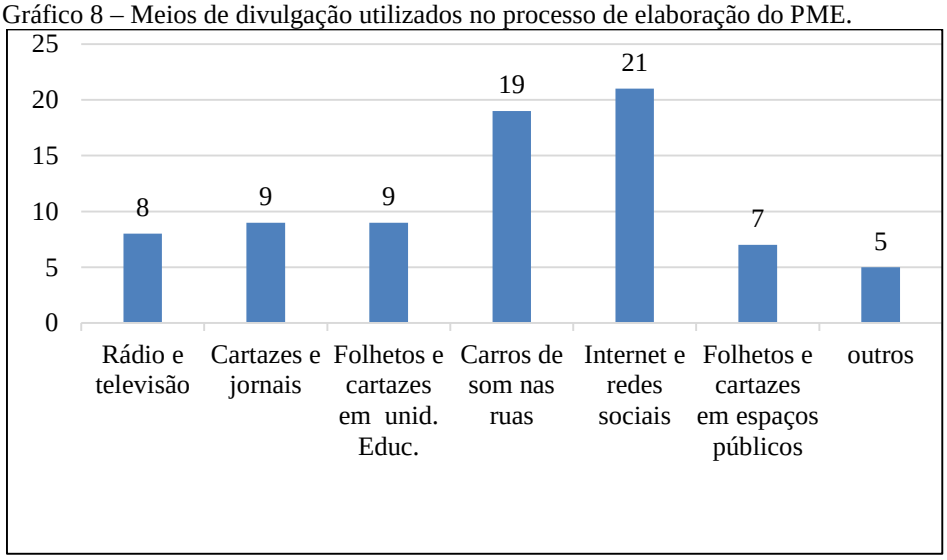
Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, o presente estudo, na questão de nº 7 indagou sobre a divulgação do processo de elaboração do Plano de Municipal de Educação. Os 27 sujeitos pesquisados foram unânimes em

afirmar que houve divulgação do processo para a comunidade em geral. Porém, muitos dos que participaram caíram em contradição ao descrever os meios de divulgação utilizados, conforme será discutido nas próximas questões.

Tendo em vista a questão anterior, a respeito da divulgação, questionou-se na questão nº 8, as formas de divulgação dos trabalhos de elaboração do Plano de Educação. Por ser um município de porte pequeno, entende-se que as estratégias de divulgação de ações dessa natureza não requerem formas complexas de mobilização de recursos físicos e materiais, para alcançar a comunidade envolvida.

Gráfico 8 – Meios de divulgação utilizados no processo de elaboração do PME.



Fonte: Elaborado pela autora.

Com a intenção de levar em conta as possibilidades do município, como podemos observar, o questionário ofereceu as opções de rádio e televisão, cartazes e jornais, folhetos e cartazes para unidadeseducacionais (públicas e privadas), carros de som nas ruas e praças, internet e redes sociais, folhetos e cartazes em espaços públicos (postos de saúde, centro comunitários, etc.) considerados as formas de divulgação do já referido trabalho mais acessíveis à população. Além dessas opções, o sujeito desta pesquisa contou com a opção “outros”, para citar as opções não contempladas pelo questionário.

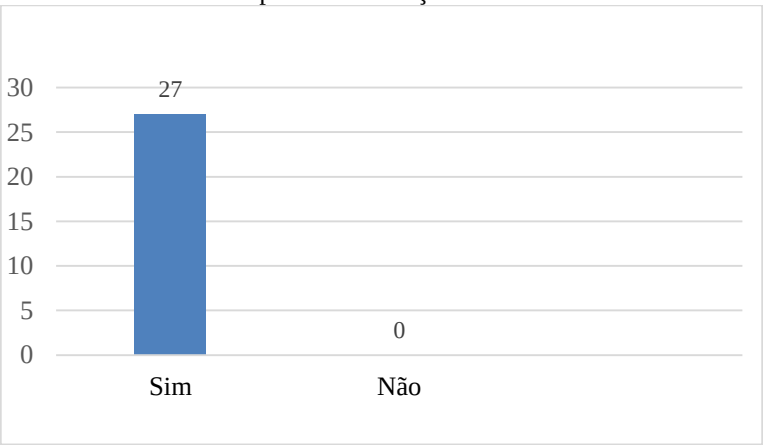
As opções com maior número de respostas foram internet, com 21 respostas, seguida de carro de som, com 19 respostas, considerado o meio de divulgação mais utilizado. Nota-se, porém, que pode se afirmar que nessa questão não houve prejuízo para a população interessada, com relação ao alcance da divulgação realizada.Contudo, na análise da questão citada, surgiram ainda, outras formas de divulgação no quesito “outros” que não foram contemplados pelo questionário. Assim, com apenas um participante para cada alternativa, apareceram as seguintes opções: audiência pública, carta e comunicado. Dois participantes da pesquisa citaram reunião

como forma de divulgação.

Discutindo ainda sobre a categoria participação, a questão nº 9 indagou sobre a participação dos sujeitos nos trabalhos de elaboração do plano, oferecendo como opção de resposta "sim" e "não".Todos os 27 participantes responderam 'sim'. Embora no questionário não se tenha definido a forma de participação, pretendia-se com esta indagação verificar se os sujeitos ouvidos estiveram presentes nos momentos coletivos de construção do documento do PME.

No entendimento de Luck (2009, p 141), a participação "corresponde a um processo de mobilização e associação de pessoas para juntas produzirem algum resultado. [...]. Participar é contribuir para a decisão que conduz ao comprometimento pela ação correspondente." Diante das respostas coletadas nos questionários, todos os sujeitos participantes responderam "sim", confirmando a participação no processo de elaboração do Plano. Os números citados estão representados pelo gráfico abaixo.

Gráfico 9 – Participou da elaboração do PME?



Fonte: Elaborado pela autora.

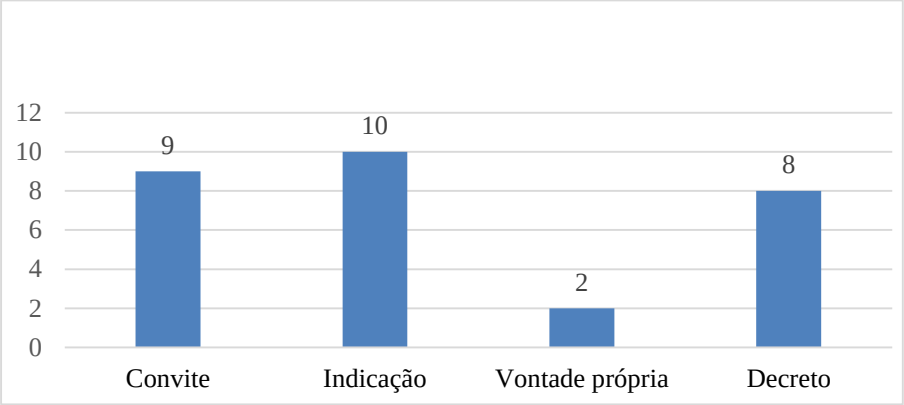
A participação é uma propriedade genuína da gestão democrática, um elemento capaz de dar legitimidade aos processos. O documento final do PME em diversos pontos assegura a gestão deste processo como democrática e participativa, e que contou com representações dos diversos setores da sociedade. Porém, uma vez que não é oferecida à população a oportunidade de participar, em consequência da divulgação por meios pouco acessíveis, a participação fica comprometida, empobrecendo o caráter democrático da gestão, e deixando de alcançar o objetivo proposto.

De acordo com Gadotti (2000, p. 6), "a população precisa efetivamente apropriar-se das informações para poder participar da tomada de decisões". Nesse aspecto, entende-se que os profissionais do próprio município, como conhecedores dos hábitos da população local, poderiam identificar essa forma de divulgação como inadequada para o município, porém, não o fizeram, sendo que havia uma consultoria na condução do processo de elaboração do Plano.

Porém, a *Integrare*, que coordenou o processo de elaboração, não detectou a fragilidade

do fator *divulgação* e considerou o processo democrático, sem levar em conta que a internet como meio de comunicação mais utilizado, segundo a pesquisa, para divulgar o processo de elaboração, é acessível a apenas 57% da população.Assim, analisando por este prisma, conclui-se que ao contratar consultorias externas na elaboração de PME, corre-se o risco de prevalecer o "olhar" destoante, de pessoas alheias à cultura, aos hábitos e às necessidades das pessoas daquele lugar, produzindo documentos com premissas que não coadunam com a realidade local. Com isso, confirma-se a fragilidade do processo quando os fatores mencionados interferem na articulação do debate para a elaboração de políticas públicas.

Gráfico 10 –A participação ocorreu por meio de?



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste item, as alternativas de participação sugeridas foram convite, indicação, vontade própria e decreto. Ressalta-se, porém, que o item "decreto" foi acrescentado ao questionário devido a publicação do decreto que nomeou as equipes de elaboração do PME. As respostas a esta pergunta permitem conclusões que não ratificam com o documento final do PME, no tocante à gestão do processo de construção, definido como democrático.

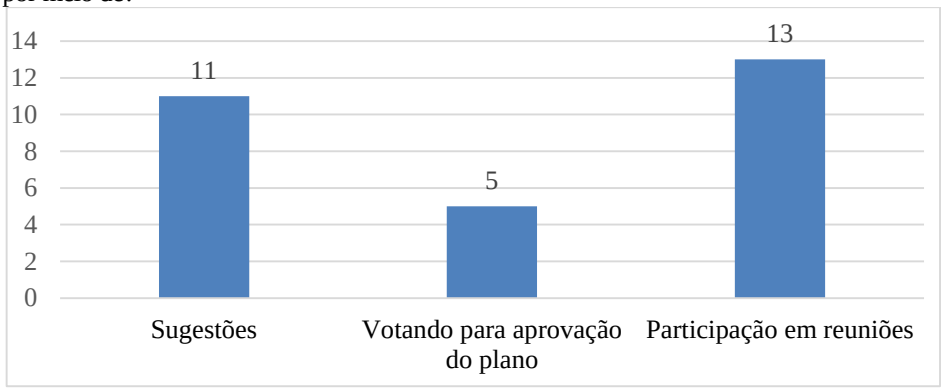
De acordo com os números, apenas 2 dos 27 sujeitos que responderam ao questionário, afirmaram ter participado por vontade própria, 8 participaram por meio de convite, 9 afirmaram terem sido indicados, e 8 foram convocados pelo decreto municipal já citado.Nos processos regidos por uma gestão democrática, os envolvidos se dispõem a participar movidos por uma consciência articuladora das ações individuais em virtude de objetivos coletivos.Conquanto, os espaços de participação, muitas vezes, ainda são fomentados pela história de uma cultura autoritária, com níveis acanhados de participação. Nem sempre esses espaços são disponibilizados para a participação e, por isso, devem ser conquistados.

Não foram encontrados registros que pudessem esclarecer se a *Integrare*, como empresa de consultoria responsável pela gestão do processo de elaboração, assentado em bases democráticas como se afirma no documento, e a quem caberia a responsabilidade de mobilizar a

comunidade local, fez alguma intervenção neste sentido. Como foi discutido anteriormente, a divulgação, realizada em sua grande parte pela internet, excluiu uma parcela da população que não tem acesso a este recurso. Quando o sujeito não está devidamente inteirado enão tem clareza do processo, sua participação torna-se dispensável.

Dessa forma, conclui-se que o trabalho de sensibilização da comunidade para compor o processo de construção do Plano não alcançou o objetivo, uma vez que a participação da quase totalidade dos sujeitos se deu por meio de instrumentos legais. Esta afirmativa parte do princípio que apenas 2 participantes relataram tê-lo feito por vontade própria. Os referidos dados foramapresentados anteriormente no Gráfico10.

Gráfico 11 – Suas contribuições na elaboração do Plano Municipal de Educação aconteceram por meio de?



Fonte: Elaborado pela autora.

A participação dos sujeitos nos espaços decisórios pode acontecer de várias formas.Luck (2006, p. 35-48) elenca tais formas como “participação como presença; participação como expressão verbal e discussão, participação como representação política, participação como tomada de decisão e participação como engajamento”. Assim, a participação se expressa com significados e alcances variados. Mas, para que a participação se concretize, o sujeito deve oferecer suas contribuições ao processo. Nesse aspecto, Luck (2011, p. 28), nos alerta para o fato de que “[...] inúmeras experiências de participação são realizadas sem que tenham um verdadeiro sentido político-democrático ou sentido pedagógico de transformação, como deveria ser o caso.”.

Partindo dessa afirmativa, a questão nº 11 traz a seguinte indagação: “Quais suas contribuições na elaboração do Plano Municipal de Educação? Aconteceram por meio de sugestões, votando em aprovação do Plano ou com participação em reuniões?”. Para refletir sobre este questionamento, recorremos às discussões sobre *participação* que Luck faz em seus trabalhos.

De acordo com as colocações da autora (2011), como citado, o primeiro tipo de participação, é a *participação como presença*, que se caracteriza como aquele participante que faz parte de um grupo por obrigação, sem considerar sua atuação efetiva nele. É uma participação

apenas protocolar, uma vez que não interfere na realidade da qual faz parte, o que caracteriza a *falsa*participação. Estar presente em um determinado local, por si só, não garante a participação.

O segundo tipo, a *participação como expressão verbal*, é o momento em que pessoas expressam suas opiniões e sentem-se ou são entendidos como participantes. Porém, apenas a expressão verbal não revela a ação participativa.Para Luck, esse tipo de participação é muitas vezes bastante limitado, considerando que os problemas são verbalizados, as opiniões são expostas, mas não há um compartilhamento de responsabilidade por sua realização. Em muitas situações, as decisões já estão tomadas.

A *participação como representação* é a terceira forma de participação citada pela autora. É uma forma expressiva de participação, especialmente nos casos onde não é possível a participação direta de todos. Assim, as demandas e expectativas ficam sob a responsabilidade de um representante escolhido, que deverá manifestar e defender os interesses daqueles a quem representa. A autora aponta que, apesar de essa forma de participação assentar-se em um princípio de gestão democrática, a representação é na realidade um grande "arremedo", podendo até mesmo ser entendida como uma falsa democracia (LUCK, 2011, p. 41). A participação não deve se configurar apenas pela delegação de poderes a alguém, como forma de transferir responsabilidades. É preciso assumir a efetivação das propostas definidas e contribuir para o alcance dos objetivos.

A quarta forma é a *participação como tomada de decisão*. Nesse aspecto, *participar* significa compartilhar de poder que leva à corresponsabilidade pelas decisões tomadas em conjunto e, assim, exige arcar com eventuais dificuldades para cumpri-las.Para que esta forma de participação seja fidedigna, é necessário que fique claro o papel do grupo como um todo e ao mesmo tempo, o papel de cada um, para que as tomadas de decisões não se restrinjam apenas a um membro do grupo, quando os demais componentes ficam por conta das questões operacionais.

A *participação como engajamento*, é colocada pela autora como a forma mais plena de participação. Exige envolvimento nos processos sociais e demanda assumir responsabilidades nos espaços ocupados, para o alcance dos objetivos esperados. Somente seguindo esses preceitos, a participação terá um sentido pleno, em direção a um movimento coletivo, tendo em vista a superação da alienação.

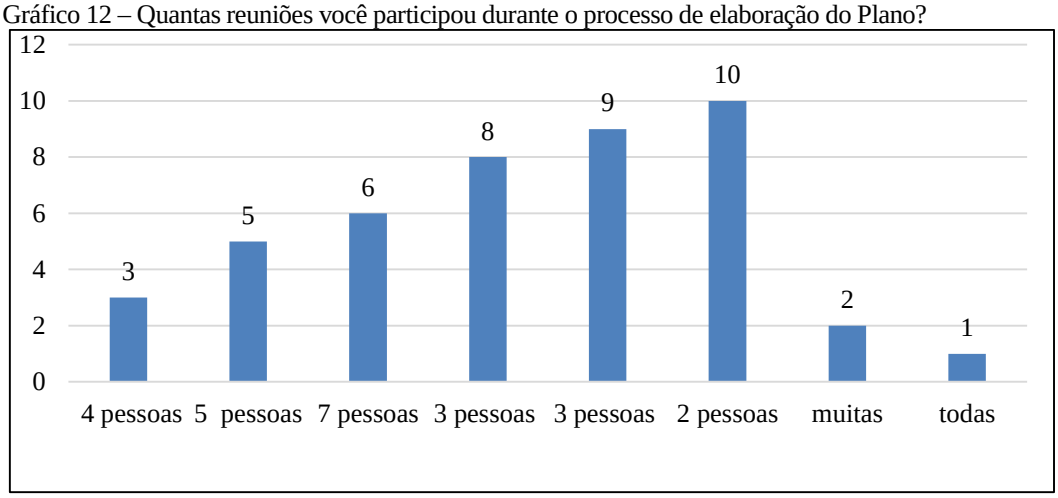
A partir dessas reflexões em torno da participação, retoma-se a questão 11 do questionário, sobre as formas de participação dos sujeitos no processo de elaboração do PME. As respostas confirmam que 20 dos 27 participantes afirmaram que sua participação ocorreu na forma de presença em reuniões. Partindo das afirmações feitas anteriormente, a participação como presença não assegura o caráter democrático do processo. O participante pode estar presente, apenas

por uma determinação, como mostram os números da questão 10 do questionário, quando os sujeitos afirmam que a participação ocorreu por meio de indicação.

A indicação, por si só, não configura engajamento, tido como forma autêntica de participação. Quando o PME (2015, p.19), em seu documento final afirma que "A elaboração participativa deste Plano significa que as diretrizes e metas definidas, de forma articulada possibilitam efetivamente concretizar a educação de qualidade", não demonstra, nas informações coletadas pelo questionário, a participação efetiva que requer o processo democrático.

A participação por indicação não leva o sujeito ao comprometimento, que por sua vez acarreta a responsabilidade pelas metas definidas. Nesse caso, as diretrizes e metas definidas no PME ficam enfraquecidas devido à falta de comprometimento que caracteriza a participação por indicação, conforme dados do questionário (GRÁFICO 12).

Gráfico 12 – Quantas reuniões você participou durante o processo de elaboração do Plano?



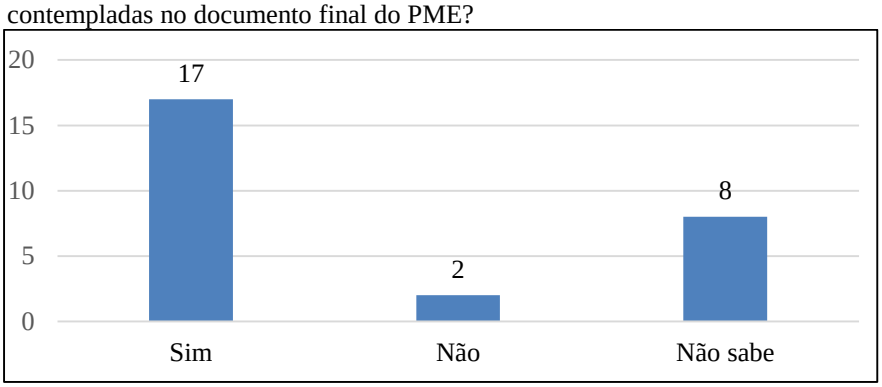
Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda apresentando números referentes à participação, a questão 12 buscou saber em quantas reuniões cada sujeito participou, sabendo-se que em processos de gestão democrática, as decisões são tomadas coletivamente. Neste ponto, as pessoas tiveram respostas que variaram entre 2 a 10 participações. Através do gráfico acima, nota-se que o maior número de pessoas (7) disse participar de 6 reuniões. Apenas uma pessoa assumiu ter participado de todas as reuniões e as demais 19 pessoas ficaram entre os percentuais de 2, 3,4,5, 8, 9 e 10 participações em reuniões. Assim, podemos afirmar que a média de participação em reuniõesfoi de6, uma vez que 9 pessoas participaram menos de 6 reuniõese, 9 acima de 6 reuniões, de acordo com o questionário aplicado.

Observa-se ainda, na questão 12, que as pessoas estão divididas quanto ao número de reuniões nas quais participaram. Não foi encontrada nenhuma lista de presença vinculada às reuniões. Como já citado na metodologia dessa pesquisa, a falta de registro foi um fator que levou a mudanças de metodologia no decorrer deste trabalho. Assim, se as formas de participação como

presença não garantem um processo como democrático, esse processo torna-se ainda mais frágilquando a participação é baixa.

Gráfico 13 – Suas sugestões para o Plano Municipal de Educação foram contempladas no documento final do PME?



Fonte: Elaborado pela autora.

Também dentro da categoria *participação*, partindo do pressuposto que houve efetivamente participação, com base nas respostas da questão 12, foi indagado ao grupo, por meio da questão 13, se: "suas sugestões para o Plano Municipal de Educação foram contempladas no documento final do PME?" Neste ponto específico, houve algumas informações contraditórias. Quando os participantes foram questionadosquanto à sua forma de participação, se com sugestões, aprovação do plano ou com participação em reuniões, o maior número afirmou que a participação ocorreu por meio das reuniões.

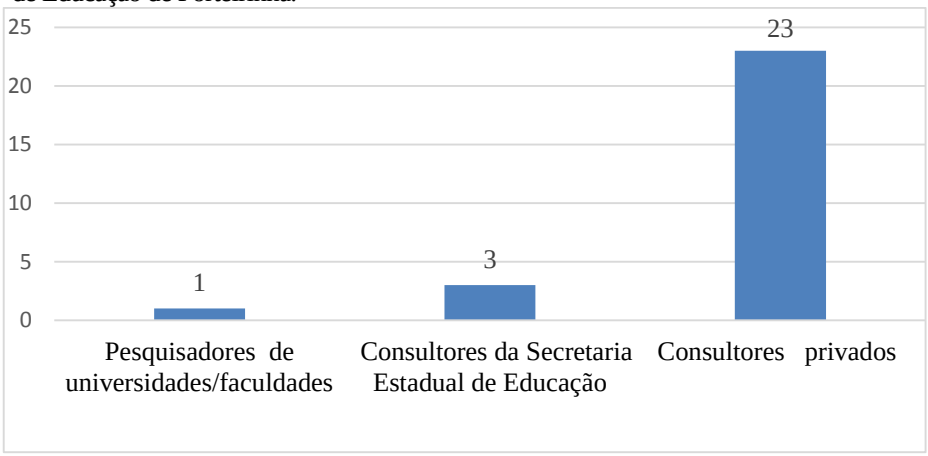
Na questão de número 13, o maior número respondeu "sim" para participação com sugestões. Entretanto, 8 participantes reponderam que "não sabe". Destaca-se nessa opção, a constatação do número de componentes das equipes de elaboração, que estão alheias ao processo. Tal constatação leva-nos a afirmar que, os sujeitos em questão, não participaram efetivamente das discussões durante o processo de elaboração do PME de Porteirinha. Nota-se que há divergência com as informações da questão 13, em que 7 pessoas afirmam participar de 6 reuniões. Mas, ainda assim, desconhecem se suas sugestões foram contempladas.

4.4Percorrendo os caminhos de uma construção coletiva para o Plano Municipal dePorteirinha

Discutiremos no tópico "elaboração e coordenação do processo", as questões de 14 a 20 do instrumento de coleta de dados desta pesquisa. De acordo com o MEC, os Planos Municipais devem expressar as demandas, desafios e potencialidades locais.Contudo, tais elementos devem estar alinhados com a capacidade econômica de cada município, e serem elaborados a partir de um extenso debate social para agregar a pluralidade de olhares que a sociedade tem sobre a realidade que deseja modificar. Para o MEC, o documento deve refletir a realidade identificada pela

comunidade local. Dessa forma a questão 14, indagou aos participantes sobre a área de atuação da consultoria mencionada, se faz parte do setor público ou não. Ressaltando que os consultores não fazem parte das equipes locais de elaboração, definidas pelo município de Porteirinha.

Gráfico 14 – Setor de atuação dos consultores que coordenaram o processode elaboração do Plano de Educação de Porteirinha.



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o texto constante na condicionante nº 50b, como parte da determinação destinada à empresa mineradora, foi estabelecido pela SUPRAM que fosse firmado convênio, preferencialmente, com estabelecimento de ensino superior, para elaborar ou revisar, caso possuísse, o PME, considerando os objetivos, diretrizes e metas do PNEpara o período de 2011-2020. A questão 14 do questionário procurouverificar a interpretação de tal sugestão pela empresa de mineração, no que diz respeito à contratação de instituição superior para a realização dos trabalhos.

Com o resultado desse questionamento, foi possível constatar que a empresa optou por contratar uma consultoria privada. Por não ser uma determinação, a mineradora não descumpriu nenhuma norma nesse aspecto. Porém, a comunidade deixou de contar com um trabalho de cunho acadêmico, no tocante a pesquisa e elaboração do documento final do PME, conforme demonstra o Gráfico14. Foi possível constatar ainda, que quatro participantes deram respostas fora do contexto. Afirmaram que a consultoria fazia parte da Secretaria Estadual de Educação ou de universidades. O fato demonstra certo desconhecimento do processo por parte de alguns membros das comissões de elaboração.

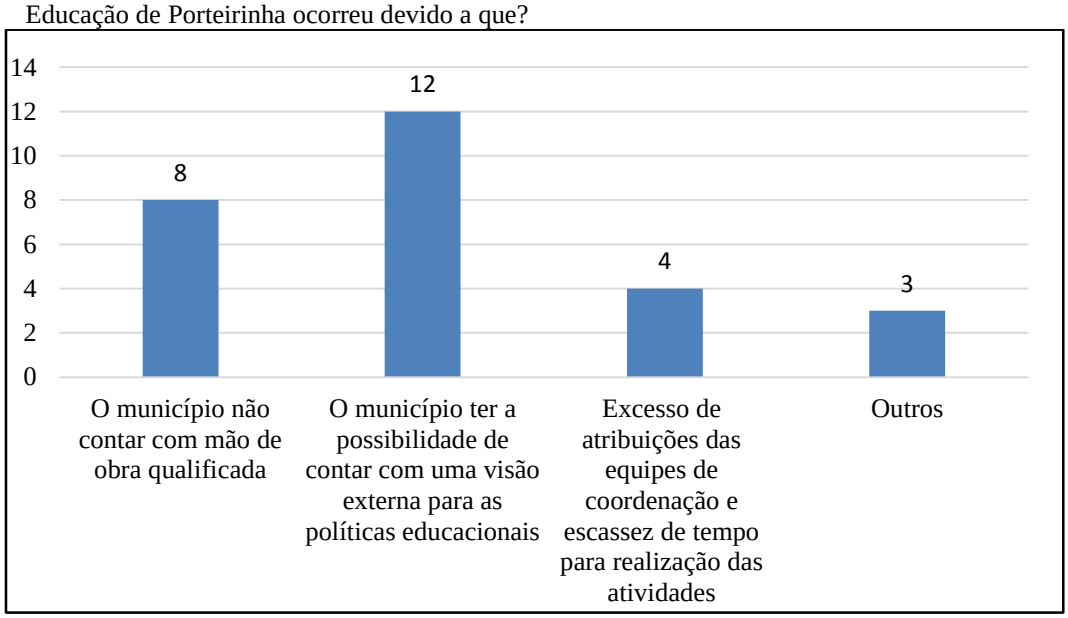
Ainda de acordo com as orientações do Ministério da Educação, a SASE (2014, p. 7) alerta que “os Planos construídos em gabinetes ou por consultores alheios à realidade municipal tendem ao fracasso. [...], tem de ter legitimidade para ter sucesso. Somente um PME legítimo pode contar com o apoio de todos para monitorar seus resultados e impulsionar a sua concretização.”

Ainda que tenham sido dadas as orientações para a elaboração dos Planos Municipais

no que concerne à legitimidade como premissa indispensável ao trabalho, o processo de elaboração do PME de Porteirinha, objeto de estudo desta pesquisa, contou com a coordenação de uma consultoria externa, a *Integrare*. Como já foi citada anteriormente, a empresa foi custeada pela mineradora *Carpathian Gold Inc.*, instalada no município de Riacho dos Machados.

Em virtude do que foi mencionado, a questão 15 do questionário buscou saber, junto aos sujeitos desta pesquisa, os motivos que levaram o município recorrer a este serviço de consultoria com a seguinte pergunta: A contratação de uma consultoria externa para a elaboração do Plano ocorreu devido ao fato de:a) o município não contar com mão de obra qualificada; b) o município ter a possibilidade de contar com uma visão externa para as políticas educacionais; c) ao excesso de atribuições das equipes de coordenação e escassez de tempo para realização das atividades; outros.

Gráfico 15 – A contratação de uma consultoria externa para a elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha ocorreu devido a que?



Fonte: Elaborado pela autora

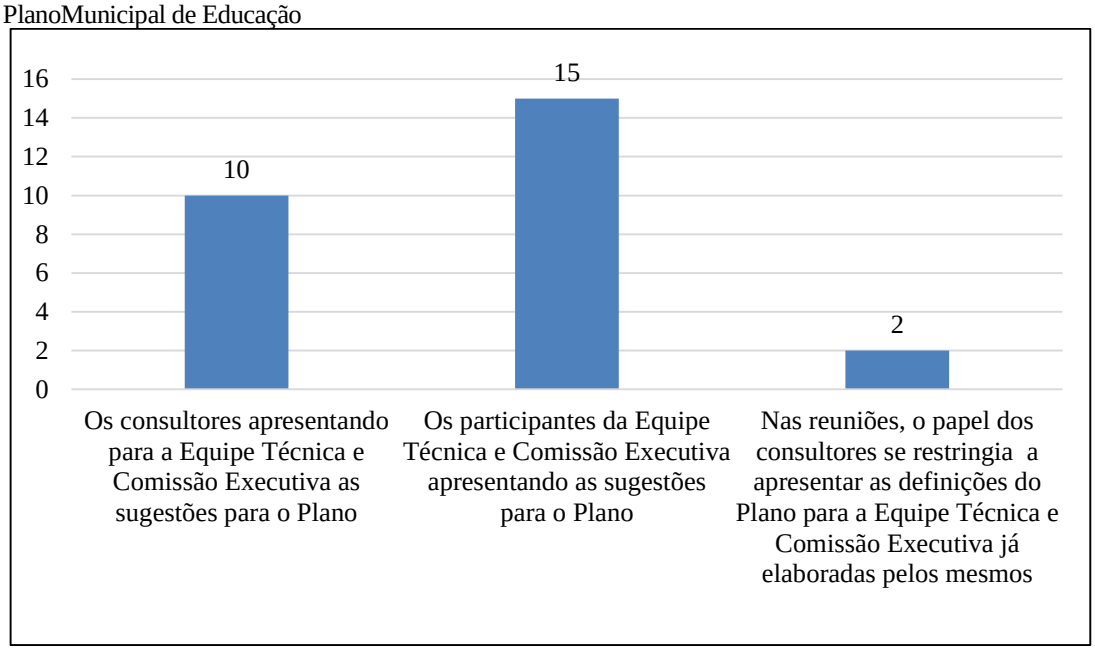
Dos 27 participantes ouvidos, 12 responderam a alternativa “b”(possibilidade de contar com uma visão externa). Dado o exposto, percebe-se que houve uma interpretação equivocada sobre a relevância de se considerar os aspectos locais, com as demandas levantadas pelos integrantes da comunidade, com diferentes visões e vivências, no processo de construção do PME. Sem essa observação, o Plano ganha características alheias à realidade local, prevalecendo a “visão externa” de uma consultoria. Ao levar em consideração esses aspectos, é possível afirmar que os sujeitos que fizeram parte da elaboração do PME, e que responderam a este questionário, não apresentam clareza sobre referido processo.

Além dos números referidos, nota-se no Gráfico 15 que três participantes assinalaram

a opção “outros”. Aparece como resposta para esse item: “a parceria com a mineradora”.É possível perceber com esta colocação, certo desconhecimento do processo por parte dos sujeitos ao apontar a mineradora como parceira da prefeitura e, por este motivo a consultoria ter sido contratada, conforme já esclarecido.

Oprocesso de elaboração do PME ocorreu na forma de reuniões. Conduzidas pela empresa de consultoria, entende-se que foram espaços de discussão e tomada de decisão em torno do PME.Em vista disso, discutiu-se nesta pesquisa sobre a participação dos sujeitos neste processo, enquanto gestão democrática.

Gráfico 16 – Qual foi a principal metodologia utilizada para conduzir as reuniões de elaboração do PlanoMunicipal de Educação



Fonte: Elaborado pela autora.

É importante salientar que, analisando as definições fornecidas pelo instrumento utilizado para a coleta de dados, constatou-se que a participação em reuniões foi a forma mais utilizada pelos sujeitos

A fim de compreender a condução do processo mencionado, buscando elementos que possam identificá-lo, discutiu-se na questão 16 a principal metodologia utilizada para conduzir as reuniões de elaboração do Plano Municipal de Educação. A esse respeito, 15 dos 27 sujeitos deste estudo assinalaram a alternativa “b” a qual assegura que o processo transcorreu com os participantes da Equipe Técnica e Comissão Executiva apresentando as sugestões para o Plano, o que sugere a “participação por engajamento”, quando há envolvimento e comprometimento dos sujeitos.

Embora os sujeitos desta pesquisa tenham optado por esta afirmativa, é oportuno lembrar que foi afirmado pelo mesmo grupo anteriormente, na questão 11, que a forma de participação selecionada em maior número, foi a participação em reuniões. Esta forma de

participação é caracterizada pela participação como presença e o participante, neste caso, não oferece contribuições ao processo. Ademais, também foi ressaltado pelo mesmo grupo, na questão 15 do já referido instrumento, a importância se ter uma visão externa de uma consultoria.

A propósito destas afirmações, podemosconcluir, baseado no instrumento utilizado para a coleta de informações e nos elementos fornecidos, que o grupo apresenta dúvidas acerca do processo de elaboração do PME. Tais colocações demonstram a fragilidade na participação dos envolvidos. Diante dos aspectos analisados, é cabível afirmar que o caráter democrático da gestão desse processo ficou enfraquecido. O Gráfico17 representa os números coletados pelo questionário.

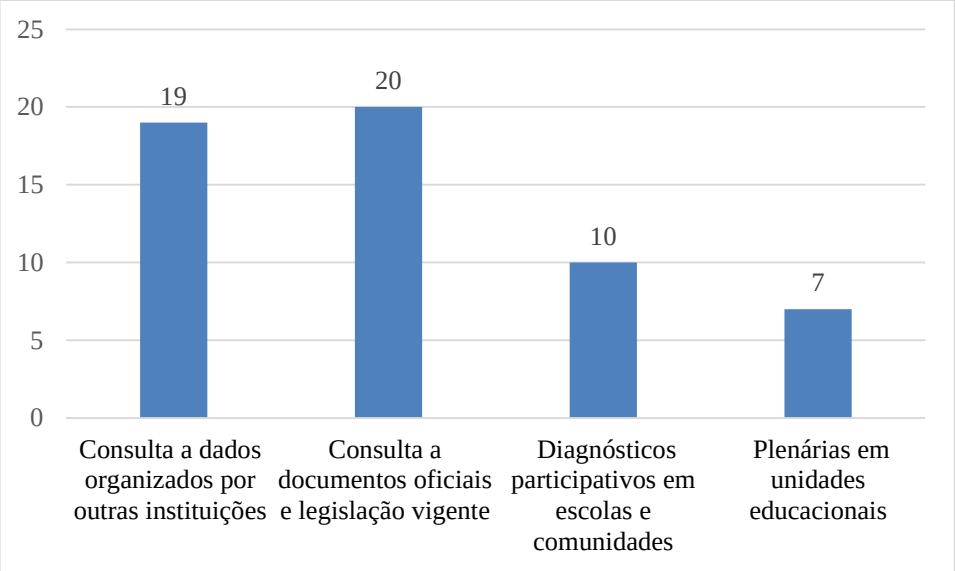
É preciso sublinhar que, se o PME de Porteirinha examina apenasos dados e documentos já existentes, no que se refere ao planejamento do contexto local atual, pode haver divergência. O diagnóstico local é imprescindível para o fortalecimento do Plano e caracterização do contexto a ser planejado. O gráfico 17 retrata os meios utilizados para a coleta de informações, necessárias à elaboração do Plano. Apenas 10, dos 27 respondentes, apontaram o diagnóstico como uma das formas de coleta. 20 sujeitos falaram sobre a busca de dados em documentos oficiais, complementando com as afirmativas de 19 respondentes que afirmam a consulta a dados organizados por outras instituições. O Documento Final do PME, (2015, p.21), aponta que sua construção ocorreu a partir da participação da comunidade local, ainda que, o diagnóstico não tenha sido citado pela maioria dos sujeitos como uma metodologia utilizada.

Para identificar a metodologia utilizada pela *Integrare*, indagou-se na questão 17: Quais as principais metodologias utilizadas para a elaboração do Plano de Educação do município? Devem ser observados alguns preceitos que norteiam a construção deste documento, de acordo com as seguintes argumentações de Saviani (1999, p. 132-133):

> a) efetuar um diagnóstico dasnecessidadeseducacionaisa serem atendidaspelo Sistema de Ensino Municipal; b) explicitar asdiretrizes que orientarão a elaboração do plano, justificandoasopçõesadotadase as prioridades assumidas; c) definir as metas a serem alcançadas distribuindo-asnum cronograma que indique asetapas a serem vencidasao longo do tempo de vigência do plano; d) Especificar, para cada setor e respectivasmetas, osmeiosdisponíveis e aquelesque deverão ser providos; e) elaborar um quadro claro dos recursos financeirosdisponíveis assim como das fontes de recursos adicionais de modo a assegurar o que foi planejado.

Os participantes optaram pela alternativa “consulta a dados organizados por outras instituições” [IBGE (Censo, PNAD), IPEA, INEP (IDEB, Censo Escolar), MEC, etc.]. É necessário lançar mão de fontes oficiais para se adquirir o panorama geral da educação do município em questão. No entanto, apesar da importância dessas informações, isso não isenta os responsáveis pela elaboração do Plano da necessidade de realização de um diagnóstico participativo das necessidades educacionais do município, para a elaboração do PME.

Gráfico 17 – Quais são as principais metodologias utilizadas para a elaboração doPlano de Educação do município de Porteirinha?



Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda sobre o tópico "elaboração e coordenação do processo", foi questionado ao grupo, por meio do instrumento de coleta de dados, sobre o tempo de atuação da consultoria para elaboração do PME. Levando em conta a complexidade do processo, desde a sensibilização da comunidade até a conclusão do documento final, entendemos que requer tempo para o desenvolvimento das etapas de construção, assim como a definição dos meios e formas de avaliação. Em face da necessidade do amplo debate a ser realizado e da multiplicidade de fatores que envolvem esse processo, são oportunas as palavras de Gadotti (2000, p.11) que reiteram que,

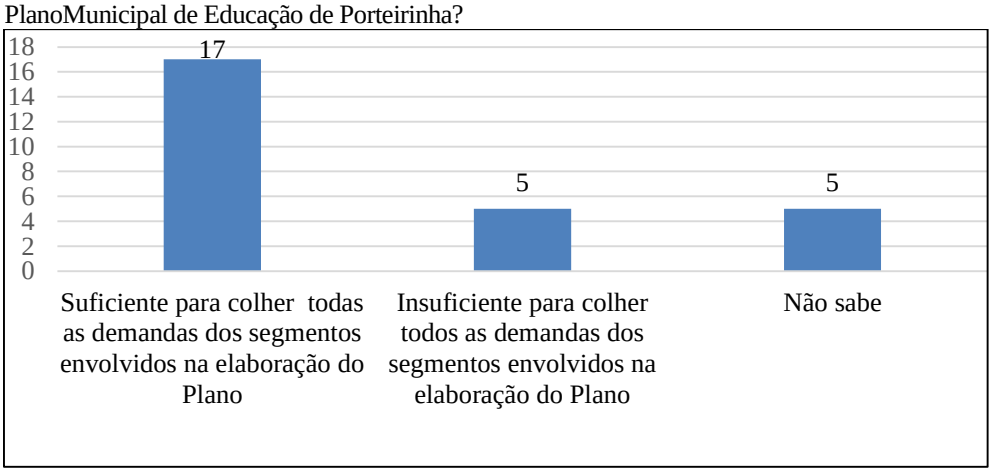
> O Plano Municipal de Educação (PME) não deve ser apenas um instrumento formal.De nada adiantaria contratar uma empresa de consultoria para fazer o melhor plano no papel. Ele só será eficaz na medida em que for elaborado com os principais agentes de educação no Município [...], a partir do conhecimento das reais necessidades locais. Isso porque, acima de tudo, ele deve ser um plano factível e executado a curto prazo pela Secretaria. Um Plano Municipal de Educação supõe: a) conhecimento detalhado da situação educacional do Município e dos recursos disponíveis (humanos, financeiros, etc); b) mobilização da comunidade; c) definição de finalidades, prioridades e de metas a atingir; d) organização de um sistema de avaliação permanente do plano.

As colocações do autor conduzem à confirmação de que o PME somente será legítimo e eficaz, se elaborado a partir da coletividade conhecedora das necessidades do município. Delegar essa tarefa uma empresa de consultoria é correr o risco de se ter um plano inadequado à realidade e inviável para o município. Não se planeja uma realidade sem primeiro conhecê-la.

Dessa forma e em vista de tal complexidade, a questão 18 do questionário de pesquisa, indagou aos sujeitos:Como você define o tempo de atuação da consultoria na elaboração do Plano Municipal de Educação? Foram entrevistados 27 participantes. 17 deles marcaram a resposta “a”, assegurando que foi suficiente para colher todos as demandas dos segmentos envolvidos na elaboração do Plano.

Inicialmente, houve a intenção de confrontar as respostas com o período utilizado pelos consultores, para a realização do trabalho. No entanto, as afirmativas não puderam ser comparadas com o tempo de atuação da consultoria na elaboração do PME pelo fato de não serem localizados registros que contribuíssem nesse aspecto. A informação do Gráfico 18 representa os dados citados.

Gráfico 18 – Como você define o tempo de atuação da consultoria na elaboração do PlanoMunicipal de Educação de Porteirinha?



Fonte: Elaborado pela autora

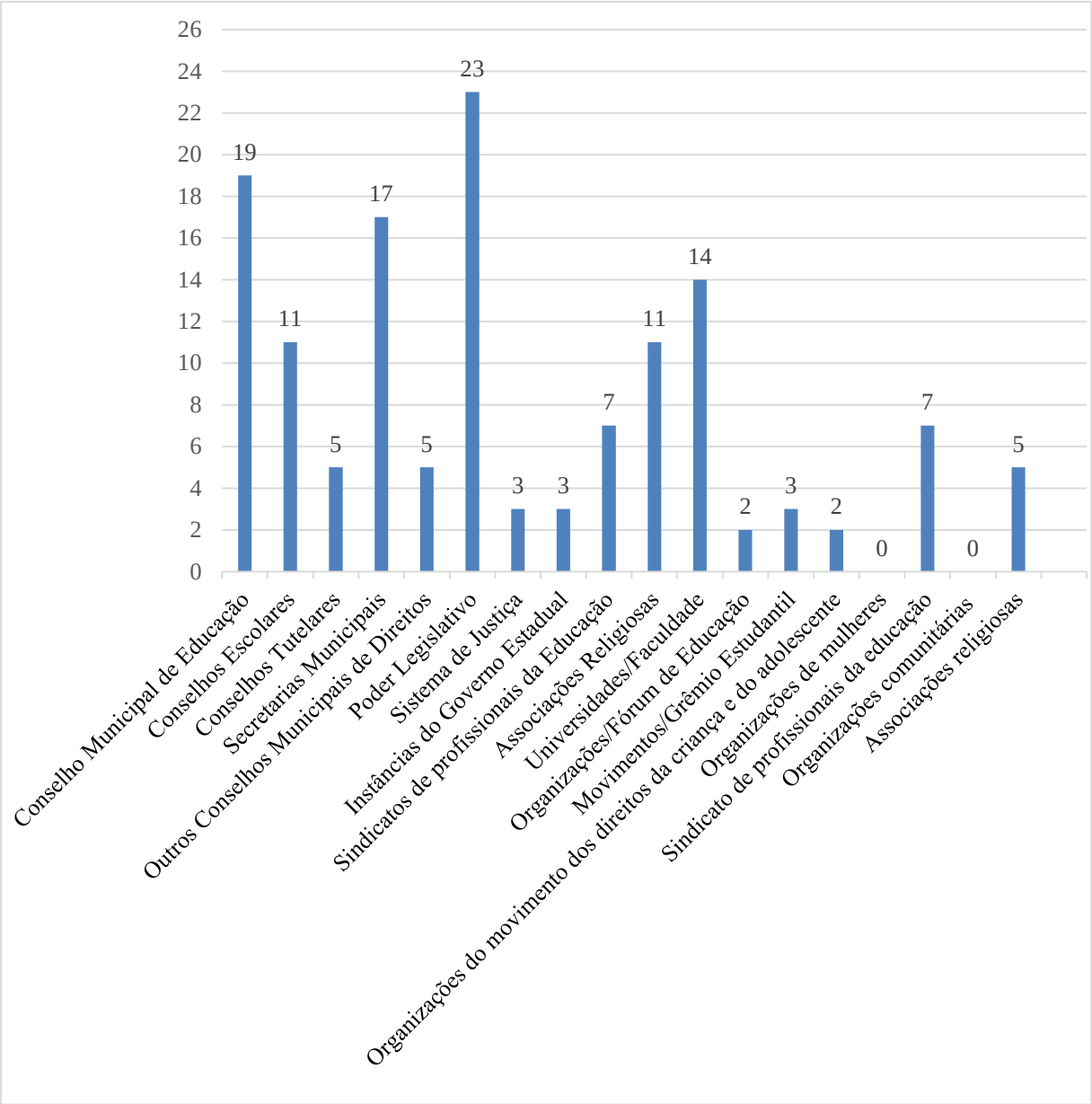
A elaboração do PME, segundo o documento final, imprime um caráter de decisão coletiva ao afirmar que foram convidados para compor os trabalhos de elaboração diversas instituições e membros da sociedade civil. Segundo consta no referido documento, (2014, p. 20), “Construir um plano municipal de educação é integrar diferentes concepções de realidade e formas de operar; é ampliar o acesso aos diversificados olhares”. Nessa perspectiva, buscou-se identificar quais instituições ou segmentos participaram desse processo. É preciso sublinhar aqui que os participantes puderam optar por mais de uma resposta.

No PME, afirma-se o engajamento da sociedade civil no processo de construção do Plano, com a participação de “toda” sociedade civil. Considerando ser este um processo democrático permeado pela participação da comunidade, é pertinente verificar quais das instituições/entidades que atuam no município participaram da elaboração do Plano Municipal de Educação.Éde suma importância as contribuições da sociedade civil, para trazer as demandas que podem ser identificadas por sujeitos que esão do lado externo setor da educação. Para

mensurar a participação social, questionou-se quais as instituições que participaram do processo de elaboração do plano.

Nos dados coletados, identificou-se que, embora o grande número de respondentes afirme a participação do poder legislativo com 23 respostas,nenhum vereador respondeu ao questionário aplicado, como membro das equipes de elaboração, pela dificuldade de disponibilidade. Outro segmento que aparece nas respostas, em grande numera é o conselho municipal de educação com 19 respostas seguido de conselhos tutelares com 17 respostas. Mesmo com as respostas indicando a participação desses segmentos, os dados se divergem aos que foram coletados no gráfico 4, que trata da identificaçãodos participantes. Não foram identificados representantes dos conselhos mencionados.

Gráfico 19 – Quais das instituições/ entidades que atuam no município participaram da elaboração do Plano Municipal de Educação?



Fonte: Elaborado pela autora

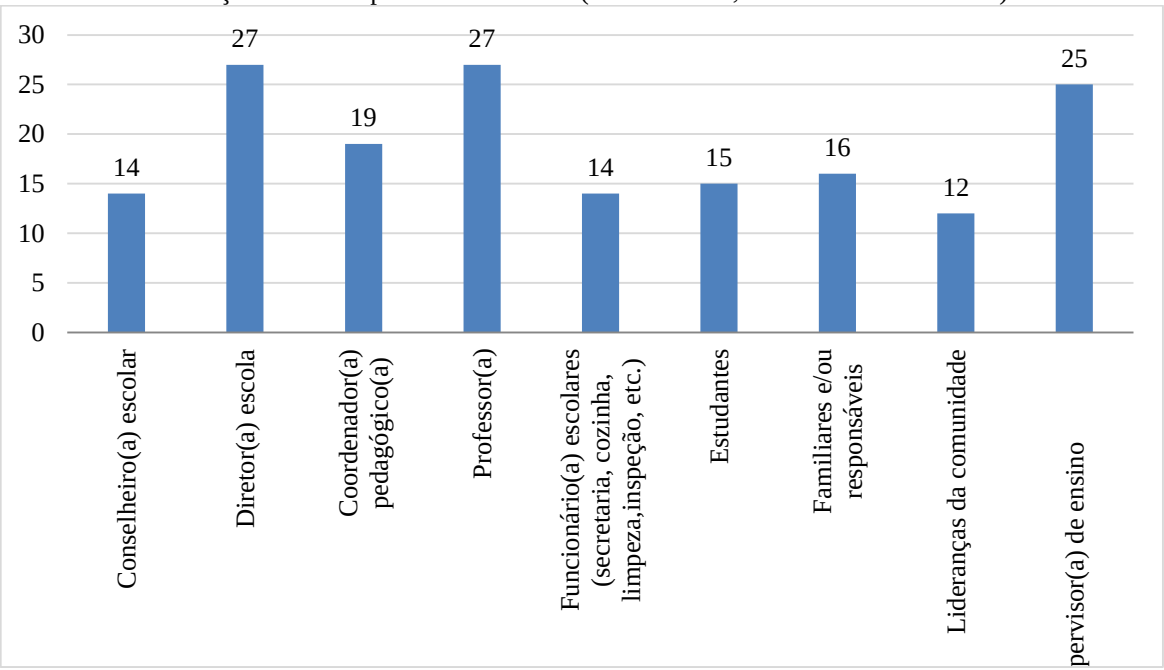
A participação do legislativo também apresentou contradições entre as respostas coletadas e arepresentação desse segmento. Pela indisponibilidade de tempo, conforme alegado, por alguns vereadores procurados,estes não puderam responder aos questionários. O segmento também não aparece representado no quesito identificação. O setor da Educação apresentou participação efetiva, como citado anteriormente no Gráfico4, com a participação dos professores. Nesse sentido, analisou-se ainda na questão 19, a participação dos demaissegmentos da educação na elaboração do Plano.

Com asdefinições fornecidas, torna-se possível inferir que o setor da educação municipal foi o maior representado no processo em questão, por professores, diretores e supervisores. Esta constatação não converge com as afirmações do documento que afirma a

mobilização da sociedade civil e diversas instituições. Pelos dados coletados, fica evidente o peso da participação do campo de educação. Para a diversidade de pontos de vista, é necessária a participação de múltiplos segmentos nos processos democráticos.

Nessa direção, Gadotti (2000, p.6) afirma que "A participação popular [...] desenvolve a consciência da cidadania da população [...] do Município". Mas, para isso, esses novos atores, que são, sobretudo os movimentos sociais e populares, devem ser considerados como coparticipantes na tomada de decisão. Para o autor, as tomadas de decisões passam pela participação social.A população precisa efetivamente apropriar-se das informações para então participar da tomada de decisão. Quando esses fatores não são considerados, a gestão do processo abranda sua forma democrática. No gráfico a seguir, constata-seos dados coletados na questão 20.

Gráfico 20 - Dos segmentos da comunidade escolar descritos, quais participam da elaboração do Plano de Educação do município de Porteirinha? (Se necessário, mais de uma alternativa).



Fonte: Elaborado pela autora.

Em uma gestão democrática, a metodologia é um fator fundamental para a definição do referido processo. Esse elemento é responsável pela forma como as ações são desenvolvidas, de forma a permitir a participação dos sujeitos.No Plano, (2015, p.21), afirma-se que a construção do documento final ocorreu a partir da participação da comunidade local.

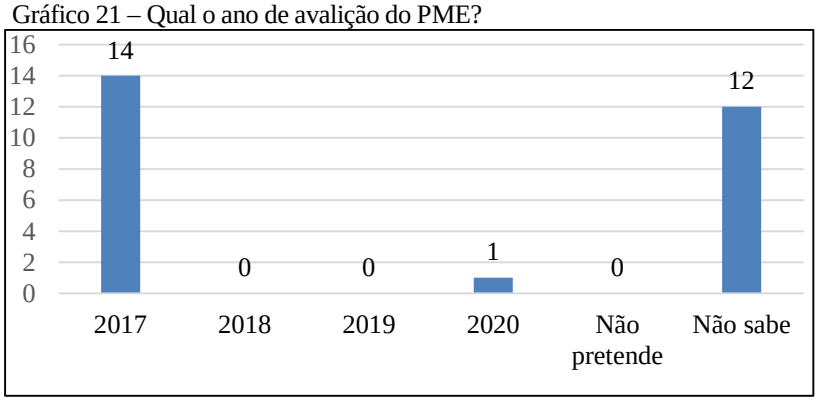
4.5 Ponderações e reflexões para avaliar o processo de construção do PME de Porteirinha

De acordo com o Ministério da Educação, assim como o diagnóstico é de suma importância a avaliação permanente do Plano, é preciso ficar claro para a sociedade se as metas estão sendo alcançadas e se as estratégias propostas estão realmente contribuindo para isso. Para

Saviani (1993, p.11), “um Plano Municipal de Educação supõe [...] a organização de um sistema de avaliação permanente do Plano.” Trata-se de um instrumento que requer acompanhamento e avaliação constante. Portanto, é necessário decidir desde o início do processo como o plano será monitorado e avaliado. Para o MEC, com a avaliação é possível detectar os avanços e os pontos que precisam ser modificados. Com base nos resultados, é feito o monitoramento das metas.

Pelo exposto, cabe afirmar que a avaliação e o monitoramento fazem parte de um processo de gestão democrática, na medida que os sujeitos que fizeram parte desse processo se comprometem com a sua execução e o alcance das metas. Para investigar o que está previsto para a avaliação do PME, buscou-se saber quando a comissão de elaboração pretende fazê-la. Elaborado em 2015, o já mencionado plano deve ser avaliado de acordo com os sujeitos dessa pesquisa, no ano de 2017, conforme as informações coletadas. O gráfico a seguir mostra esses números.

Gráfico 21 – Qual o ano de avalição do PME?



Fonte: Elaborado pela autora.

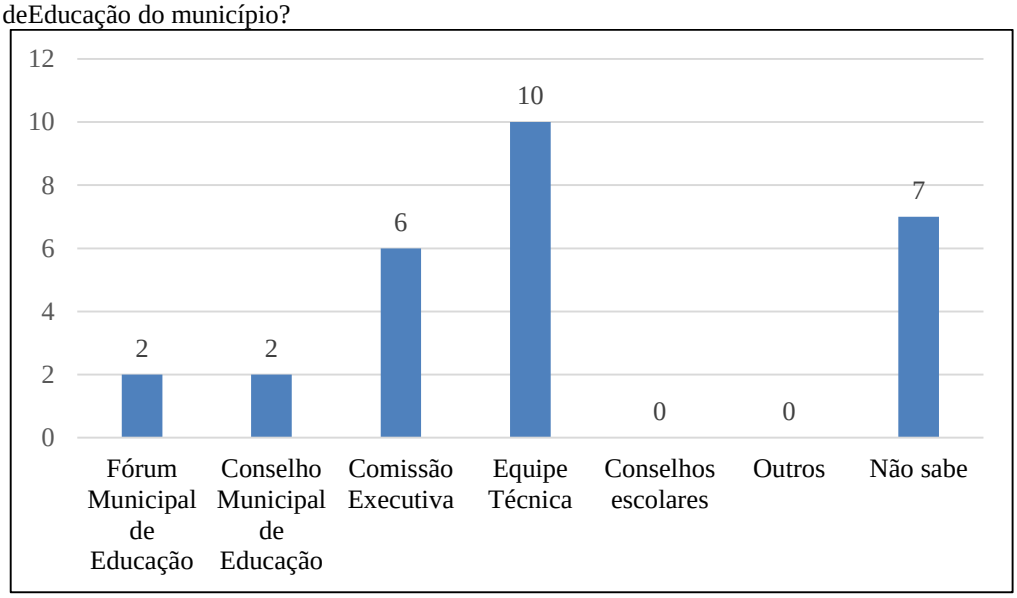
Considerando a relevância da avaliação e monitoramento do PME, a fim de compreender como esses elementos ficaram definidos no documento final do município, segundo o MEC – SASE (2014, p.11) deve ser construído “um conjunto de indicadores com os responsáveis pelo seu monitoramento e avaliação, de tal maneira que não se deixe para avaliar os resultados do Plano no fim da década.”

Dessa forma, é fundamental definir de quem será essa atribuição e qual será a periodicidade da avaliação. Da mesma forma, é necessário deixar claro quais os meios serão utilizados para o monitoramento e avaliação. Para o êxito dessa tarefa, é preciso que os indicadores constantes no Plano sejam bem elaborados. Os indicadores são indispensáveis no processo de avaliação e monitoramento. São definidos como indicadores os instrumentos utilizados para avaliar a evolução de uma meta. Os indicadores também são responsáveis por estabelecer comunicação entre a sociedade e o Plano, assegurando a transparência do documento.

A propósito destas afirmações, o instrumento de coleta de dados questionou aos sujeitos, a quem cabia a avaliação e o monitoramento da implementação das metas do Plano

Municipal de Educação. Como se podeobservar no Gráfico22,a seguir, os sujeitos desta pesquisa atribuíram a avaliação do PME à equipe técnica.

Gráfico22 - A quem cabe a avaliação e o monitoramento da implantação das metas do Plano deEducação do município?



Fonte: Elaborado pela autora.

Um dado que chamou atenção nesse item foi a quantidade de sujeitos que afirmaram não saber quem seria responsável por avaliar o PME, uma vez que está colocado no documento a afirmação de um processo de construção participativo. Nessa forma de gestão do processo, pressupõe-se que os sujeitos interajam, participando das tomadas de decisões, o que não coaduna com as respostas daqueles que responderam "não saber".

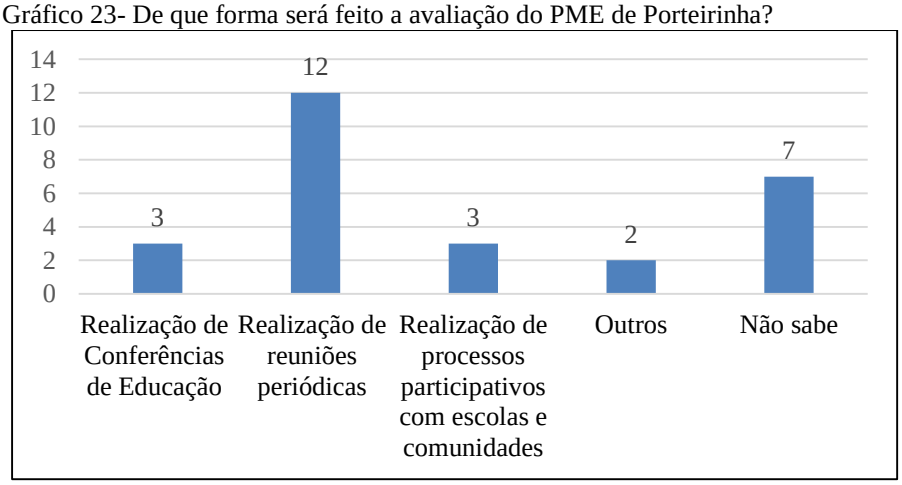
Compondo a categoria *avaliação*, pontuamos a importância de se estabelecer, durante o processo de construção do PME, como será o processo de avaliação, os meios e formas que serão aplicadas. Devem ser da maneira mais participativa possível. Para isso deve-se buscar a adoção de mecanismos, processos e ações promovendo uma metodologia de trabalho que favoreçam os processos de participação e de decisão coletivos.

Nessa direção, Saviani (2011, p. 17), afirma que é preciso "formular as diretrizes, definir as metas e indicar os meios pelos quais as metas serão atingidas no período de vigência do plano definido, pela nossa legislação, em dez anos". Nesse sentido, a questão 21 do questionário de pesquisa buscou saber como o e quais os meios o município pretende utilizar na realização a avaliação do PME. O grupo pesquisado declarou que a avaliação será feita em forma de reuniões periódicas.

Do mesmo modo que na questão anterior, houve um número importante de participantes que declararam estar alheios a esta questão. Dos 27 participantes, sete declararam não saber quais os meios que serão utilizados para esta avaliação. Esses números indicam que a

participação desses envolvidos ocorreu de forma pouco aprofundada, quando as tomadas de decisões ficam a cargo dos demais.

Gráfico 23- De que forma será feito a avaliação do PME de Porteirinha?



Fonte: Elaborado pela autora.

Em algumas questões, os sujeitos entram em contradição ao falar do processo de elaboração demonstrando pouco conhecimento sobre o assunto. Constatou-se que foram realizadas várias ações para a elaboração do documento final do PME.Porém, apesar desses esforços, consideramos que o fato de o processo ter sido coordenado por uma consultoria externa, interferiu diretamente na sua condução. Por esta empresa não estar diretamente vinculada aos aspectos específicos da realidade do município, tais como a cultura, costumes, e valores locais, considera-seum fator que tenha dificultado a identificação das demandas do municípiopor parte da consultoria. Não foram localizados registros de intervenção no decorrer do processo de elaboração do PME, para correção de falhas.

Assim, a divergência identificada no PME atribui-se a certo desconhecimento da realidade mencionada pela consultoria citada.Após análise dos dados coletados pelo instrumento de pesquisa e análise dos documentos pertencentes ao processo de elaboração do plano, conclui-se que, mesmo constando no documento final afirmativas sobre o processo como democrático, os fatores citados levam a constatações contrárias ao afirmado. Dessa forma, conclui-se que o instrumento de pesquisa apresentado permite afirmar que o processo de elaboração do PME, não possui pré-requisitos que permitam classificá-lo como democrático.

5CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Essa Pesquisa analisou, conforme objetivo geral o processo de elaboração do PME de Porteirinha, MG e a participação social no referido processo de elaboração. Paraesta análisa, foi necessário nos reportarmos ao Plano Nacional de Educação, como dispositivo legal que desencadeou o processo de elaboração dos Planos de Educação pelos municípios.

Apresentado como política pública que expressa os processos de gestão, o PNE, instituído pela Lei n°13.005/2014, na qual foi aprovado para o decênio 2014-2024. A partir de então, ficou determinada a elaboração dos Planos Municipais de Educação. Assim, intensificou-se a discussão em torno da necessidade de adotar estratégias que possibilitem melhorias na oferta e qualidade da educação.

Por determinação do PNE, esses procedimentos devem ser realizados à luz da gestão democrática. Esta modalidade da gestão está preconizada nos dispositivos legais dos âmbitos federal, estaduais e municipais. Orientam a elaboração e implantação dos Planos de Educação, como instrumentos de integração, entre os sistemas educativos, com a participação dos sujeitos.

A participação popular no processo de construção das políticas públicas implica na reconfiguração do modelo de gestão a ser praticado, uma vez que cria elementos para a constituição dos espaços democráticos e promove interações entre o poder público e a sociedade. Para isso, é preciso levar em conta os interesses e necessidades que movem cada localidade, ampliando a participação dos envolvidos. Nesse contexto, foi realizado o processo de elaboração do PME, objeto dessa análise. Vale destacar que o referido documento foi elaborado sob a orientação de uma consultoria, fator considerado para minhas análises. Estas análises possibilitaram conhecer as ações propostas na realização do PME, principalmente como ocorreram e suas implicações para os atores envolvidos.

Para as reflexões propostas, e para o alcance dos objetivos específicos dessa pesquisa, os conceitos de planejamento, gestão, gestão democrática, e participaçãopermearam asanálises dialogando com a teoria dos autores anteriormente citados. Ainda como objetivo específico, as análises transcorreram a partir de documentos legais que conduziram à construção do PME do município já citado. A partir de tais documentos, verificou-se o percurso de construção e as estratégias utilizadas. Dessa forma, foi possível identificar as formas de participação e de envolvimento da comunidade na gestão do processo, alcançando os objetivos propostos.

Com vistas a identificar no processo de gestão do PME indícios que nos permitissem considerar como democrático ou não, como um dos objetivos específicos, é que esta pesquisa foi desenvolvida. Este estudo propiciou a abertura de um espaço de verificação e reflexão sobre os

modos de desenvolvimento das ações para o PME. É fato que as reflexões construídas ao longo do percurso constituíram um embasamento para a tarefa de desvendar alguns caminhos que me conduziram às minhas conclusões. Isso posto, é possível assegurar que, no rol de fatores levantados e analisados neste estudo, a metodologia utilizada foi suficiente para atingir os objetivos propostos.

Ao analisar o documento do PME, juntamente com os demais, constatei que embora em alguns momentos o município se confunda quanto às suas atribuições ao definir as estratégias, posso afirmar que há certo alinhamento entre o PME e o PNE. Como se pode observar nos dados coletados, grande parte dos sujeitos dessa pesquisa tem acima de 35 anos e todos possuem curso superior. Dado favorável à elaboração do Plano, se considerada a experiência de vida e a formação dos participantes. Porém, há indícios de que houve restrição a participantes que não correspondessem ao perfil acadêmico idealizado. Fato, portanto, contraditório ao texto original do PME, uma vez que o mesmo afirma a participação popular nas representações. Igualmente, embora o texto final do referido PME afirme a participação de vários segmentos na elaboração do plano, os dados aqui apresentados não corroboram essa afirmação, uma vez que as secretarias municipais mencionadas apresentaram representações reduzidas, ou não foram representadas neste processo.

A ampla divulgação dos processos de elaboração das políticas públicas é parte integrante da gestão democrática, como fator que favorece o debate. Assim, o presente estudo interrogou sobre a divulgação do processo de elaboração do Plano de Municipal de Educação de Porteirinha. As repostas com maior número de afirmações foram para a alternativa “internet”, com 21 respostas, seguidas de “carro de som”, com 19 respostas, considerando o meio de divulgação mais utilizado. Se considerar a alternativa carro de som, pode se afirmar que não houve prejuízo para a população interessada, com relação ao alcance da divulgação realizada.

Apesar de estar afirmado no PME que o processo de elaboração foi democrático, na medida em que não é oferecida população a oportunidade de participar, em consequência da restrição de participação devido a falta de formação superior, conforme sugere o gráfico 2, a participação fica comprometida, empobrecendo o caráter democrático da gestão, deixando de cumprir o seu propósito.

Porém, a empresa Integrare, que coordenou o processo de elaboração, não detectou a fragilidade do fator divulgação e considerou o processo democrático, utilizando a internet como principal meio de divulgação do processo de elaboração do Plano, apesar de que 43% da população não possui acesso. Assim, analisando por este prisma, conclui-se que ao contratar consultorias externas na elaboração de PME, corre-se o risco de prevalecer o “olhar” destoante, de pessoas alheias à cultura aos hábitos e as necessidades das pessoas daquele lugar, produzindo documentos

com premissas que não coadunam com a realidade local. Com isso, confirma-se a fragilidade do processo quando os fatores mencionados interferem na articulação do debate para a elaboração de políticas públicas.

Outro fator importante identificado refere-se à forma de participação. Lembrando que para ser democrático, o processo de gestão deve contar com a participação espontânea. Porém, apenas dois sujeitos afirmaram ter participado por vontade própria. Os demais foram por meio de convite, convocação ou indicação. Essas respostas nos permitem chegar a conclusões que não ratificam com o documento final do PME, no tocante à gestão do processo de construção, definido como democrático.

Não foram encontrados registros que pudessem esclarecer se a *Integrare*, como empresa de consultoria responsável pela gestão do processo de elaboração, assentado em bases democráticas, como se afirma no documento e a quem coube de fato mobilizar a comunidade local, fez alguma intervenção no tocante a participação. Dessa forma, conclui-se que o trabalho de sensibilização da comunidade para compor o processo de construção do Plano Municipal não alcançou o objetivo, uma vez que os sujeitos participaram por meio de instrumentos que os levaram a esta forma de participação.

Com relação à consultoria, foi afirmado pelos sujeitos que a possibilidade de contar com uma visão externa foi o motivo de contratação da mesma. Dado o exposto, percebe-se que houve uma interpretação equivocada, sobre a relevância de se considerar os aspectos locais, com as demandas levantadas pelos integrantes da comunidade. O Plano ganha características alheias à realidade local,prevalecendo a “visão externa” de uma consultoria.

Ao levar em consideração esses aspectos, é possível afirmar que os sujeitos que fizeram parte da elaboração do PME, que responderam a este questionário, não apresenta clareza do referido processo. Com relação à avaliação do PME, houve um número importante de participantes que declararam estar alheios a esta questão, quanto às formas de avaliação, aos prazos e a quem compete à avaliação. Esses números indicam que a participação dos envolvidos ocorreu de forma pouco aprofundada, quando as tomadas de decisões ficam a cargo dos demais.

Com esta questão, finaliza-se a análise dos dados coletados para esta pesquisa que focaliza analisar o processo de gestão na elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha, sob a coordenação de uma consultoria. Pelo presente instrumento de pesquisa, coletou-se informações que permitiram analisar os meios utilizados para a realização deste trabalho, bem como as formas de conduzir o referido processo.

Por meio de tais colocações, concluiu-se que embora tenham sido empreendidos vários

esforços na elaboração do documento em questão, com a participação de setores da sociedade, o processo de elaboração não conseguiu alcançar o nível de participação que permite afirmar que o processo citado tenha sido gerido de forma democrática.

Alguns pontos do questionário apontam lacunas que identificaram, por exemplo, falhas na divulgação do referido processo, ao utilizar a internet como principal veículo de divulgação, quando a maioria da população não tem acesso a este recurso. Outro fator importante identificado que interfere na identificação deste processo como democrático de instituições sociais, ao prevalecer a participação de representantes da educação tendo os professores como maioria dos segmentos representados. Em algumas questões, os sujeitos entram em contradição ao falar do processo de elaboração demonstrando pouco conhecimento do já citado processo.

Constatou-se que foram realizadas várias ações para a elaboração do documento final do PME. Porém, apesar desses esforços, verificou-se que o fato de ser coordenado por uma consultoria externa, interferiu de forma direta na condução do processo, devido ao fato de não estar vinculado aos aspectos específicos desta realidade, que diz respeito à cultura, costumes, e valores locais. A divergência identificada no PME atribui-se ao fato de certo desconhecimento da realidade mencionada, pela consultoria citada.

Constatando o alcance dos objetivos propostos para esta pesquisa, considera-se asanálises do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha, pontuando aqui a falta de documentos relativo ao processo de construção do Plano que levou à mudança na metodologia inicialmente proposta, analisar os documentos oficiais, como o documento final do PME, o Decreto de nomeação das equipes de elaboração, analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e a Constituição Federal de 1988, em seus artigos referentes a gestão democrática, além de analisar os dados coletados através do questionário aplicado à Equipe Técnica e a Comissão Executiva, constata-se que, mesmo confirmado no Documento Final do PME, afirmativas sobre o processo como democrático, os fatores citados levam a constatações contrárias ao afirmado.

O questionamento principal exposto aqui discutiu se “o Plano Municipal de Porteirinha/MG, embora elaborado por uma consultoria externa, contou com a participação efetiva da comunidade, por meio de um processo democrático?”.

Diante das conclusões, é possível afirmar que, embora esforços fossem destinados ao processo de construção do PME e com isso houve um determinado grau de participação, sendo que as falhas detectadas comprometeram a intensidade dessa participação. Com essas afirmativas, conclui-se que Plano Municipal de Porteirinha, elaborado por uma consultoria externa, não contou

com a efetiva participação da comunidade. Considerando a participação do sujeito indispensável nos processos democráticos, se não houve efetiva participação, o processo não foi democrático.

Por fim, não tenho a pretensão de esgotar o assunto nem de encerrar as reflexões, dúvidas e expectativas que ele despertou. Os dados dos questionários evidenciaram como essas ações aconteceram e como os sujeitos perceberam o trabalho de uma consultoria no processo de elaboração do Plano. Julgo importante avançar no debate acerca de apontar a direção de outros caminhos que outros estudos sejam desenvolvidos para que novas realidades municipais sejam analisadas.

REFERÊNCIAS

BASTOS, João Batista (Org.) *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro: DP& A: SEPE, 2000.

BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação: município e a escola. In: FERREIRA, NauraSyria Carapeto; AGUIAR, Angela da S. (Org.). *Gestão da educação:* impasses, perspectivas e compromissos. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 148-176.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n. 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011 - 2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. *Cadernos Planejando a Próxima Década – Construindo as metas do seu Município*. MEC/SASE, Brasília, DF, 2014.

_____. Plano Municipal de Educação – PME. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

_____. República Federativa.Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 20 mar. 2017.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. PNE (Plano Nacional de Educação) 2014-2024: a gestão democrática na educação se faz presente? *Holos*, v.8, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3355/1309>. Acesso em: 20 mar. 2017.

COARACY, Joana. O planejamento como processo. *Revista Educação*. 4. ed., Brasília, 1972.

DEMO, Pedro. *Pesquisa:* princípio cientifico e educativo. São Paulo: Cortez, 1996.

DOURADO, Luis Fernandes. Entrevista PNE 2014-2024: novos desafios para a educação brasileira. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v.8, n.15, p.231-248, jul./dez. 2014.

DRUCKER, Peter. *Introdução à administração*. São Paulo: Pioneira, 1998.

_____. *Gestão da educação escolar*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

_____. *Gestão da educação escolar*. 4.ed. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil 2012.

_____. *Plano Nacional de Educação (2011-2020):* Avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes; COSTA, Messias. *Escolha de dirigentes escolares no Brasil*. Relatório final de pesquisa. Brasília: ANPAE, 1998.

_____. Luiz Fernandes. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. *Educ. Soc*., Campinas, v. 31, n. 112, p. 677 – 705, jul./set. 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa.*2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1996.

FERREIRA, NauraSyria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela da Silva Aguiar. A. da S. (Org.) *Gestão da Educação: Impasse, Perspectivas e Compromisso*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____.NauraSyria Carapeto. *Gestão democrática da educação*: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, F. W. *Planejamento sim e não*: um modo de agir num mundo em permanente mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

FREITAS, Kátia Siqueira de. *Planejamento Educacional:* o instrumento na busca da qualidade e da eficácia. Gerir, Salvador, v.9, n.34, p.12-38, nov./dez.2003.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada:o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.*Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, out. 2007.

GADOTTI, Moacir. Educar para e pela Cidadania. In: RATTNER, Henrique (Org.), 2000. *Brasil no limiar do século XXI:* alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: EDUSP, p. 289-307.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p.1995.

_____. Gestão Democrática da Educação com Participação Popular Planejamento e na Organização da Educação Nacional. Disponível em <http://Conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf>. Acesso em: 12mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http:cidades.ibge.gov.br/painel/histórico>. Acesso em:12 mar. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Dados estatísticos educacionais do município de Porteirinha – MG. Censo Escolar/INEP 2013 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=315220> Acesso em: 20 mar. 2017.

LAHERAEugenio Parada. Política y políticas públicas. Santiago-Chile: CEPAL-NACIONES UNIDAS, Serie Políticas Sociales, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos et al. *Educação Escolar*: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Organização e gestão da escola* – Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2005.

LUCK, Heloísa. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

_____. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.

_____. Gestão educacional: estratégia, ação global e coletiva no ensino. In. FINGER, A. et al. *Educação: caminhos e perspectivas*. Curitiba: Champagnat, 1996.

_____et al. *A escola participativa*: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. *A gestão participativa na escola*. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Teoria geral da administração:* da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAS GERAIS. Parecer único nº 0390682/2013. Belo Horizonte: 2013.

NAVARRO, Ignez Pinto. [et al.] Conselho escolar, gestão democrática e escolha do diretor. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, *Caderno 5*. Brasília: MEC, SEB, 2004.

_____. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. *Lei nº 19.481/2011*: Institui o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE / MG, 2011.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *Dados estatísticos educacionais do município de Porteirinha – MG*. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/> Acesso em: 15mar. 2017.

OHLWEILER, Leonel. A construção e implementação de políticas públicas: desafios do Direito administrativo moderno *Verba Juris* ano 6, n. 6, jan./dez. 2007

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educ. Soc*., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323- 337, abr.-jun. 2011.

OLIVEIRA, Hugo de Souza Lima de. *Gestão democrática da educação:* uma análise conceitual. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, N.11; 2010

OLIVEIRA. Palmira Santos. *Porteirinha:* memória histórica e genealógica. Belo Horizonte: O Lutador, 2008.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.Artigo publicado nos *Anais do Enanpad,*2005 e em Martins e Pieranti, 2006.

PERONI. Vera Maria Vidal; FLORES, MariaLuisa Rodrigues. Sistema nacional, plano nacional e gestão democrática da educação no Brasil: articulações e tensões. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 2, p. 180-189, maio-ago. 2014

POLIS. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais , nº 26 – Dezembro - 2006

PORTEIRINHA. Câmara Municipal. *Decreto Nº 1.086 de 27 de novembro de 2014*. Nomeia a Comissão Executiva de Elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha.

PORTEIRINHA. Plano Municipal de Educação. 2014.

PORTEIRINHA. Prefeitura Municipal de Porteirinha. Histórico. Disponível em: <http://porteirinha.mg.gov.br/municipio/historia/> Acesso em: 20 mar. 2017.

SABIA, Cláudia Pereira de Pádua; ALANIZ, Érika Porceli. Plano Nacional De Educação – PNE (2014-2024): Limites, avanços e perspectivas. *Revista de Políticas públicas de Marília*. jul/dez 2015.

SANDER, Benno. *A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação*. Linhas Críticas. Brasília, v. 11, n. 20, p. 41-54, jan./jun.2005.

SAPORITI, Rodrigo. *Seja um Gestor Educacional*. *Revista Profissão Mestre*. Curitiba/PR, v. 3, n.35, p. 20-22, ago. 2002.

SAVIANI, Demerval. *Educação: Do senso comum à consciência filosófica*. 11.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a Cidade* – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932 e a questão do Sistema nacional de Educação. In.: CUNHA, Celio da. et al. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares – 80 anos após o manifesto. Brasília: MEC/SASE, 2014.

_____. *Pedagogia histórico-crítica*: primeiras aproximações. 11 ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. Sistema de Ensino e Planos de Educação: O Âmbito dos Municípios. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 69, dez/1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.*Cadernos Pedagógicos do Libertad*. v.1. 7 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola*: uma construção possível. 3.ed. Campinas: Papirus, 1995.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n. 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172/01: Criação do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011 - 2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. *Cadernos Planejando a Próxima Década – Construindo as metas do seu Município*. MEC/SASE, Brasília, DF, 2014.

_____. Plano Municipal de Educação – PME. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

_____. República Federativa.Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Gestão Democrática da Educação com Participação Popular Planejamento e na Organização da Educação Nacional. Disponível em <http://Conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf>. Acesso em: 12mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http:cidades.ibge.gov.br/painel/histórico>. Acesso em:12 mar. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Dados estatísticos educacionais do município de Porteirinha – MG. Censo Escolar/INEP 2013 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=315220> Acesso em: 20 mar. 2017.

MINAS GERAIS. Parecer único nº 0390682/2013. Belo Horizonte: 2013.

_____. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. *Lei nº 19.481/2011*: Institui o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE / MG, 2011.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *Dados estatísticos educacionais do município de Porteirinha – MG*. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/> Acesso em: 15mar. 2017.

POLIS. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, nº 26 – dezembro - 2006.

PORTEIRINHA. Câmara Municipal. *Decreto Nº 1.086 de 27 de novembro de 2014*. Nomeia a Comissão Executiva de Elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha.

PORTEIRINHA. Plano Municipal de Educação. 2014.

PORTEIRINHA. Prefeitura Municipal de Porteirinha. Histórico. Disponível em: <http://porteirinha.mg.gov.br/municipio/historia/> Acesso em: 20 mar. 2017.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEIRINHA

EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA-MG

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a Secretaria Municipal de Educação não dispõe de nenhum documento referente à assessoria prestada na Elaboração do Plano Municipal de Educação pela INTEGRARE, (empresa que foi contratada pela Mineração Riacho dos Machados para auxiliar na elaboração do PME para a vigência 2015/2025 do Município de Porteirinha).

Porteirinha, 11 de Abril de 2017.

Gesane Silveira Martins Souza
Secretária Municipal de Educação

ANEXO B – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS NESSA PESQUISA

Este questionário é um instrumento de pesquisa de campo elaborado pela mestranda Anailde Pinheiro da Rocha Dourado, sob a orientação da Prof. Dr.ª Maria Nailde Martins Ramalho, **d**a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Tem como objetivo entender como o munícipio de Porteirinha se organizou para elaborar e avaliar seu Plano de Educação. Será aplicado para as pessoas nomeadas para a Equipe Técnica e para a Comissão Executiva na elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha. A sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa. Portanto, nas perguntas a seguir, assinale a (as) alternativa (as) que melhor representa sua opinião. Obrigada pela sua colaboração

1. **Idade**: _____ anos
2. **Escolaridade**

a) ( ) Ensino Fundamental completo
b) ( ) Ensino Fundamental incompleto
c) ( ) Ensino Médio completo
d) ( ) Ensino Médio incompleto
e) ( ) Ensino Superior completo
f) ( ) Ensino Superior incompleto

3. **Há quantos anos reside em Porteirinha- MG**? _____anos
4. **Cargo/função**:_____
5. **Conhece o Plano Nacional de Educação?**

a) ( ) Sim b) ( ) Não

6. **Você participou do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação como membro da:**

a). ( ) Equipe técnica b). ( ) Comissão Executiva c) ( ) De ambas

7. **Houve divulgação do processo de elaboração do Plano de Municipal de Educação**

a) ( ) Sim b) ( ) Não

8. **Em caso afirmativo, quais os meios de divulgação utilizados:**

a) ( ) Rádio e televisão
b) ( ) Cartazes e jornais
c) ( ) Folhetos e cartazes para unidades educacionais (públicas e privadas)
d) ( ) Carros de som nas ruas e praças
e) ( ) Internet e redes sociais
f) ( ) Folhetos e cartazes em espaços públicos (postos de saúde, centro comunitários, etc.)
g) ( ) Outros, quais: _____

9. **Participou da elaboração do Plano Municipal de Educação?**

a) ( ) Sim b) ( ) Não

10. **Em caso afirmativo a participação ocorreu por meio de:**

1.( ) Convite
a) ( ) Indicação
b) ( ) Vontade própria
c) ( ) Decreto

11. **Suas contribuições na elaboração do Plano Municipal de Educação aconteceram por meio de:**

a) ( ) Sugestões
b) ( ) Votando para aprovação do Plano
c) ( ) Participação em reuniões

12. **Quantas reuniões você participou durante o processo de elaboração do plano? _____reuniões.**
13. **Suas sugestões para o Plano Municipal de Educação foram contempladas no documento final do PME?**

a) ( ) Sim
b) ( ) Não
c) ( ) Não sabe

14. Os consultores que coordenaram o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha são:

a) ( ) Pesquisadores de universidades/faculdades
b) ( ) Consultores da Secretaria Estadual de Educação
c) ( ) Consultores privados
d) ( ) Outros Quais_____

15. A contratação de uma consultoria externa para a elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha ocorreu devido a:

a). ( ) O município não contar com mão de obra qualificada

b). ( ) O municipio ter a possibilidade de contar com uma visão externa para as políticas educacionais

c). ( ) Excesso de atribuições das equipes de coordenação e escassez de tempo para realização das atividades

d) ( ) Outros

e) ( ) Quais_____

16. A principal metodologia utilizada para conduzir as reuniões de Elaboração do Plano Municipal de Educação, foi:

a). ( ) Os consultores apresentando para a Equipe Técnica e Comissão Executiva as sugestões para o Plano

b). ( ) Os participantes da Equipe Técnica e Comissão Executiva apresentando as sugestões para o Plano

c) ( ) Nas reuniões, o papel dos consultores se restringia a apresentar as definições do Plano para a Equipe Técnica e Comissão Executiva já elaboradas pelos mesmos e apresentar

17. Como você define o tempo de atuação da consultoria na elaboração do Plano Municipal de Educação de Porteirinha?

a). ( ) Suficiente para colher todos as demandas dos segmentos envolvidos na elaboração do Plano

b). ( ) Insuficiente para colher todos as demandas dos segmentos envolvidos na elaboração do Plano

c. ( ) Não sabe

18. Quais das instituições/entidades que atuam no município participaram da elaboração do Plano Municipal de Educação?

a) ( ) Conselho Municipal de Educação
b) ( ) Conselhos Escolares
c) ( ) Conselhos Tutelares
d) ( ) Secretarias Municipais (Planejamento, Fazenda, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esportes, Meio Ambiente, etc).
e) ( ) Outros Conselhos Municipais de Direitos (Juventude, Criança e Adolescente, Mulheres, Igualdade Etnicorracial, Idosos, etc)
f) ( ) Poder Legislativo (Câmara Municipal,)
g) ( ) Sistema de Justiça (Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública etc)
h) ( ) Instâncias do Governo Estadual (Secretarias Estaduais de Educação, de Cultura, de Saúde, etc)
i) ( ) Sindicatos/associações de profissionais da educação
j) ( ) Associações religiosas
k) ( ) Universidades/faculdades
l) ( ) Organizações/fóruns de educação
m) ( ) Movimento/grêmio estudantil
n) ( ) Organizações do movimento dos direitos da criança e do adolescente
o) ( ) Organizações do movimento negro Organizações do movimento de mulheres
p) ( ) Sindicatos/associações de profissionais da educação
q) ( ) Associações/organizações/fóruns locais ou comunitários
r) ( ) Associações religiosas
s) ( ) Outras, quais: _____

19. Dos segmentos da comunidade escolar descritos abaixo, quais participam da elaboração do Plano de Educação do município de Porteirinha? (Se necessário, assinale mais de uma alternativa)

a. ( ) Conselheiro(a) escolar
b. ( ) Diretor(a) escola
c. ( ) Coordenador(a) pedagógico(a)
d. ( ) Professor(a)
e. ( ) Funcionário(a) escolares (secretaria, cozinha, limpeza, inspeção, etc.)

f. ( ) Estudantes
g. ( ) Familiares e/ou responsáveis
h. ( ) Lideranças da comunidade
i. ( ) Supervisor(a) de ensino

20. Quais são as principais metodologias utilizadas para a elaboração do Plano de Educação do município de Porteirinha?

a) ( ) Consulta a dados organizados por outras instituições [IBGE Censo, PNAD), IPEA, INEP (Ideb, Censo Escolar), MEC, etc.]
b) () Consulta a documentos oficiais e legislação vigente [LDB, Diretrizes e Parâmetros, legislação municipal/estadual/federal]
c) ( ) Diagnósticos participativos em escolas e comunidades
d) ( ) Plenárias em unidades educacionais
e) ( ) Não sabe

21. Em que ano da atual gestão (2017-2021) o município de Porteirinha pretende avaliar o Plano Municipal de Educação?

a) ( ) 2017
b) ( ) 2018
c) ( ) 2019
d) ( ) 2020
e) ( ) Não pretende
f) ( ) Não sabe

22. Em caso de haver avaliação, a quem cabe a avaliação e o monitoramento da implementação das metas do Plano de Educação do município?

a. ( ) Fórum Municipal de Educação
b. ( ) Conselho Municipal de Educação
c. ( ) Comissão executiva
d. ( ) Equipe técnica
e. ( ) Conselhos Escolares
f. ( ) Outros, quais: _____
g. ( ) Não sabe

23. De que forma?

a. **( )**Realização de Conferências de Educação
b. **( )**Realização de reuniões periódicas
c. **( )**Realização de processos participativos com escolas e comunidades
d. **( )**Outros, quais: _____
e. ( ) Não sabe